

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2010



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2010



Apresentação

Dentre os acontecimentos marcantes de 2010 cabem destaque a aprovação, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar/PREVIC, da regularização do Plano de Previdência Especial/PPE mediante a sua incorporação ao Plano FIPECqPREV; a aprovação da revisão do Regulamento do Plano de Previdência Complementar/PPC com a inclusão dos Institutos da Portabilidade e Benefício Proporcional Diferido/BPD e Criação da Conta Individual do Participante; e a alteração na Política de Investimentos.

A incorporação do PPE ao FIPECqPREV representou uma alternativa para que os Participantes do PPE (criado em 1991 com o objetivo de amparar os Participantes da FIPECq que passaram, em virtude da Lei 8.112/90, que instituiu o Regime Jurídico Único/RJU, da condição de Celetistas para Estatutários) tivessem maior segurança jurídica, muito embora o citado Plano já cumprisse, há 19 anos, o seu papel previdenciário, pagando, inclusive, benefícios.

Outra ação que merece ser lembrada refere-se à implementação do Programa de Educação Financeira e Previdenciária (instituído em 2008) para os empregados da Caixa de Assistência Social da FIPECq/FIPECq Vida, tendo sido promovidos cursos internos e realizado o Quiz (jogo digital de perguntas e respostas) com o objetivo de mensurar o grau de conhecimento sobre os temas e torná-los, também, disseminadores da Educação Previdenciária.

Em 2010 os Participantes e Assistidos da FIPECq elegeram seus representantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal, já que a última eleição ocorreu em 2008 e a Diretoria Executiva da Fundação, assim como as Gerências receberam Certificação por Experiência do Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social/ICSS como forma de reconhecimento dos seus conhecimentos e habilidades nas áreas em que atuam.

A Política de Investimentos da Fundação foi alterada, pelo Conselho Deliberativo, com o aumento para até 15% nas aplicações em CDB – Certificado de Depósito Bancário e RDB – Recibo de Depósito Bancário. Na renda variável foram alocados aproximadamente 30% da Carteira de Investimentos e 10% para Segmento de Investimentos Estruturados.

Como sempre, a FIPECq busca trabalhar com total transparência, divulgando suas ações de forma rápida e clara, sempre contando com a colaboração de todos no aprimoramento de suas atividades.

Diretoria Executiva

Sumário

AÇÕES GERAIS	05
PREVIDÊNCIA	12
INVESTIMENTOS E RESULTADOS	22
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	54
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	55
PARECER ATUARIAL	71
PARECER DO CONSELHO FISCAL	78
CONCLUSÃO	80

▶ AÇÕES GERAIS



FIPECq homenageou seus Aposentados

O Brasil comemora em 24 de janeiro o Dia do Aposentado, data em que foi criada a Previdência Social.



Como não poderia deixar de ser, a FIPECq esteve presente – representada pelo seu Diretor de Previdência, Adilmar Ferreira Martins - ao evento promovido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada/ABRAPP e Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Privada/SINDAPP realizado no dia 22 de janeiro de 2010, às 13:30 horas, na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro/RJ.

Durante a cerimônia houve a entrega do diploma a cada um dos aposentados que representaram seus fundos de pensão. Entre eles estava a Sra. Alcy Tavares, aposentada da FINEP, indicada pela FIPECq para representar seus colegas.

Programa de Educação Financeira e Previdenciária da FIPECq foi aprovado pela PREVIC

A FIPECq, a exemplo de outras sete entidades, teve o seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária aprovado pela Diretoria da Superintendência Nacional de Previdência Complementar/PREVIC.

De acordo com a Instrução SPC nº 32, de 04/09/2009, por ter preenchido os requisitos exigidos no citado Normativo, segundo os quais o programa deve conter níveis de informação, orientação e instrução para os participantes e assistidos, a FIPECq ficou dispensada de enviar, por meio impresso, o Relatório Anual de Atividades aos Participantes e Assistidos.

A então Secretaria de Previdência Complementar editou a Instrução MPS/SPC nº. 32, de 04/09/2009, estabelecendo os procedimentos a serem observados por ocasião da análise dos pedidos de dispensa do envio, por meio impresso, do Relatório Anual de Atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar/EFPC's.

Para que as Entidades de Previdência Complementar obtivessem a autorização deveriam encaminhar até dia 31 de outubro do ano anterior ao da dispensa pretendida um requerimento que contemplasse o Projeto de Educação Financeira e Previdenciária da Entidade com a descrição das informações encaminhadas aos Participantes e Assistidos.

O Projeto de Educação Financeira e Previdenciária a que se refere à Instrução deveria conter no mínimo: descrição completa do programa e das ações de educação financeira e previdenciária que considere os três níveis de atuação: informação/instrução/orientação; objetivo de cada ação do programa de educação financeira e previdenciária; identificação dos participantes e assistidos, por plano de benefícios, que serão atingidos pelo programa, bem como a forma e os meios de comunicação utilizados; detalhamento de cada ação do programa de educação financeira e previdenciária, com os respectivos públicos-alvo e conteúdos, bem como a duração, quando aplicável; metas de implementação a serem atingidas; cronograma de execução das ações do programa de educação financeira e previdenciária; e descrição da metodologia de monitoramento e avaliação, para cada ação do programa de educação financeira e previdenciária, que contenha, no mínimo: os indicadores de monitoramento, que busquem comprovar a efetividade e abrangência das ações de educação financeira e previdenciária; as avaliações de

▶ AÇÕES GERAIS

implementação, que objetivam medir se as ações estão sendo executadas conforme previsto; as avaliações de resultado, que visam analisar o impacto da ação ou do programa na compreensão pelos participantes e assistidos.

Dessa forma, o GT de Educação Financeira e Previdenciária da FIPECq, promoveu todos os ajustes necessários ao Projeto, já em desenvolvimento, de modo que atendesse ao que preconiza a Instrução nº 32.

Quiz de Educação Financeira e Previdenciária



Durante o período de 17 de maio a 2 de junho de 2010 foi realizado com os empregados da Caixa de Assistência Social da FIPECq/FIPECq Vida o 1º Quiz de Educação Financeira e Previdenciária cujo objetivo foi mensurar o grau de conhecimento sobre o tema.

Conforme previsto no Programa de Educação Financeira e Previdenciária, a FIPECq promoveu - a exemplo do que aconteceu em 2009 com o seu público interno - com os empregados da sua Caixa de Assistência Social/ FIPECq Vida, os Cursos de Finanças Pessoais; Previdência Complementar e Previdência Social e posteriormente o Quiz - jogo de perguntas e respostas realizado de forma virtual com o objetivo de levar a esse público os conceitos e práticas de educação financeira e previdenciária no sentido de prepará-los da melhor forma possível para que se planejem para o futuro.

A sistemática adotada permitiu que cada empregado tivesse a oportunidade de responder a 60 questões elaboradas/selecionadas pelo GT de Educação Financeira e Previdenciária sobre Previdência Social; Previdência Complementar; FIPECq e seus Planos. Os três melhores colocados receberam – como estímulo – KITS adquiridos no Instituto Nacional do Câncer/INCA cuja renda será revertida em prol dos pacientes.

Todas essas ações realizadas internamente, previstas no Programa de Educação Financeira e Previdenciária, serão realizadas com os Participantes da Fundação.

Seminário de Educação Previdenciária

A convite da PREVIC a FIPECq participou, representada pela sua Gerente de Previdência, do Seminário sobre Educação Financeira e Previdenciária das Entidades Fechadas de Previdência Complementar promovido por aquela Entidade, o qual foi realizado no dia 23 de julho de 2010 em São Paulo/SP.

Na ocasião foi relatada pela Gerente a concepção do projeto, o comprometimento dos empregados ao se candidatarem voluntariamente ao Grupo de Trabalho constituído para esse fim; as principais ações desenvolvidas ao longo dos anos com a realização de pesquisa de satisfação com os Participantes e Assistidos.

Aprovada a Incorporação do PPE ao FIPECqPREV



A PREVIC, aprovou, por meio da Portaria MPS/PREVIC/DETEC nº565, publicada no Diário Oficial da União em 29 de julho de 2010, a incorporação do Plano de Previdência Especial/PPE ao FIPECqPREV.

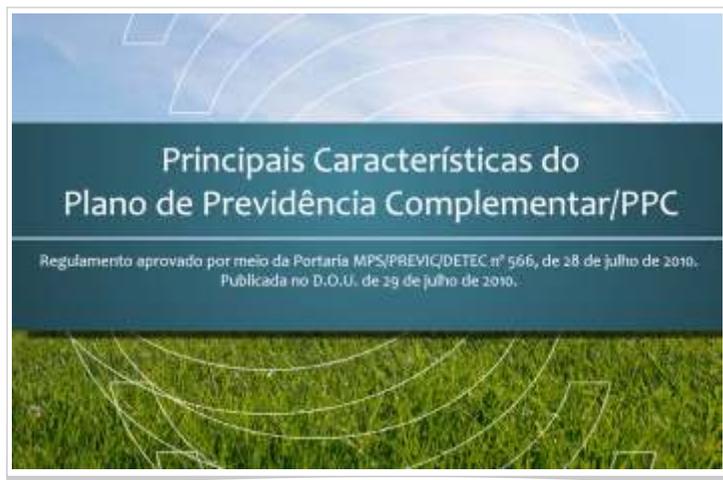
A FIPECq tem o prazo de seis meses - a partir da referida aprovação - para concluir o processo de incorporação. Para tanto, a Diretoria Executiva da Fundação aprovou projeto de operacionalização do processo que contemplou - dentre suas ações - e tendo à frente a Gerência de Previdência/GEP, a capacitação dos seus Representantes; a realização de palestras nas Patrocinadoras que contaram com a presença da Diretoria Executiva da Fundação; esclarecimentos a todos os Participantes do PPE, inclusive prestados pessoalmente aos Participantes Assistidos que residem em Brasília/DF a fim de que fiquem totalmente

▶ AÇÕES GERAIS

seguros quanto à escolha que fariam de incorporar, ou não, os recursos do PPE ao FIPECq *PREV*.

Após concluído o processo de incorporação, a FIPECq dará início a uma ampla campanha de adesão ao FIPECq *PREV*, no sentido de que todos os Associados da FIPECq Vida tenham a oportunidade de aderir a um plano de benefícios previdenciário.

PREVIC aprova alteração no Regulamento do PPC



A PREVIC aprovou, por meio da Portaria MPS/PREVIC/DETEC nº 566, de 28 de julho de 2010 publicada no Diário Oficial da União de 29 de julho de 2010, a alteração do Regulamento do PPC – Plano de Previdência Complementar, dos Participantes da FIPECq.

Dentre as principais mudanças estão: a inclusão dos Institutos da Portabilidade e Benefício Proporcional Diferido, instituídos pelas Leis Complementares nºs 108 e 109/2001; a devolução da Reserva Individual sem utilização de Redutor; e a criação de Conta Individual de Contribuição Voluntária do Participante.

Participação no 18º Encontro de Comunicação/2º Encontro de Profissionais de Atendimento

Nos dias 16 e 17 de setembro de 2010 as áreas de Comunicação e Atendimento da Fundação participaram do 18º Encontro de Comunicação/2º Encontro de Profissionais de Atendimento promovidos pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar/ABRAPP realizado no Rio de Janeiro/RJ.

Dentre os temas abordados estavam: Comunicação perene e instantânea; Alto padrão de atendimento; Como identificar as necessidades dos Participantes; A mídia

impressa vai acabar?; Comunicação na Era Web 2.0 e Comunicação e Relacionamento: estratégias de gestão.

A participação no evento representou uma excelente oportunidade para a FIPECq estar atualizada no tocante ao uso das ferramentas de comunicação/atendimento, demonstrou que a FIPECq está no caminho certo quanto à interação com seus Participantes e, ainda, que é preciso estarmos atentos ao tratamento dispensado ao nosso público-alvo.

31º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão

A Fundação participou, no período de 17 a 19 de outubro de 2010, do 31º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão promovido pela ABRAPP e SINDAPP que teve como tema central Prosperidade e Desafios.

Alguns dos temas abordados no evento foram: Relatório Social e seus Reflexos no Processo de Governança dos Fundos de Pensão; Avaliação dos Fatores de Influência nas Políticas e os Planos de Previdência Pública e Privada; O Cenário da Previdência Complementar Hoje e na Próxima Década; Influência dos Fundos de Pensão na Vida das Pessoas e o seu Caráter Previdenciário; A Gestão do Relacionamento e da Comunicação; Criação de Estratégias e Viabilização de Novos Ambientes e Análise de Risco de Investimentos.

Eleições Conselhos Deliberativo e Fiscal



No dia 10 de novembro de 2010 os Participantes da FIPECq participaram das Eleições para escolha dos novos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal cujo mandato será de 2010 a 2014.

A votação aconteceu pelo site da FIPECq das 8 às 20 horas (horário de Brasília). Para tanto, a Fundação encaminhou às

▶ AÇÕES GERAIS

residências dos Participantes correspondência informando Login e Senha com os quais seria possível concluir o voto e escolher os novos representantes.

Dos 3291 Participantes, 731 votaram. Destes, 408 elegeram a chapa vencedora FIPECq para Todos.

No dia 3 de dezembro de 2010 tomaram posse, na FIPECq, em Brasília/DF, os novos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da FIPECq.

Conselho Deliberativo

Titulares

Carlos Roberto Silveira Silva/CNPq (Presidente); José Demísio Simões da Silva/INPE; José Valente Chaves/IPEA; Raimundo Otaíde Picanço Filho/INPA; Ruben Silveira Mello Filho/FINEP; e Tarciso José de Lima/CNPq

Suplentes

Sônia Ayumi Fusissava/CNPq; Vera Lúcia Justo Perez/INPE; Benedito Fonseca Souza Adeodato/FINEP; Lourival Brasil Filho/IPEA; e Vanessa Zoghaib Tanure/FINEP.

Conselho Fiscal da FIPECq

Titulares

Júlio Cezar Socha/CNP (Presidente); Acioli Antônio de Olivo/INPE; Cláudio da Silva Lima/CNPq; e Carlos Eduardo Gutierrez Freire/FINEP

Suplentes

Sílvio Jardim de Oliveira Silva/INPA; Ilíada Muniz Lima/CNPq; Carlos Roberto Marton da Silva/INPE; e Fabrício Soares Azevedo/FINEP.

Aprovada a Política de Investimentos

O Conselho Deliberativo da FIPECq aprovou em sua 219ª reunião realizada no dia 2 de dezembro de 2010 a Política de Investimentos que deverá ser adotada no quinquênio 2011/2015 para aplicação dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

Os recursos administrados pela FIPECq podem ser aplicados nos segmentos de: Renda Fixa; Renda Variável; Investimentos Estruturados; Investimentos no Exterior; Imóveis e Operações com Participantes.

No que diz respeito à Renda Fixa, em 2011, com a perspectiva de aumento da Taxa SELIC, em até dois pontos percentuais, tornando mais atrativas as aplicações em

títulos públicos, principalmente no caso da Notas do Tesouro Nacional/NTN-B, e, em títulos privados: Depósitos Privados com Garantia Especial/DPGE, ambos com baixíssimo risco de crédito. A FIPECq também poderá canalizar os recursos para aplicações em outros títulos, tais como: CCB; FDIC; CCI; CRI; CPR e CRA, sempre observando os limites de alocação da Resolução 3792 e riscos de crédito de cada ativo.

Em 2011, no Segmento de Renda Variável, os recursos serão destinados ao mercado de ações e fundo de ações. A FIPECq projeta manter, aproximadamente, em 30% a aplicação neste segmento. Assim, para minimizar os riscos inerentes às aplicações em ações, a Fundação poderá realizar operações de proteção de até 100% do total da Carteira.

Quanto ao Segmento Investimentos Estruturados, que abrangem as aplicações em Fundos de Investimento em Participação/FIP, em empresas emergentes, imobiliários e multimercado alavancados – e possuem características próprias, dentre as quais a possibilidade de realizar operações fora dos segmentos de renda fixa e renda variável. De acordo com os recursos de cada plano, o limite de alocação será de até 20%, observado o sublimite individual de até 10% em cotas de fundos de investimento imobiliário e em fundos de investimento multimercado alavancado.

Em 2011 a FIPECq acompanhará e analisará as aplicações no Segmento de Investimento no Exterior que é composto pelos fundos de investimento registrados na CVM – com limite fixado em 10% - cujo risco predominante está associado ao desempenho de ativos emitidos no exterior. O investimento neste Segmento somente ocorrerá se houver oportunidade de ganhos, em decorrência de ajustes cambiais.

Embora nos últimos anos a FIPECq tenha vendido os Imóveis, em 2011, existe a possibilidade de realizar novas aquisições, notadamente na compra de um imóvel para uso próprio da FIPECq.

Já no que diz respeito a Empréstimos e Financiamentos as condições para concessão permanecerão as mesmas, ou seja, empréstimos atrelados à taxa em vigor do INPC + 9%aa e os limites de alocações também inalterados até 2015.

Reunião da Comissão de Educação Previdenciária da ABRAPP

No dia 8 de dezembro de 2010 a FIPECq representada pela

▶ AÇÕES GERAIS

Coordenadora do Programa de Educação Previdenciária, participou da 2ª Reunião da Comissão Técnica Ad Hoc de Educação Previdenciária realizada na sede da ABRAPP, em São Paulo/SP que tem como missão a elaboração, a partir da apresentação de cases, e troca de experiências, de um projeto de educação previdenciária que seja diretriz para que cada entidade possa elaborar o seu próprio projeto.

II Seminário de Educação Previdenciária

No dia 20 de dezembro de 2010 foi realizado em Brasília/DF o III Seminário de Educação Previdenciária que contou com a participação da FIPECq e cujo objetivo primordial foi o de abordar a forma de construção do Relatório de Avaliação do Projeto de Educação Financeira e Previdenciária.

O evento, promovido pela PREVIC, realizado na sede da própria Autarquia, foi destinado a dirigentes, conselheiros e profissionais responsáveis pelos programas de educação previdenciária das entidades fechadas de previdência complementar.

FIPECq recebe homenagem da Fundação Roberto Marinho



Em reconhecimento ao papel que tem cumprido de responsabilidade social, a FIPECq recebeu da Fundação Roberto Marinho, em parceria com o Centro de Integração Empresa – Escola/CIEE diploma em homenagem por sua participação no Programa Aprendiz Legal voltado para a preparação e inserção de jovens no mercado de trabalho.

A exemplo desta ação, a FIPECq desenvolve, há algum tempo, várias outras atividades como a Campanha de Redução de Custos que tem objetivo promover a conscientização interna de forma a contribuir para a redução de despesas com materiais; energia elétrica; água, bem como a conservação de equipamentos e mobiliários.

Dirigentes, Gerentes e Conselheiros da FIPECq são certificados pelo ICSS

Os Diretores; Gerentes e Conselheiros da FIPECq receberam Certificação por Experiência do Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social/ICSS como forma de reconhecimento de seus conhecimentos e habilidades nas áreas em que atuam.

Além de representar um diferencial na carreira, a Certificação corrobora o princípio da supervisão baseada em risco, uma vez que a FIPECq passa a ter profissionais reconhecidamente mais capacitados a manter o equilíbrio econômico, financeiro e social da Fundação, primando, assim, pelas boas práticas da Governança.

Fundação reafirmou seu apoio ao Carbon Disclosure Project



As iniciativas em defesa da sustentabilidade continuam sendo prioridade para a FIPECq. A Fundação reafirmou, em 2010, conforme consta no Relatório 2010 – Brasil produzido pela Fábrica Ética Brasil, o seu apoio institucional ao Carbon Disclosure Project ("Projeto de Informações sobre a Emissão de Gases de Efeito Estufa" ou "Relatório de Informações sobre Carbono" - CDP na sigla em inglês).

O projeto é uma iniciativa sem fins lucrativos financiada pelo Carbon Trust do governo britânico e por um grupo de fundações liderado pela Rockefeller Foundation, tendo sido iniciado sob a liderança do primeiro-ministro britânico Tony Blair. O lançamento do CDP em Nova Iorque (em março de 2003), foi presidido pela ex-Secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright.

▶ AÇÕES GERAIS

Atividades da Assessoria Jurídica- 2010.



A estrutura orgânica da FIPECq conta com uma Assessoria Jurídica, que é integrada por um Advogado/Assessor Jurídico. Tem como atribuição assessorar a Diretoria Executiva nas diversas áreas, aos Conselhos Deliberativo e Fiscal e fornecer e à Auditoria Externa, informações trimestrais detalhadas por meio de relatório de andamento das ações judiciais da FIPECq, além de exercer a representação judicial de vários processos no Distrito Federal e em alguns Estados da Federação. A Assessoria Jurídica realiza, também, o acompanhamento em sistema informatizado próprio, de todas as ações em andamento, nas diversas instâncias, tribunais e jurisdições e dos contratos com escritórios e advogados terceirizados.

Acompanhamento das Ações Judiciais

O Quadro Resumo abaixo apresenta a quantidade de ações judiciais da FIPECq, por área e situação dos processos.

Do total geral dos processos em andamento no mês de dezembro de 2010 (397), a FIPECq figura como Autora em trezentos e trinta e um (331) deles, o que representa 83,5%; e como Ré, nas demais. Nas ações em a FIPECq é Autora, quatro (04) têm como objeto a cobrança da reserva a amortizar que deixou de ser aportada no momento próprio pelas Patrocinadoras atingidas pelo Regime Jurídico Único. Além disso, a FIPECq busca em outras ações nos Juízos de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia e Curitiba, a reparação de investimentos com insucesso em algumas instituições financeiras e empreendimentos, além de restituições e isenções tributárias. As demais ações, como Autora, cerca de trezentos e oito (308), referem-se à cobrança de inadimplência de empréstimos concedidos, cujos resultados estão sendo obtidos por meio de acordos judiciais celebrados com os mutuários e por decisões na jurisdição contenciosa, com considerável retorno de recursos ao longo dos últimos dois anos.

Dos processos em que a FIPECq figura como Ré, ao final do ano de 2010, três (3) referem-se à execução fiscal; e seis (5) a expurgos inflacionários.

No final do ano de 2010 a FIPECq promoveu o ajuizamento de Ação Declaratória com o objetivo de que o Poder Judiciário (Justiça Federal do Distrito Federal) declare por sentença a destinação dos recursos referentes aos 2/3 (Fundo Previdencial) que integram o patrimônio atual da Fundação.

ÁREA	QUANTIDADE TOTAL	SITUAÇÃO	
		EM ANDAMENTO	ENCERRADOS
Juizado Especial	5	2	3
Justiça Comum Cível	384	371	13
Juizado Especial Federal	1	1	0
Justiça Federal	14	13	1
Justiça do Trabalho	17	10	7
TOTAL GERAL	421	397	24

▶ AÇÕES GERAIS

(Fundo Previdencial) que integram o patrimônio atual da Fundação.

A Assessoria Jurídica da FIPECq atua na representação judicial de (24) da totalidade de ações, o que corresponde a cerca de 6% dos processos. Nas demais ações em que a FIPECq é Autora ou Ré, sua representação é exercida por meio de contratação de escritórios ou advogados terceirizados. Essas contratações decorrem da natureza da ação, do objeto da causa, do local onde se encontra tramitando e do tempo que é disponibilizado em cada uma delas, além da especialização requerida no tema e da obrigatória atuação "in loco", quase sempre, em todas as instâncias no curso da tramitação processual.

Ainda no ano de 2010, a AJU elaborou cinco petições iniciais de ações, sendo uma de interpelação judicial (criminal), na Cidade do Rio de Janeiro; apresentou nove defesas (contestação) em ações novas contra a FIPECq; ofereceu seis recursos e contra-razões de recursos em ações em andamento; elaborou dezoito contratos e termos aditivos,

além de um número considerável de realização de audiências e participação em julgamentos em Brasília; Rio de Janeiro São Paulo; Natal e Manaus, bem como de elaboração de despachos, comunicações internas e pareceres e distribuição de Cartas Precatórias das ações de execução de título extrajudicial no Rio de Janeiro; Manaus e São Paulo, que não foram aqui listados.

Foram produzidos no decorrer dos doze meses do ano, quarenta e oito relatórios das ações da FIPECq, extraídos do sistema de acompanhamento de processos, atualizados mensalmente sob a responsabilidade desta AJU, cujo número de ações variou entre quatrocentos e dez e trezentos e noventa e sete, com disponibilização de acesso a dois Relatórios para a Diretoria Executiva e envio mensal de quatro Relatórios para a Gerência de Contabilidade e Infraestrutura.

Relação dos Advogados e Escritórios que Prestam Serviços à FIPECq:

NOME	ÁREA DE ATUAÇÃO
Airton Rocha Nóbrega	Cível
Eliane Cristina de Lima Bombardelli	Cível
Fabiano de Almeida Nunes	Cível
Jonas Modesto da Cruz	Cível
Lobo & Ibeas Advogados	Cível
Luiz Antônio Muniz Machado	Cível
Manoel Guilherme Donas	Cível
Marcelo Lamego Carpenter Ferreira	Cível
Reis Advocacia (Pedidos e Respostas)	Cível
Ximenes Advogados Associados	Cível
Junqueira de Carvalho, Murgel e Brito	Cível/Tributária
Edna Consentino Xavier Cardoso	Trabalhista
Heloisa Camargo Rodrigues Felipe dos Santos	Trabalhista

► PREVIDÊNCIA



CONTEXTO GERAL

No exercício de 2010 no âmbito da administração previdenciária, foram desenvolvidas várias ações em cumprimento às demandas regulamentares inerentes aos Planos PPC, PPE e FIPECq *PREV* administrados pela FIPECq, além do atendimento às demandas internas e externas tendo em vista a aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar/PREVIC das alterações Regulamentares do PPC, esperadas desde 2004 e da Incorporação do PPE ao FIPECq *PREV* conforme publicado no Diário Oficial da União em 29/07/2010.

Adiantamento de 50% do Abono Anual

Em cumprimento a Resolução nº 015 do Conselho Deliberativo da FIPECq, em janeiro de 2010, foi concedido o adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do abono anual a todos os aposentados dos Planos administrados pela FIPECq, garantindo aos mesmos o direito de requererem contrariamente a esse adiantamento. Registramos que no universo de 225 (duzentos) aposentados, em janeiro de 2010, recebemos 3 opções pelo não recebimento do referido adiantamento.

Os pensionistas dos Planos de Previdência administrados pela FIPECq tiveram o adiantamento de 50% do abono anual no mês de junho de 2010. Registramos que no universo de 130 pensionistas em junho de 2010, recebemos 17 opções pelo não recebimento do referido adiantamento.

Aposentado do PPC Indica Futuro Pensionista

Em atendimento à alteração regulamentar aprovada em julho de 2010 pela PREVIC, em 22 de dezembro de 2010 encaminhamos Carta DPR 475, contendo o formulário de recadastramento aos assistidos aposentados do PPC para indicação, em vida, dos beneficiários qualificados pelo INSS para recebimento de Pensão. Esta possibilidade de indicação assegura junto ao Plano a possibilidade, de que no futuro, este beneficiário conhecido pela Entidade não

sofra qualquer tipo de perda, uma vez que a partir de agora os beneficiários não declarados e conseqüentemente desconhecido no cadastro do Plano estão sujeitos a pagamento de joia no recebimento da pensão.

Recadastramento

Em julho de 2010 foi encaminhado a todos os Participantes Assistidos, dos Planos administrados pela FIPECq, formulário de recadastramento em atendimento à Instrução Normativa da FIPECq nº 49. No término de 2010 obtivemos 100% de retorno do recadastramento. Na primeira quinzena de dezembro encaminhamos a todos os Assistidos do Plano de Previdência Complementar/PPC a nova edição Regulamentar do citado Plano juntamente com a cartilha explicativa.

Participação em congressos e seminários

Considerando as mudanças Regulamentares ocorridas no Plano de Previdência Complementar a Diretoria de Previdência e sua Gerência participou de palestras na sede da Patrocinadora FINEP, em São Paulo e Rio de Janeiro no mês de agosto de 2010.

No segundo semestre de 2010 a Diretoria de Previdência e sua Gerência também elaborou e participou de palestras esclarecedoras sobre o processo de Incorporação do Plano de Previdência Especial PPE ao FIPECq *PREV*, nas Patrocinadoras do Regime Jurídico Único – IPEA, CNPq (Institutos), INPE e do INPA.

No contexto de eventos promovidos pela ABRAPP, a Diretoria de Previdência e a equipe técnica participaram do 14º Encontro de Profissionais de Benefício, realizado em agosto em Natal onde foram discutidos vários temas de grande relevância para a administração dos Planos tais como: como preparar o participante para a escolha do seu perfil de investimento, contratos previdenciários e cuidados na gestão, Previdência complementar no Brasil - Conquistas e Desafios, tributação dos benefícios e resgate, termo de ajustamento de conduta, entre outros.

► PREVIDÊNCIA

Outra participação de relevância foi no 31º Congresso Brasileiro de Fundos de Pensão, realizado em novembro de 2010 em Recife, a oportunidade de participação nos permite confirmar tendências, crescimentos de informações atualizadas com pesquisas e trocas de experiências com as demais Entidades de Previdência a nível nacional e internacional.



A FIPECq acatando o convite da PREVIC/DIACE delegou à Gerência de Previdência que apresentasse no Seminário de Educação Previdenciária o seu Programa, desenvolvido pela Fundação. O evento ocorreu em julho de 2010 em São Paulo. O seminário contou com a participação de representantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) que desenvolvem projetos de educação previdenciária, além de outros especialistas na área.

A Diretoria de Previdência contou com a sua Gerência para a disponibilização de toda a base cadastral e financeira necessária, nos últimos quase 20 anos, para a realização do processo de Incorporação do PPE ao FIPECqPREV que findaria em 31/01/2011, além da organização e interação dos setores para que fossem ministrados treinamentos dos nossos Representantes para o atendimento aos Participantes a partir de setembro de 2010. O processo de Incorporação demandou da Previdência esforços além dos rotineiros, desde mapeamento dos participantes no país, acompanhamento de metas para o cumprimento dos mais de 2.100 atendimentos, busca de dúvidas sobre a legislação que envolvia o processo, confecção de formulários, guarda de documentação e acompanhamento de toda a ordem.

Planos Administrados pela FIPECq

Plano PPC – Plano de Previdência Complementar

Em janeiro de 2010, os benefícios complementados pelo Plano PPC/PBS e o Piso Mínimo foram reajustados em 6,14% e (seis inteiros e quatorze centésimo por cento), em conformidade com a Portaria MPS/MF nº 350 de 31/12/2009, DOU de 05/01/2010.

Em junho de 2010, após a edição da Lei 12.254 de 15/06/2010 o reajuste de 6,14% foi substituído por 7,72%, sendo então conferido a todos os assistidos do PPC/PBS o referido reajuste com pagamento retroativo a janeiro de 2010, na folha de benefício do mês da edição da Lei.

Foram concedidos no decorrer do exercício os seguintes benefícios pelo Plano de Previdência Complementar – PPC/PBS: 5 pensões, 5 pecúlios e 25 auxílios-doença. Foram extintos no exercício 2 aposentadorias por tempo de serviço, 4 aposentadoria por idade, 1 aposentadoria por invalidez, 5 pensões e 29 auxílios-doença.

Plano PPE – Plano de Previdência Especial

Quanto às complementações do Plano de Previdência Especial – PPE, ocorreu atualização nos benefícios em manutenção – Invalidez e Pensão por Morte da Patrocinadora IPEA. O reajuste foi concedido em atendimento às Leis 11.890, com pagamento em agosto retroativo a julho do mesmo ano.

O Plano de Previdência Especial – PPE totalizou no exercício a concessão de 2 pensões; 14 pagamentos de Pecúlios por Morte e 3 novas concessão de complementação de aposentadoria por invalidez.

Plano de Benefícios Saldados – PBS

Considerando as alterações homologadas pela PREVIC, em 29.07.2010, constou a determinação da extinção do Plano de Benefícios Saldados – PBS. A Diretoria da FIPECq não teve qualquer alternativa que não fosse a de suspensão dos 12 benefícios em manutenção. O término do benefício passou a ser praticado a partir de 01.09.2010. No entanto, a FIPECq promoverá estudos atuariais e jurídicos, a fim de assegurar o respeito aos direitos adquiridos dos Participantes.

Os quadros que seguem demonstram os resultados obtidos no ano de 2010, comparados ao período de 2009 dos Planos de Benefício Definido administrados pela FIPECq – PPC/PBS e PPE

Quadro I
Evolução das Despesas Previdenciárias do PPC (2009 - 2010)

R\$ 1,00

Espécie	2009	2010	Variação (%)
Aposentadoria Invalidez	961.194	1.017.703	5,9
Aposentadoria por Idade	735.629	732.383	-0,4
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	6.375.467	7.568.206	18,7
Aposentadoria Especial	49.409	53.472	8,2
Pensão	2.392.213	2.786.955	16,5
Auxílio-Reclusão	-	-	-
Auxílio Doença	561.333	706.723	25,9
Pecúlio por Morte	179.687	230.406	28,2
SubTotal	11.254.932	13.095.848	16,4
Devolução Reserva Poupança	211.506	107.598	-49,1
Total	11.466.438	13.203.446	15,1

O quadro acima apresenta um crescimento das despesas no período com aposentadorias por tempo de contribuição e invalidez e pensões justificadas pelas novas concessões e o reajuste anual, porém identificamos um decréscimo nas aposentadorias por Idade com extinção de benefício por motivo de falecimento. Quanto aos benefícios de auxílios-doença, estes apresentaram um acréscimo em 2010 representado pela ocorrência em maior número de processos e, manutenção no período. Na despesa com Pecúlio por Morte em 2010, observamos alteração em relação a 2009, apesar da redução do fato gerador em 1 óbito. Registramos redução no volume de recursos utilizados para a devolução de reserva de poupança individual, com a ocorrência, em 2010, de 18 devoluções e, em 2009, de 22.

Quadro II
Evolução das Despesas Previdenciárias do PBS (2009 - 2010)

R\$ 1,00

Espécie	2009	2010	Variação (%)
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	76.722	55.355	-27,8
Aposentadoria por Idade	41.270	20.296	-50,8
Aposentadoria por Morte	29.396	26.974	-8,2
Total	147.388	102.625	-30,4

A FIPECq ao ser notificada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar/PREVIC sobre a aprovação do novo texto Regulamentar do PPC que culminou com a publicação no DOU de 29/07/2010 do referido ato, deliberou sobre o Plano de Benefícios Saldados que o mesmo deixaria de ser pago. Diante do ordenamento a partir de setembro de 2010 a Diretoria Executiva suspendeu a complementação de benefício.

A redução na variação percentual nas complementações é justificada pela suspensão dos benefícios pagos pelo PBS, ocorrido a partir de setembro de 2010.

Quadro III
Evolução das Despesas Previdenciárias do PPE

R\$ 1,00

Espécie	2009	2010	Varição (%)
Complementação por Invalidez	500.344	575.165	15,0
Pecúlio por Morte	973.889	751.999	-22,8
Pensão	57.196	78.407	37,1
Total	1.531.429	1.405.571	-8,2

No período observa-se um acréscimo nas despesas com os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte quando comparados os totais de recursos utilizados em 2009. Este aumento se deve ao fato de que no exercício de 2010 foram concedidas as atualizações nos benefícios em manutenção em decorrência da Lei nº 11.890 e concessão de 3 novas complementações. Em 2010 houve uma redução nas despesas com Pecúlios justificada em função do decréscimo de eventos de óbitos quando comparados com o exercício de 2009 quando ocorreram 4 ocorrências, a mais, de falecimento.

Quadro IV
Despesas Previdenciárias Consolidadas (2009-2010) - Plano de Benefício Definido

R\$ 1,00

Espécie	2009	2010	Varição (%)
Plano de Previdência Complementar - PPC	111.466.430	12.203.446	6,4
Plano de Previdência Especial - PPE	1.531.429	1.405.571	-8,2
Plano de Benefícios Saldados - PBS	147.388	102.625	-30,4
Total	13.145.247	14.711.642	11,9

Nota-se um acréscimo nas despesas com os benefícios dos Planos PPC e PPE, justificada pela concessão de novos benefícios e o reajuste concedido.

Quadro V
Evolução das Receitas Previdenciárias em 2009 e 2010 - Planos de Benefício Definido

R\$ 1,00

Patrocinadora	PPC			PPE		
	2009	2010	Var %	2009	2010	Var %
FINEP	7.972.976	8.777.937	10,1	-	-	-
IPEA	-	-	-	627.271	689.138	9,9
CNPq	86.184	91.983	6,7	922.414	920.057	-0,3
INPE	126.400	127.327	0,7	344.339	344.804	0,1
INPA	-	-	-	294.811	284.447	-3,5
FIPECq	368.145	412.419	12,0	-	-	-
Assistidos	501.114	557.182	11,2	31.971	34.755	8,7
Especiais	260.918	236.906	-9,2	50.544	49.627	-1,8
Total	9.315.737	10.203.75	9,5	2.271.350	2.322.828	2,3

PREVIDÊNCIA

OBS.: O Plano PBS não está incluído por tratar-se de um plano saldado desde janeiro de 1991, ou seja, quem participa não acumula novas contribuições desde o advento do RJU.

Os acréscimos nas contribuições previdenciárias são justificados pela elevação do teto máximo de participação, em janeiro de 2010 que foi alterado de R\$ 13.666,16 para R\$ 13.869,60 e em 06/2010 para R\$ 14.758,64. A elevação da folha salarial das Patrocinadoras por meio de dissídios; reclassificações; ajuste nas tabelas de gratificação, também são indicadores da elevação do salário-de-participação e conseqüente acréscimo nas contribuições para os Planos. Os decréscimos de receitas são justificados pelos desligamentos de Participantes dos Planos, seja a pedido; por rescisão de contrato de trabalho ou por falecimento.

Quadro VI
Resumo Quantitativo dos Benefícios Concedidos e Encerrados em 2010

Benefícios	PPC		PBS		PPE	
	Concedidos	Encerrados	Concedidos	Encerrados	Concedidos	Encerrados
Apos. Tempo de Contribuição		2				
Apos. por Idade		2		2		
Apos. por Invalidez		1			3	2
Pensões	5	5	1		2	
Pecúlio - Participante Ativo	1					12
Pecúlio - Particip. Assistido	4					2
Total	10	10	1	2	5	16

Quadro VII
Resumo do Quantitativo dos Participantes Ativos dos Planos Previdenciários da FIPECq, por Patrocinadora (2009 - 2010)

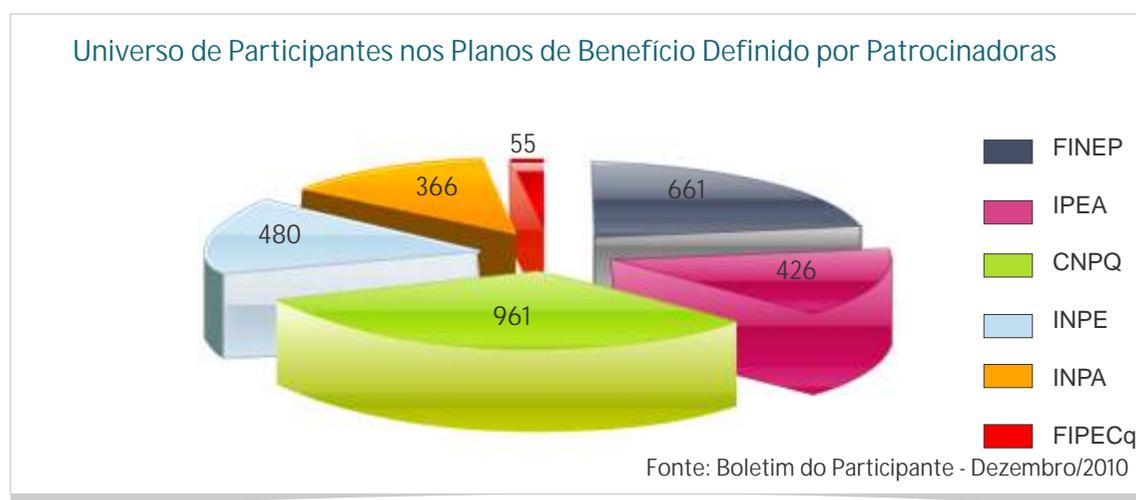
Patrocinadoras	PPC		PBS		PPE	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
FINEP	480	490				
IPEA	1	1	3	3	426	418
CNPq	3	3	11	10	951	934
INPE	5	4	1	1	477	475
INPA			1	1	372	365
FIPECq	48	45				
Total	537	543	16	15	2.226	2.192

Nota: estão incluídos os Participantes Autopatrocinaados por Patrocinadora.

Quadro VIII
Quantitativo de Participantes Ativos e Assistidos dos Planos PPC, PPE e PBS
(2009 – 2010)

Patrocinadoras	2009	2010
Ativos	2.780	2.750
FINEP	472	480
IPEA	427	418
CNPq	932	917
INPE	477	474
INPA	372	364
FIPECq	41	37
Autopatrocinaados	59	60
Assistidos	354	338
Aposentadoria Especial	1	1
Aposentadoria por Invalidez	61	61
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	120	117
Aposentadoria por Idade	22	18
Pensão	128	125
Auxílio-Doença	22	16
Total	3.134	3.104

É observada a redução do número de Participantes nas Patrocinadoras atingidas pelo Regime Jurídico Único cujo Plano é o PPE - Plano de Previdência Especial, os cancelamentos em sua maioria foram a pedido e em menor número por inadimplência.



▶ PREVIDÊNCIA

Plano de Contribuição Definida - FIPECqPREV

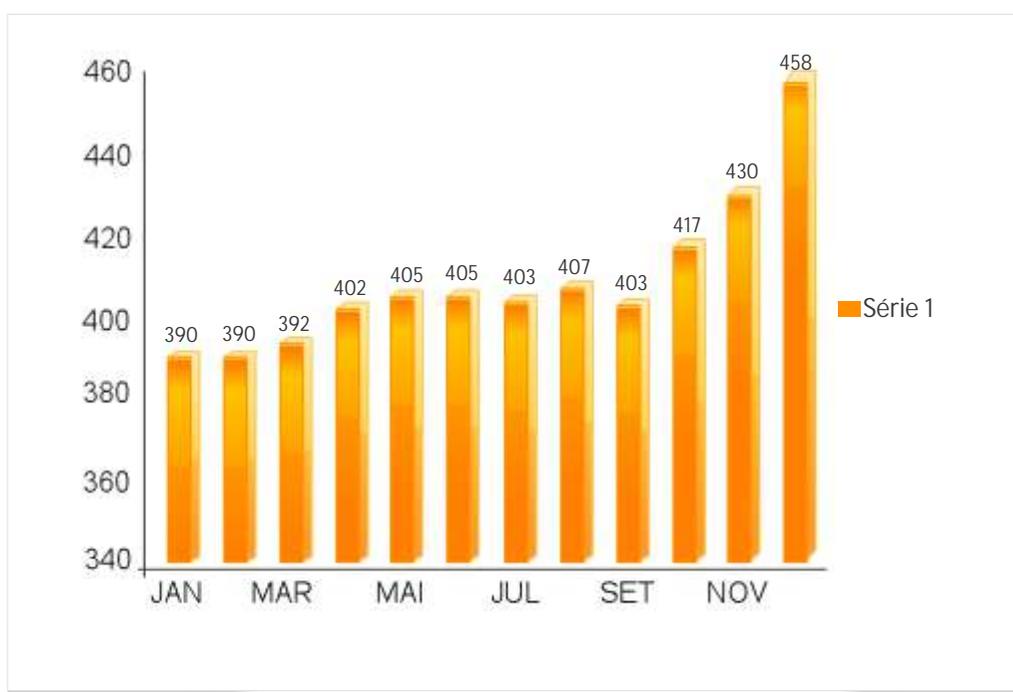
No decorrer de 2010 o Plano Instituído pela Caixa de Assistência Social da FIPECq, o FIPECqPREV, continuou a despertar interesse dos Associados da FIPECq Vida, considerando as medidas chanceladas pela PREVIC com a incorporação do PPE ao FIPECqPREV. o Plano passou a ser mais visitado no site da Entidade além das consultas serem mais frequentes aos Representantes.

No findar de 2010 foi concedido o primeiro benefício programado em parcela única.

Até dezembro 2010 vigorou a contratação de seguro para a majoração de benefício de risco no FIPECqPREV da seguradora Tóquio Marine. Em substituição, para melhor adequação e recepção dos Participantes do PPE no FIPECqPREV, foi contratada em dezembro de 2010, para cobertura a partir de janeiro de 2011, a Seguradora ACE, sendo a que mais se adequaria aos benefícios pagos pelo PPE.

O quadro que segue demonstra a evolução das adesões ao FIPECqPREV em 2010.

Evolução dos Participantes Ativos do FIPECqPREV em 2010



Fonte: Boletim do Participante - Dezembro/2010

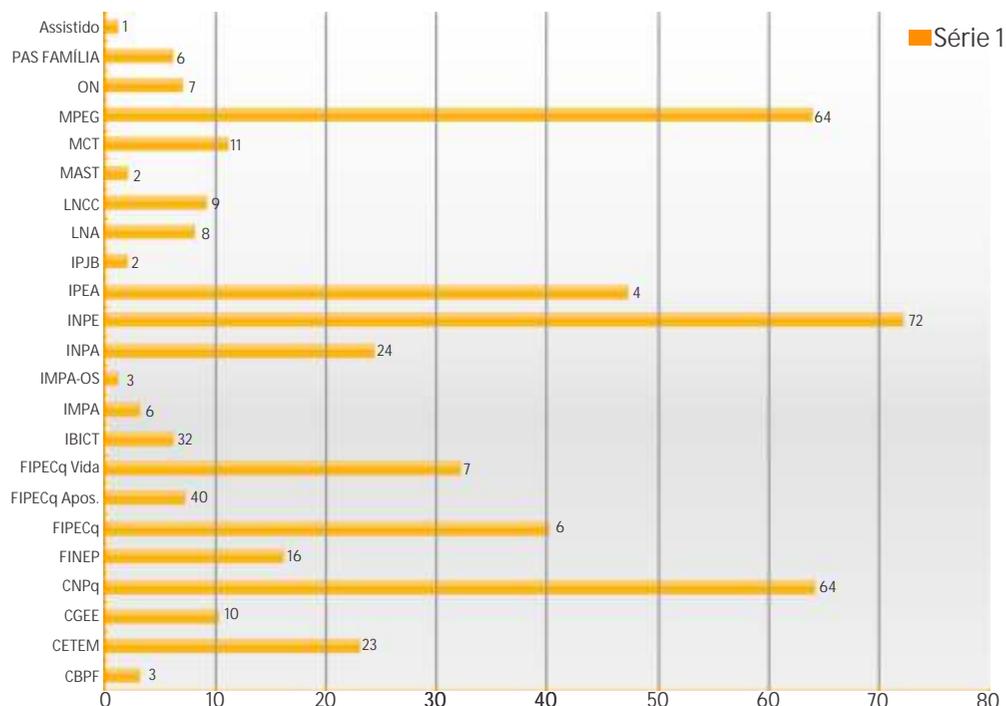
O gráfico acima já demonstra o presságio do acréscimo de Participantes ao FIPECqPREV. Muitos Associados da FIPECq Vida motivados pela divulgação da Incorporação do PPE ao FIPECqPREV, que somente ocorreria em 31/01/2011, solicitaram a sua adesão ao novo Plano ainda no exercício de 2010. Detectamos um maior interesse e a descoberta do Plano Instituído por parte dos servidores das Patrocinadoras IPEA, CNPq, INPE e do INPA no findar de 2010.

A FIPECq, no decorrer do ano, encaminhou mensagens eletrônicas sobre a importância dos Associados da Caixa de Assistência Social da FIPECq em buscar proteção previdenciária principalmente quando o plano é administrado por Entidade Fechada de Previdência Complementar.

FIPECqPREV em Números

PLANO INSTITUIDO	2009	2010
Ativos - Total	390	456
Participantes Ativos	389	450
Participantes Ativos Não Contribuintes		
Participantes Autopatrocinados	1	6
Assistidos		1
Benefício Programado Prazo Certo		
Benefício Programado Prazo Indeterminado		
Benefício Programado Pagamento Único		1
Movimentação Participantes		
Novas Adesões	77	118
Exclusão da Condição de Ativos	59	52
Cancelamentos de Adesão	59	50
Benefícios Concedidos		1
Falecidos com Seguro		
Falecidos sem Seguro		1
Institutos		
Portabilidade como Receptor		1
Portabilidade como Originário		
Resgastes	59	48
BPD - Benefício Proporcional Diferido		

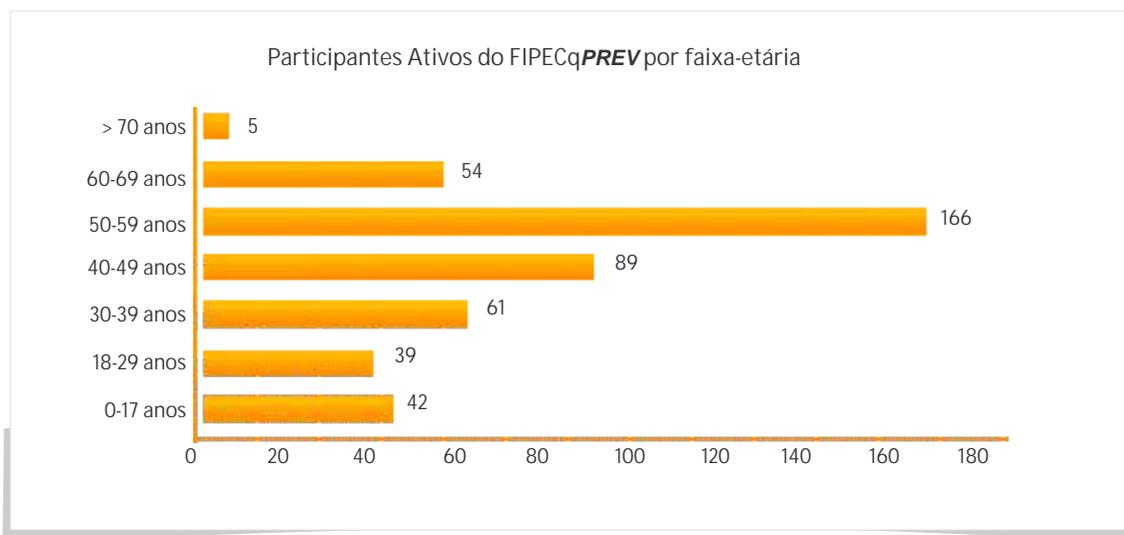
Distribuição de Adesão ao FIPECqPREV por Localidade em Dez/2010



Fonte: Boletim do Participante - Dezembro/2010

PREVIDÊNCIA

No quadro a seguir demonstramos a quantidade de participantes por faixa-etária



Fonte: Boletim do Participante - Dezembro/2010

Verificamos que a distribuição etária dos Participantes em dezembro de 2010, continua mais concentrada nas idades superiores a 40 anos, reproduzindo a mesma distribuição etária de 12/2009.

Demonstramos abaixo a evolução do indicador de rentabilidade do plano, o Índice Geral do FIPECqPREV – IGFP no Exercício de 2010.

Evolução do IGFP em 2010



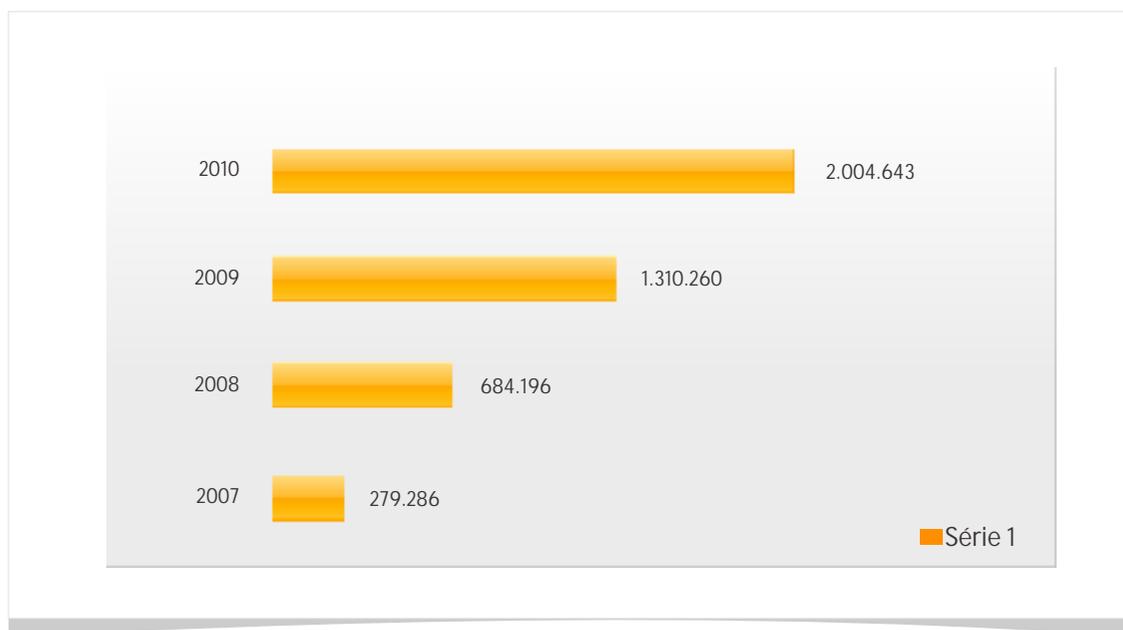
Fonte: Boletim do Participante - Dezembro/2010

Em 2010 observamos a continuidade da evolução da rentabilidade do IGFP (Índice Geral do FIPECqPREV), o que demonstra a eficiência da gestão dos recursos financeiros.

No quadro a seguir demonstramos a evolução do Patrimônio do FIPECqPREV:

▶ PREVIDÊNCIA

Evolução do Patrimônio do FIPECq *PREV*



▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS



RETROSPECTIVA ECONÔMICA 2010

Premissas

No decorrer do ano de 2010, o mercado financeiro e de capitais voltou a sofrer forte volatilidade, em especial, por conta da fragilidade das economias de Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha (PIIGS).

A deterioração dos indicadores de solvência fiscal de economias maduras (EUA; Japão; Reino Unido e Zona do Euro) é, em grande parte, consequência do conjunto de medidas de estímulo fiscal e de socorro a bancos, com base na emissão e desvalorização das respectivas moedas.

Conta Corrente (% do PIB)

País	2009	2010	2011	2015
Alemanha	4,8	5,5	5,6	3,6
Espanha	-5,1	-5,3	-5,1	-5,0
Grécia	-11,2	-9,7	-8,1	-7,3
Itália	-3,4	-2,8	-2,7	-2,4
Irlanda	-2,9	0,4	-0,1	-0,7
Portugal	-10,1	-9,0	-10,2	-8,9
Zona do Euro	-0,4	0,0	0,1	-0,1
Reino Unido	-1,3	-1,7	-1,6	-1,4
EUA	-1,3	-1,7	-1,6	-1,4
Japão	2,8	2,8	2,4	1,8

Projeções: FMI Fonte: FMI

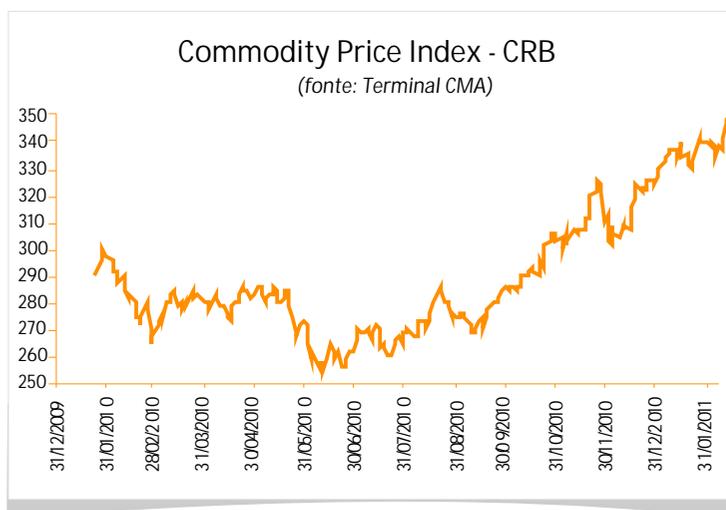
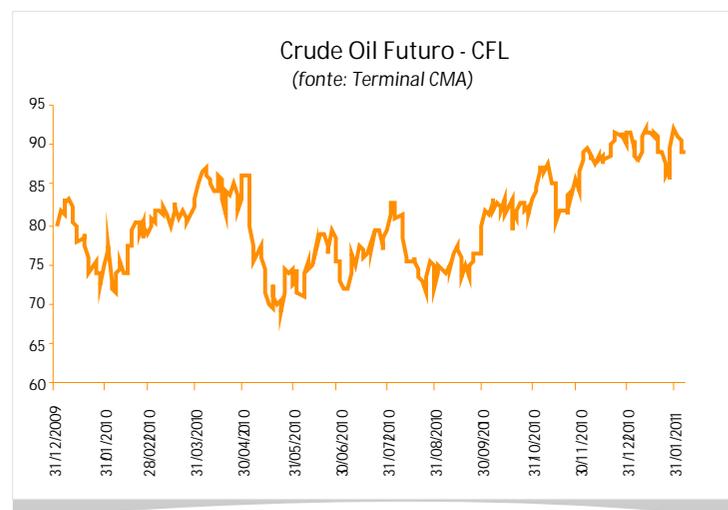
Déficit Fiscal (% do PIB)

País	2009	2010	2011
Alemanha	-3,2	-5,3	-4,6
Espanha	-11,4	-10,2	-8,1
Grécia	-13,6	-10,0	-9,7
Itália	-5,3	-5,1	-4,1
Irlanda	-10,0	-10,0	-8,9
Portugal	-7,8	-8,4	-7,5
Zona do Euro	-6,1	-6,8	-5,7
Reino Unido	-12,1	-11,3	-8,5
EUA	-10,2	-8,6	-6,3
Japão	-5,6	-6,2	-6,4

Projeções: FMI Fonte: FMI

▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Em 2010, o mercado de commodities seguiu beneficiado pela elevada liquidez. Na medida em que os principais contratos futuros são cotados em dólar (USD), as emissões “anticíclicas”, por parte do Tesouro Norte-Americano, forçaram altas expressivas nos preços das commodities favorecendo a economia brasileira.



No mercado de capitais brasileiro, o destaque ficou por conta das ações de empresas do Setor de Consumo. Em geral, são empresas que pertencem ao “Novo Mercado”, do grupo “Small Caps” e não fazem parte do Ibovespa ou não têm grande influência sobre o mesmo.

Comparativo de Desempenho entre Índices da Bolsa de Valores

CÓDIGO	ÍNDICE	31/12/2010	31/12/2009	RETORNO ANO
IBOV	Ibovespa	69.304	68.588	1,04%
SMLL	Small Caps	1.440	1.773	22,74%
INDX	Industrial	10.946	10.020	9,23%
IFNC	Financeiro	3.889	3.388	14,80%
IEEX	Energia Elétrica	27.243	24.327	11,98%
ITEL	Telecomunicações	1.445	1.560	-7,39%
ICON	Consumo	1.684	1.341	25,56%
IMOB	Imobiliário	1.037	938	10,46%

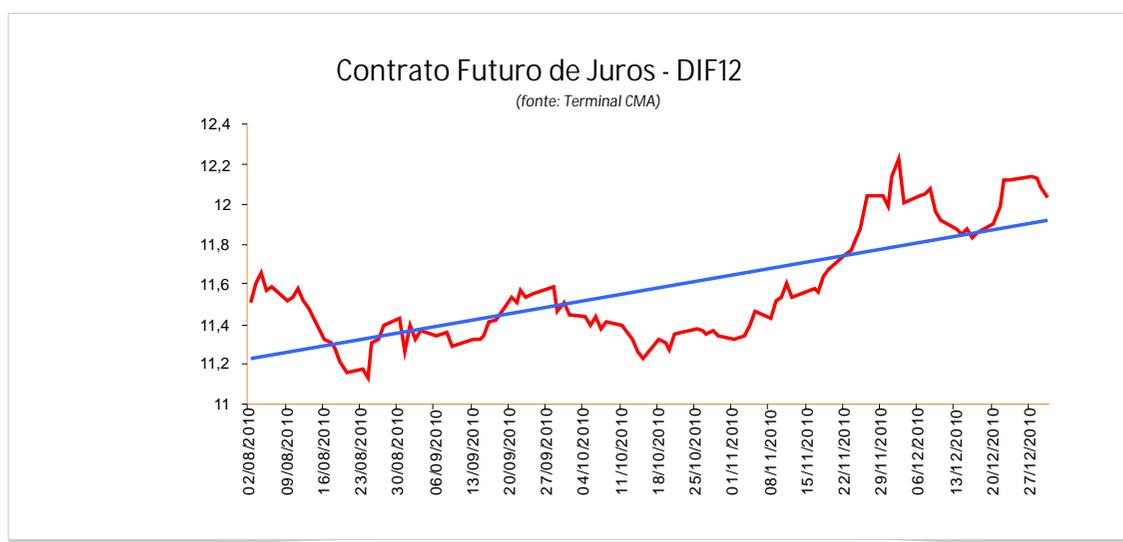
Fonte: Terminal de Informações CMA

No Brasil, consolidou-se o início de novo ciclo de crescimento, após o breve processo recessivo experimentado a partir do final de 2008 e durante o ano de 2009. Essa retomada foi expressa no crescimento registrado pelo Produto Interno Bruto (PIB) no segundo e terceiro trimestres do ano de 2009 e no decorrer de 2010, chegando a 7,5% ao final deste ano. Esse desempenho foi sustentado, em especial, pelo desempenho da demanda interna. Com um intenso crescimento, com base no consumo das famílias e da expansão do crédito, o “fantasma” da inflação retornou com força a partir do segundo semestre de 2010. Como consequência, os agentes do mercado financeiro passaram a apostar na retomada da alta dos juros e na retração da economia.

▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

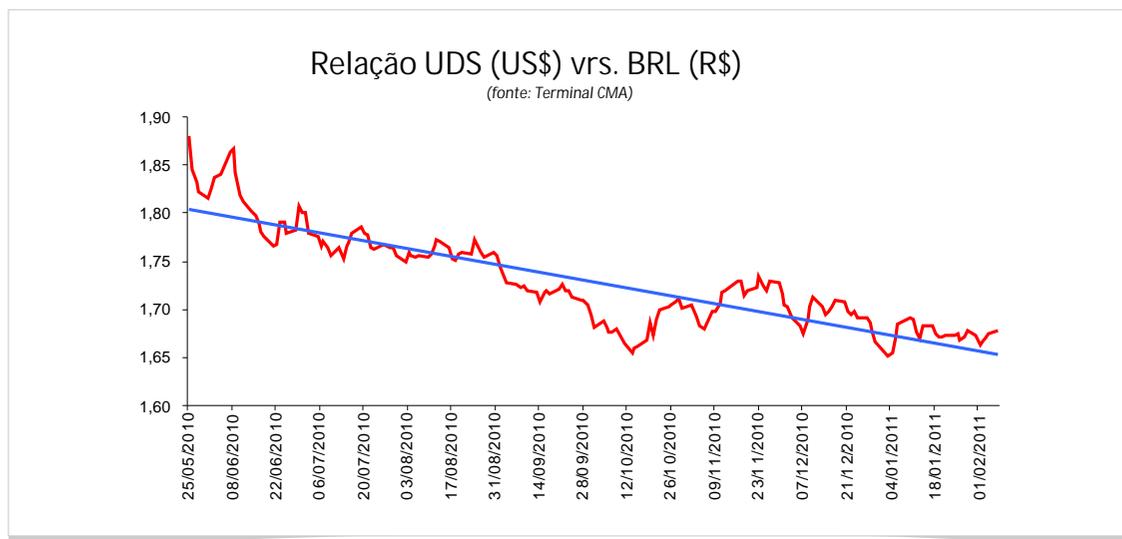
Projeções para Inflação Anual

INDICES	DEZ/08	JUN/09	SET/09	DEZ/09	JUN/10	SET/10	DEZ/10
IGP-M - FGV	9,81%	-7,29%	-4,24%	-1,71%	5,69%	7,48%	11,32 %
IGP-DI-FGV	9,11%	-5,44%	-3,76%	-1,44%	5,48%	8,05%	11,31 %
INPC-IBGE	6,48%	6,02%	4,78%	4,11%	3,38%	3,17%	6,47%
IPCA-IBGE	5,90%	5,45%	4,51%	4,31%	3,09%	3,18%	5,91%
IPC-FIPE	6,17%	3,46%	3,26%	3,65%	3,10%	3,63%	6,41%
Banda Inferior	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Meta BACEN	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Banda Superior	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%



Outro importante movimento de mercado foi a forte desvalorização do dólar (USD) frente ao Real (BRL). Os bons fundamentos da economia brasileira fizeram com que o Brasil entrasse no “circuito” mundial dos investidores e, em um ambiente de crise, buscaram maiores prêmios com risco aceitável. Essa imigração de recursos provocou a sobrevalorização do Real (BRL).

▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS



Com o USD sendo negociado a R\$ 1,65, a consequência natural foi a deterioração parcial do Balanço de Pagamentos devido ao aumento das importações. No entanto, as reservas cambiais seguem suficientes para manter a credibilidade e o risco soberano estáveis.

Enfim, o ano de 2010 foi marcado pela retomada do crescimento econômico com base no aumento da renda real e no consumo das famílias. E, apesar do agravamento da crise fiscal na Zona do Euro, continuamos a perceber a entrada contínua do capital estrangeiro no país.

Conjuntura Econômica

A conjuntura econômica revela que o nível de atividade vem sendo comandada pela demanda interna. Em um primeiro momento, de 2000 a 2006, as exportações de commodities, principalmente em detrimento do forte crescimento da China, foi preponderante para o crescimento do país. Já de 2007 a 2010, observamos que o crescimento é justificado pelo aumento do consumo das famílias. Em atendimento a essa nova demanda, os investimentos (FBCF) cresceram substancialmente e contribuíram para o chamado "ciclo virtuoso" da economia brasileira.

COMPONENTES DO PIB (DEMANDA)	PERÍODOS			
	1995-1998	1999-2002	2003-2006	2007-2010*
PIB a preços de mercado	2,5%	2,1%	3,5%	4,5%
Consumo das famílias	3,5%	1,7%	3,2%	5,7%
Gastos do Governo	1,0%	2,2%	2,5%	4,2%
Investimento (FBCF)	4,2%	-2,1%	4,3%	8,7%
Exportação de bens e serviços	3,2%	9,0%	10,0%	0,6%
Importação de bens e serviços (-)	12,1%	-4,2%	9,4%	12,2%

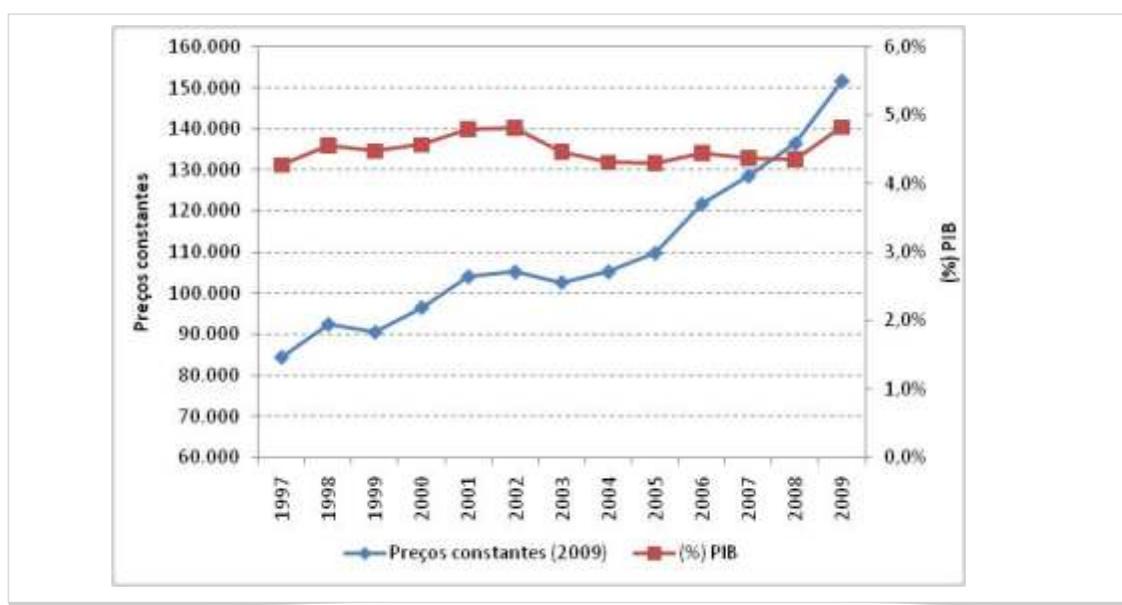
Fonte: IBGE - Elaboração Própria

*Estimativa com base no acumulado de 2010

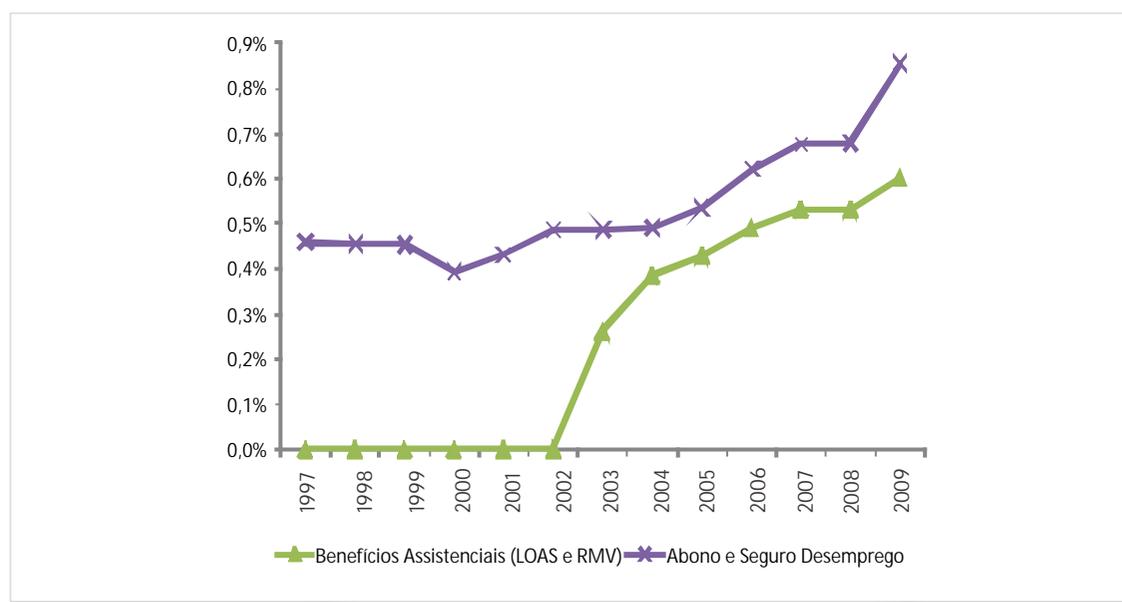
▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

O governo teve um papel fundamental no aumento do consumo interno primeiramente pela implantação de programas de transferência de renda e em segundo lugar pela contratação de pessoal. Ainda, não menos importante, o governo atuou de forma pontual e eficiente na condução das medidas “anticíclicas” no auge da crise internacional que se iniciou em 2008. Com isso, podemos elencar como principais fatores do crescimento: consumo das famílias; crescimento do salário mínimo; programa de transferência de renda; aumento do salário real e do número de ocupados e crédito à pessoa física.

Despesa do Governo Central com Pessoal e Encargos

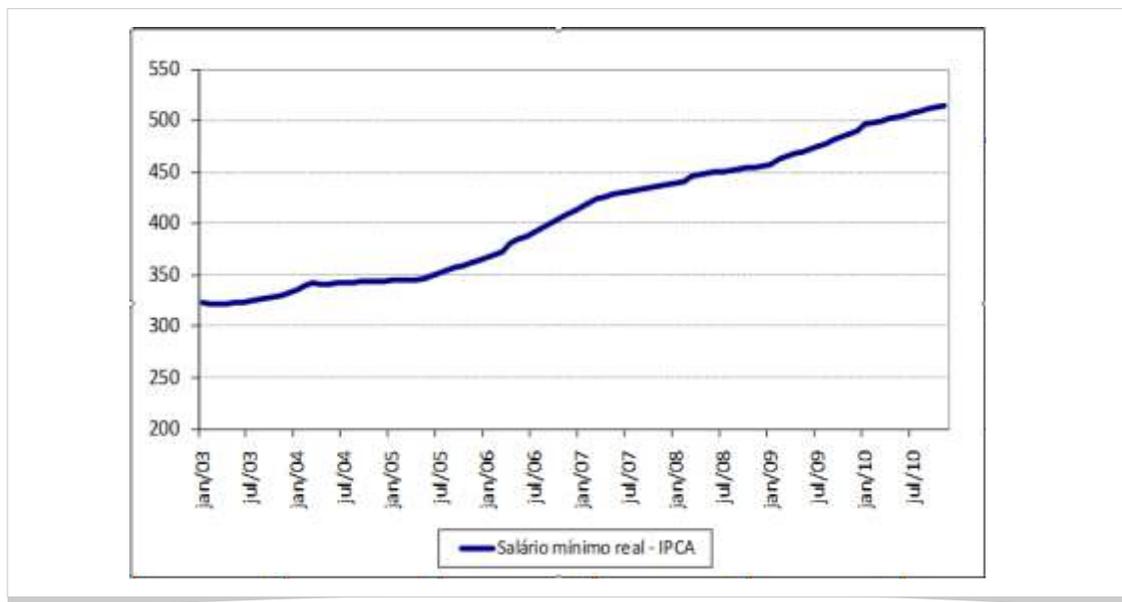


A Política Distributiva (% PIB)



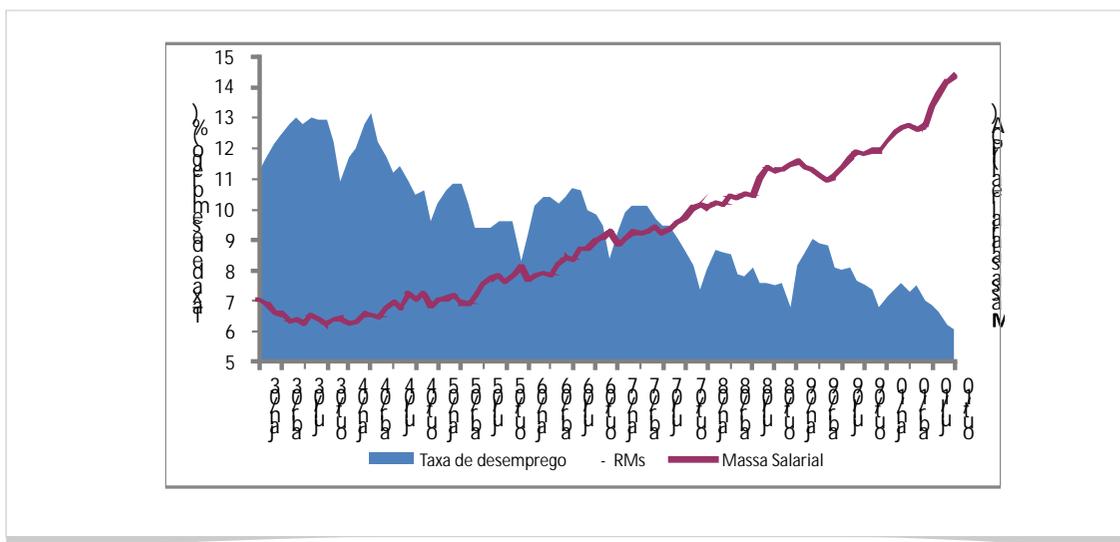
▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

A Política de Salário Mínimo
(Média móvel 12 meses: preços constantes - IPCA)



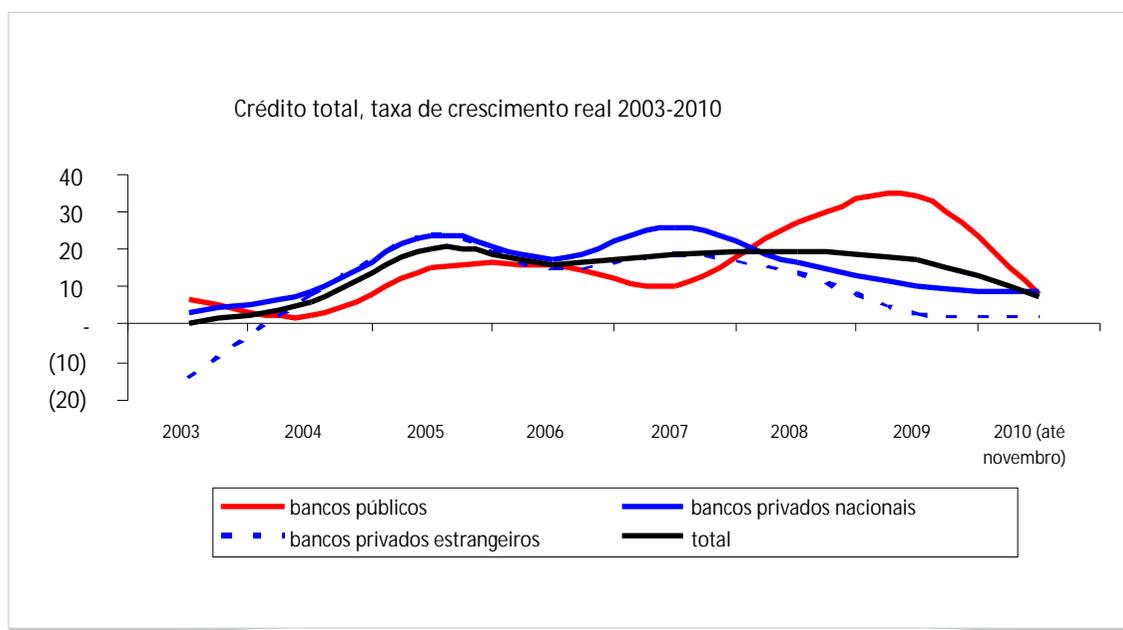
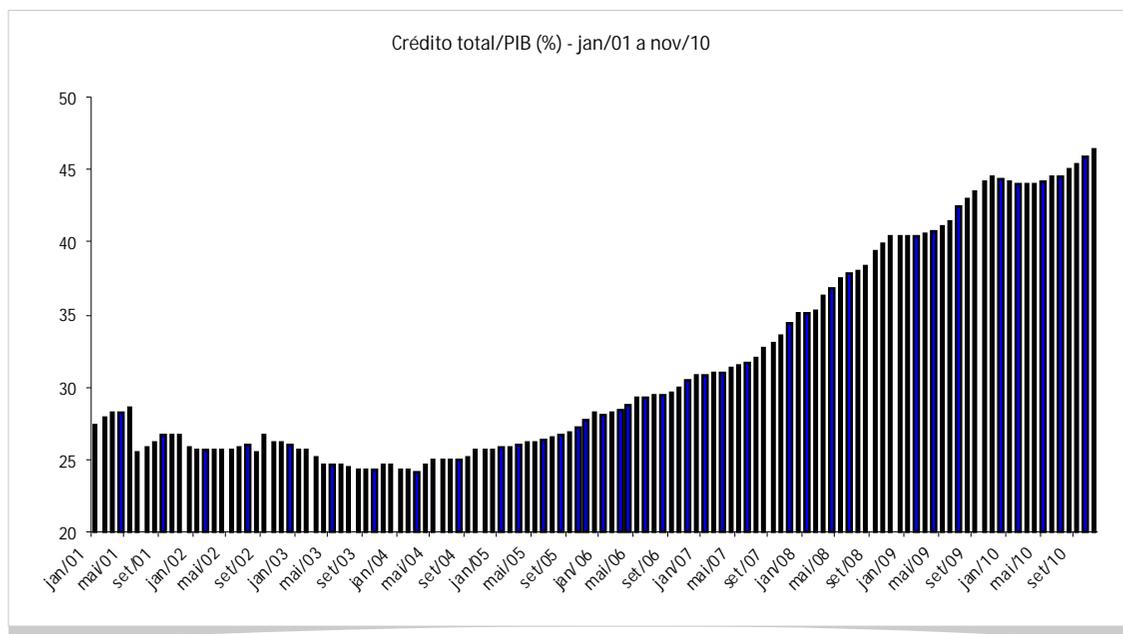
Em 2010 o grande feito foi o fortalecimento dos fundamentos da economia brasileira conquistados nos últimos anos, pelo desempenho do consumo das famílias favorecido pela preservação da renda real e, mais recentemente, pela melhora nas condições do mercado de trabalho e de crédito.

O Mercado de Trabalho



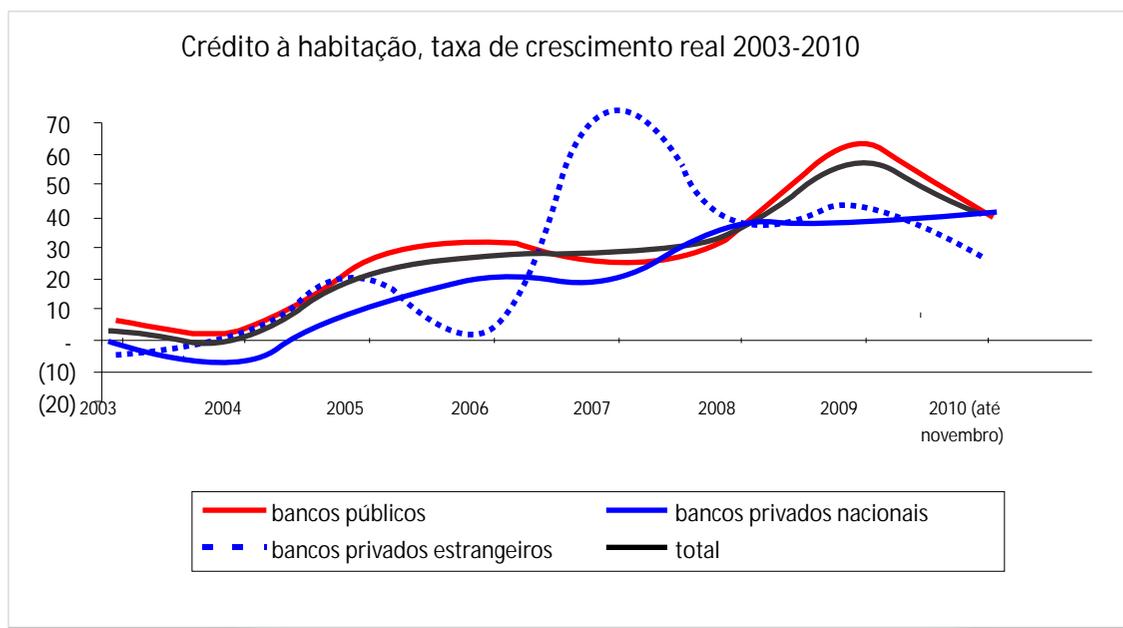
▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Sobre o desempenho do crédito no Brasil, a expansão da relação Crédito/PIB indica que os bancos privados estiveram à frente deste processo até a eclosão da crise financeira e os bancos públicos acabaram por liderar a continuidade da tendência após a crise financeira. A atuação pontual dos agentes públicos foi decisiva na preservação do poder de compra e da confiança do consumidor. A mesma relação em 2004 era de 23% do PIB e, em 2010, chegamos ao record de 46% do PIB.

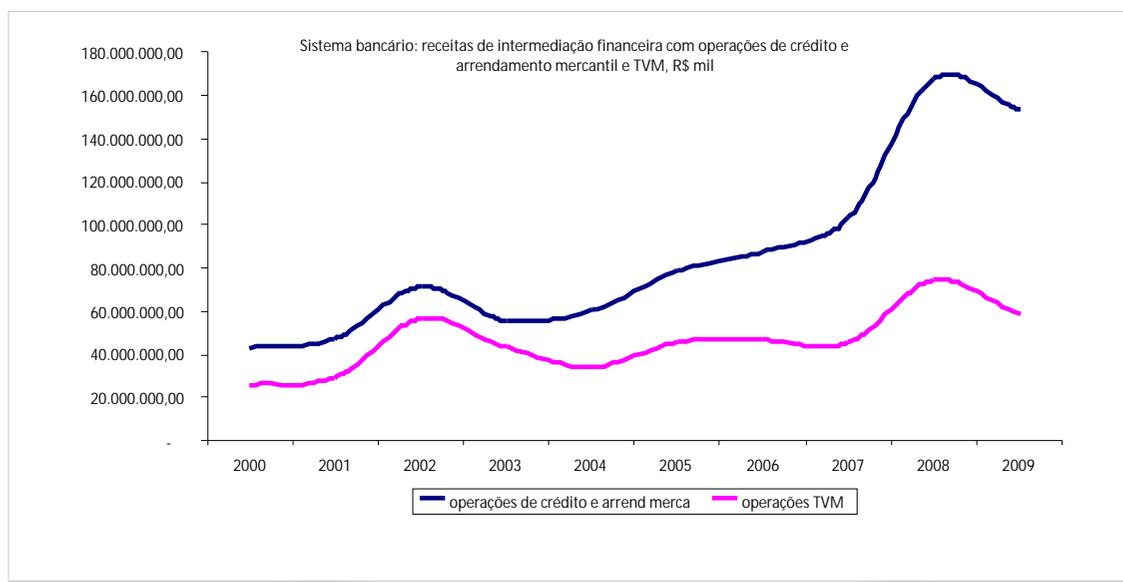
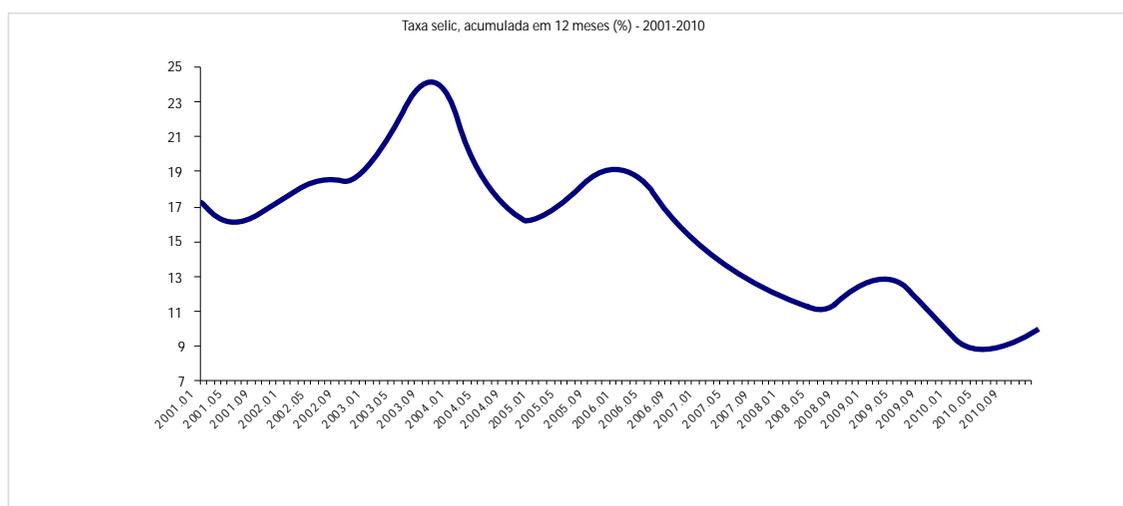


O destaque foi o reaparecimento do crédito habitacional devido ao programa "Minha Casa, Minha Vida". A habitação foi o único setor em que o crédito via bancos públicos foi expandido a taxas mais elevadas. Neste setor os bancos públicos exercem clara primazia sobre os bancos privados.

▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS



A redução da taxa de juros básica da economia teve um papel fundamental na expansão do crédito. As receitas com operações de crédito superam os prêmios com os títulos de valores mobiliários (TVM) de emissão do Tesouro Nacional.



▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

A forte expansão do crédito acabou por acelerar o crescimento da economia e, conseqüentemente, da inflação. Com a orientação do Conselho Monetário Nacional/CMN de combate a inflação, em um movimento atípico, o Governo ao invés de simplesmente subir a taxa de juros, atacou em meados do mês de dezembro de 2010, em primeiro lugar, a expansão do crédito. As medidas para conter o crédito, anunciadas pelo Banco Central, devem reduzir o "ímpeto" do consumo em 2011. No início de dezembro, o Banco Central/BACEN anunciou aumento da alíquota dos depósitos compulsórios, retirando R\$ 61 bilhões da economia brasileira, além das novas regras para cartões de crédito e, também, da exigência de mais capital por parte dos bancos para operarem empréstimos de prazo maior.

Se o ritmo da atividade vinha forte, essas medidas tendem a ter um impacto de causar um arrefecimento no início de 2011. Em qualquer mercado, se existe menos recursos, o preço tende a subir. Isso vai impactar os setores mais dependentes do crédito, como os bens de consumo duráveis (automóveis e linha branca), que são comprados com financiamento. A medida vai ter menos efeito para os chamados bens de consumo mais leves, que são pagos à vista. Entretanto, estes produtos também devem sentir algum impacto da medida. Como a renda é uma só, quando você faz uma alteração dessa natureza compradores terminam realocando suas decisões de consumo. Se eles já estão comprometidos, vai sobrar menos para os bens que eles compravam à vista. Em um cenário de crédito mais escasso as empresas de menor porte são as primeiras a sofrer, assim como as pessoas físicas que têm histórico de crédito menos favorável. Estes vão ter que arcar com custos mais elevados. Medidas desta natureza terminam por atingir esses agentes com mais fragilidade.

Em resumo, com a crise financeira de 2008 e 2009, temos o aumento da preferência pela liquidez dos bancos privados, e redução da dos bancos públicos. A situação se inverteu e os bancos públicos passaram a induzir o mercado de crédito, em todos os setores. Quantitativamente, o papel dos bancos públicos no ciclo de expansão foi retardado com intensificação a partir de 2005 e, sobretudo após a crise financeira. Qualitativamente, atuação dos bancos públicos permanece relevante nos créditos habitacional, rural e industrial. É aparente os bancos privados envolvendo-se em operações menos arriscadas e de prazos mais curtos.

Em geral, apesar da sazonalidade apresentada prevalece a retomada do crescimento econômico, melhoria na distribuição de renda e o ciclo virtuoso da economia

brasileira aonde o ambiente macro estimula crescimento do crédito, que por sua vez expande o consumo e a produção doméstica.

Conclusão

Os crescimentos registrados pelo PIB no terceiro trimestre do ano e a trajetória de diferentes indicadores setoriais nos meses subsequentes ratificam o cenário de retomada consistente da economia brasileira, após o breve processo recessivo experimentado a partir do final de 2008. Esta reversão, sustentada, em especial, pelo desempenho da demanda interna, foi amparada tanto pelo fortalecimento observado nos principais fundamentos da economia brasileira nos últimos anos, quanto pela adequação das medidas de política econômica ao final de 2008 e início de 2009 para o enfrentamento dos impactos da crise mundial. Nesse cenário, ressalte-se o desempenho do consumo das famílias, favorecido, inicialmente, pela preservação da renda real e, mais recentemente, pela melhora nas condições do mercado de trabalho e de crédito.

A aceleração registrada pelos preços ao consumidor no último trimestre de 2010, além de traduzir os impactos do crescimento sazonal dos preços, refletiu o ambiente de retomada do nível de atividade. A evolução recente dos indicadores de inflação, embora evidenciem a reversão de suas trajetórias decrescentes observadas no decorrer do ano, sugerem que a inflação mesmo pressionada no início de 2011 por aumentos sazonais das matrículas e mensalidades escolares e dos alimentos "in natura" e pelos possíveis reajustes das tarifas de ônibus urbano nas principais capitais deverá, sob condições monetárias adequadas, manter-se no intervalo projetado no âmbito do regime de metas para a inflação, ainda que próximo à "banda superior" estipulada pelo CMN.

Para vivenciarmos um crescimento moderado com preservação da moeda, as operações de crédito seguiram em queda marginal, em função das medidas de contenção de crédito emitidas pelo BACEN em dezembro de 2010. A trajetória do crédito no segmento de pessoas jurídicas, mais impactadas pelo ambiente que sucedeu a intensificação da crise mundial, segue em ritmo moderado, mas registra retomada compatível com a recuperação das vendas e dos investimentos, com ênfase na contribuição dos desembolsos do BNDES.

A consolidação da recuperação sustentada do mercado de crédito, elemento importante para a continuidade da retomada do crescimento da economia brasileira deverá se beneficiar da melhora dos indicadores de renda e emprego

▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

e da redução nas taxas de inadimplência no longo prazo, quando as medidas de contensão surtirem efeito.

Vale mencionar, entretanto, que nos EUA e na Área do Euro o setor bancário ainda frágil e o desemprego crescente são fatores de atenção como importantes riscos para a continuidade do processo de retomada econômica.

A solidez das contas externas do país, favorecendo o ajuste do déficit em conta corrente, o financiamento adequado do balanço de pagamentos e a acumulação expressiva de reservas internacionais contribuíram para que os impactos da crise mundial sobre a economia brasileira fossem menos acentuados. Nesse cenário, o déficit em transações correntes, relativo a 2010 deverá ser integralmente financiado com ingressos líquidos de investimento estrangeiro direto.

Para 2011, em ambiente de retomada progressiva no nível de atividade da economia mundial, o déficit em conta corrente deverá ser ampliado, movimento consistente tanto com o impacto da consolidação da retomada do nível da atividade interna sobre o nível das importações, quanto com a perspectiva de aumento das remessas líquidas de lucros e dividendos. Vale mencionar, entretanto, que o desempenho estimado para as transações correntes não deverá se constituir em restrição ao financiamento do balanço de pagamentos, onde predominam os fluxos de investimentos estrangeiros, diretos e em portfólio, e a maior facilidade na rolagem das obrigações externas, públicas e privadas.

Nesse contexto, a economia brasileira, apesar, de apresentar algumas perdas marginais nas vendas das empresas deverá manter a trajetória de crescimento que, neste ano de 2011, poderá alcançar os 5% suficientes para a manutenção da atividade e dos níveis de renda.

Desempenho da FIPECq

A carteira de investimentos da FIPECq encerrou o ano de 2010 com a rentabilidade de 10,22%, que representa um déficit de 1,40% em relação à expectativa atuarial, que foi de 11,79%. Ainda que abaixo da meta, o desempenho das carteiras, em comparação com a taxa de juros de mercado, perfaz uma rentabilidade de 104,82% do CDI.

O ano de 2010 foi marcado pela volatilidade nos mercados internacionais, causados pelos recorrentes problemas fiscais nas economias da zona do Euro. Por outro lado, foi verificada uma recuperação da economia norte-americana, embora ainda lenta e inconsistente. Outro tema de peso

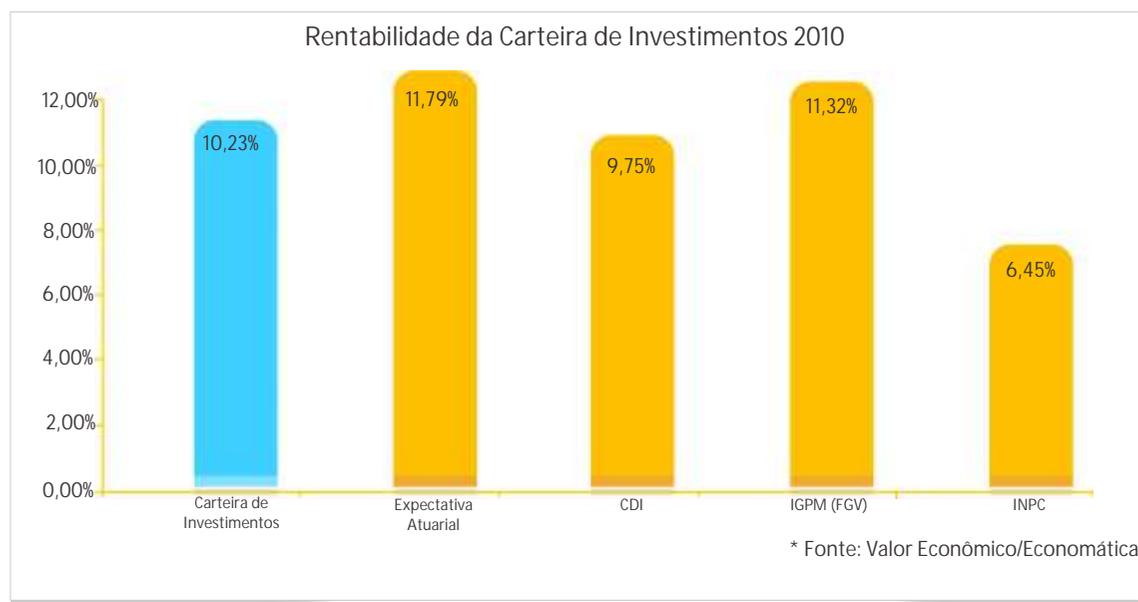
durante o ano foi o enfraquecimento do dólar, estratégia norte-americana com o objetivo de diminuir seus déficits comerciais, principalmente com a China. A partir da controvérsia entre estas duas potências comerciais, a mídia mundial cunhou a expressão guerra cambial. Na verdade, o contra-ataque norte-americano tem como objetivo uma revisão no valor do Yuan, artificialmente subvalorizado pelo governo chinês, como forma de prover maior competitividade aos seus produtos de exportação. Em função disto, as demais economias do mundo tentam se proteger dos efeitos causados pelas medidas cambiais de parte a parte, buscando salva-guardas aos seus parques industriais e, principalmente, manter equilíbrio das suas contas externas.

No Brasil, o mercado interno manteve a dinâmica positiva de crescimento do PIB, onde o consumo de varejo, bens duráveis, construção civil e mineração seguem como destaque. No entanto, a pressão inflacionária gerada pelos gargalos produtivos freou o ímpeto de crescimento econômico no último quadrimestre do ano de 2010. Desta forma, foi necessária a atuação do Banco Central criando limitações no crédito direto ao consumidor e reduzindo os recursos disponíveis nos bancos para operações de crédito, via aumento dos depósitos compulsórios. Como complemento ao cenário, os rumores de um novo ciclo de alta da Selic determinaram o fim das boas expectativas de crescimento e frustrou a recuperação da bolsa no último trimestre do ano.

O Brasil segue como um polo atrativo de moeda estrangeira, com o foco se deslocando do setor de renda variável para o investimento direto e para a renda fixa, onde os agentes externos buscam realizar arbitragens, aproveitando as elevadas taxas de juros no mercado brasileiro. No entanto, a apreciação do real se apresenta como um desafio a ser vencido pelos setores exportadores enquanto o Banco Central segue na tentativa de encontrar uma solução para a acentuada depreciação do dólar em relação ao real.

Inserida neste contexto, a Carteira de Investimentos da FIPECq obteve os seguintes resultados: o Segmento de Renda Fixa obteve uma rentabilidade nominal de 11,97%, correspondente a 116,71% do CDI; o Segmento de Renda Variável obteve 6,28%, desempenho 5,19% acima do Ibovespa; o Segmento de Imóveis apresentou uma rentabilidade de 9,65%, abaixo da expectativa atuarial em -1,91%; e o Segmento de Empréstimos encerrou o ano com rentabilidade de 14,93% no ano, 2,81% acima da expectativa atuarial.

▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS



Durante o ano de 2010 a gestão de investimentos da FIPECq esteve empenhada no aprimoramento das normas e condutas no sentido de minimizar o risco das carteiras de investimentos e aumentar o grau de transparência e responsabilidade social na gestão do patrimônio da Fundação, as quais apresentaram os seguintes desempenhos:

Renda Variável

O ano de 2010 se iniciou sob a expectativa da recuperação da atividade econômica das economias do velho mundo, mas este processo esbarrou nos costumeiros obstáculos inerentes às reestruturações econômicas, normalmente mais caras e lentas do que o esperado. Tradicionalmente mais exposto ao risco, a Bovespa encerrou 2010 com a menor volatilidade dos últimos 29 anos, mas seu desempenho foi marcado por um cenário externo de incertezas e uma entrada de capital estrangeiro de apenas R\$ 5,9 bilhões, ante R\$ 20,6 bilhões em 2009. A dinâmica da Ibovespa apresentou um bom primeiro trimestre, batendo nos 70.500 pontos e 2,60% de alta, para logo após entrar numa sequência de dois meses de queda, fortemente influenciada pelo agravamento da Crise na Europa, em especial na Grécia, Espanha e Portugal.

Apesar dos bons resultados apresentados pelas principais empresas do índice, o Ibovespa conseguiu definir uma tendência de recuperação apenas no início do segundo semestre, ciclo este que foi interrompido pela deterioração das expectativas de inflação do último trimestre do ano. Outro fator que contribuiu para o tímido fechamento do Ibovespa foi o desempenho das ações da Petrobras no mercado acionário. O polêmico leilão de capitalização que a empresa promoveu em julho de 2010 foi determinante para que as ações da estatal petrolífera se tornassem um peso para o Ibovespa devido à sua participação de 14,36% no índice, apresentando rentabilidade negativa de 24,26% das ações preferenciais e 24,33% das ordinárias no ano.

A FIPECq detém uma carteira própria de ações contendo títulos de primeira linha, com participação preponderante dos setores financeiro; mineração, petróleo e siderurgia, onde estão alocados aproximadamente 85% do valor financeiro da carteira própria de ações. Complementando esta carteira, títulos de empresas dos setores comércio; energia elétrica; construção e logística. Esta composição apresenta alta aderência ao índice Bovespa, de forma a tirar proveito das empresas com maior liquidez do índice Bovespa, tendo alcançado a rentabilidade de 2,21% em 2010, desempenho superior ao Ibovespa, que foi de 1,04%.

INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Carteira de Ações em Mercado - Setorial

SETOR	R\$	%
Finanças e Seguros	38.192.379,75	27,93
Mineração	33.688.100,00	24,64
Petróleo e Gás	31.322.634,07	22,91
Siderurgia e Metalurgia	13.445.754,00	9,83
Comércio	8.425.008,30	6,16
Energia Elétrica	6.174.939,94	4,52
Construção	3.371.200,00	2,47
Transporte e Serviços	2.121.600,00	1,55
	136.741.616,06	

*Classificação: Econômica

Concentração da Carteira de Renda Variável

PAPEL	QUANTIDADE	VALOR R\$	% CARTEIRAS	% PATRIMÔNIO
VALE RIO DOCE / PNA	694.600	33.688.100,00	24,64	3,90
PETROBRAS/PN	1.060.293	28.935.395,97	21,16	3,35
ITAUUNIBANCO/PN	436.400	17.364.356,00	12,70	2,01
BRADESCO/PN	502.172	16.395.915,80	11,99	1,90
GERDAU/PN	246.00	5.576.820,00	4,08	0,65
CSN/ON	172.200	4.592.574,00	3,36	0,53
LOJAS RENNER/ON	114.200	6.440.880,00	4,71	0,75
USIMINAS/PNA	171.000	3.276.360,00	2,40	0,38
BMF BOV/ON	332.112	4.360.630,56	3,19	0,50
CEMIG/PN	114.614	3.061.339,94	2,24	0,35
PETROBRAS/ON	78.142	2.387.238,10	1,75	0,28
PAO DE AÇUCAR/PNA	28.631	1.984.128,30	1,45	0,23
ELETROBRAS	140.000	3.113.600,00	2,28	0,36
GAFISA/ON	280.000	2.121.600,00	1,55	0,25
BRADESCO/PNR	8.321	71.477,39	0,05	0,01
Carteira de Renda Variável		136.741.616,06	100,00	15,82

▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

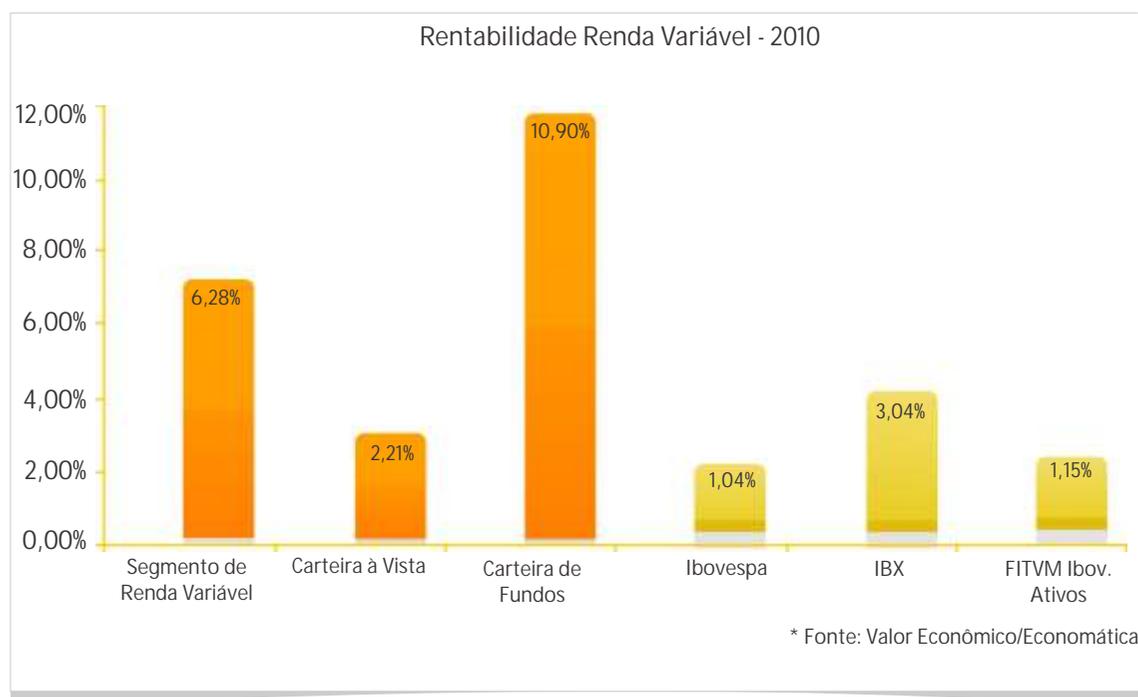
No ano de 2010, a gestão de investimentos da FIPECq implementou uma estratégia de diversificação de portfólio no Segmento de Renda Variável, realizando aplicações em fundos de investimentos em ações de perfil ativista, que têm como objetivo maximizar a rentabilidade da carteira no longo prazo, através de um trabalho de análise fundamentalista em empresas cujos preços em bolsa estão significativamente abaixo de seu valor econômico intrínseco e adotam uma postura ativa em governança corporativa, cujo objetivo é criar valor aos ativos através da implementação de mudanças estratégicas e operacionais.

Esta estratégia de investimento foi utilizada como contraponto ao perfil da Carteira de Ações no Mercado à Vista, em função de que as carteiras de ações desses fundos de investimento possuem baixo índice de correlação ao Ibovespa. Desta forma a carteira de fundos de investimento em ações da FIPECq obteve a rentabilidade de 10,88%, com ganho de 9,74% sobre o Ibovespa, que foi de 1,04%.

Carteira de Fundos de Investimentos em Ações

Fundo	R\$	% Carteira	% Patrimônio
GAP Ações FIA	45.328.008,37	38,67	5,24
BNY Mellon ARX Income FIA	39.233.066,64	33,47	4,54
Máxima Part. Inst. FIA	14.442.828,42	12,32	1,67
RB Fundamental FIA	10.278.528,67	8,77	1,19
Guepardo Ações Inst. FIA	5.624.779,77	4,80	0,69
FIA Sulamérica Governança	2.306.972,78	1,97	0,27
	117.214.184,65	100,00	13,56

A conjugação das estratégias utilizadas na gestão do Segmento de Renda Variável permitiu a obtenção da rentabilidade de 6,28%, contra um Ibovespa de 1,04% e IBX de 3,04% no ano de 2010. Ainda assim o Segmento foi o responsável pelo não alcance da meta atuarial.



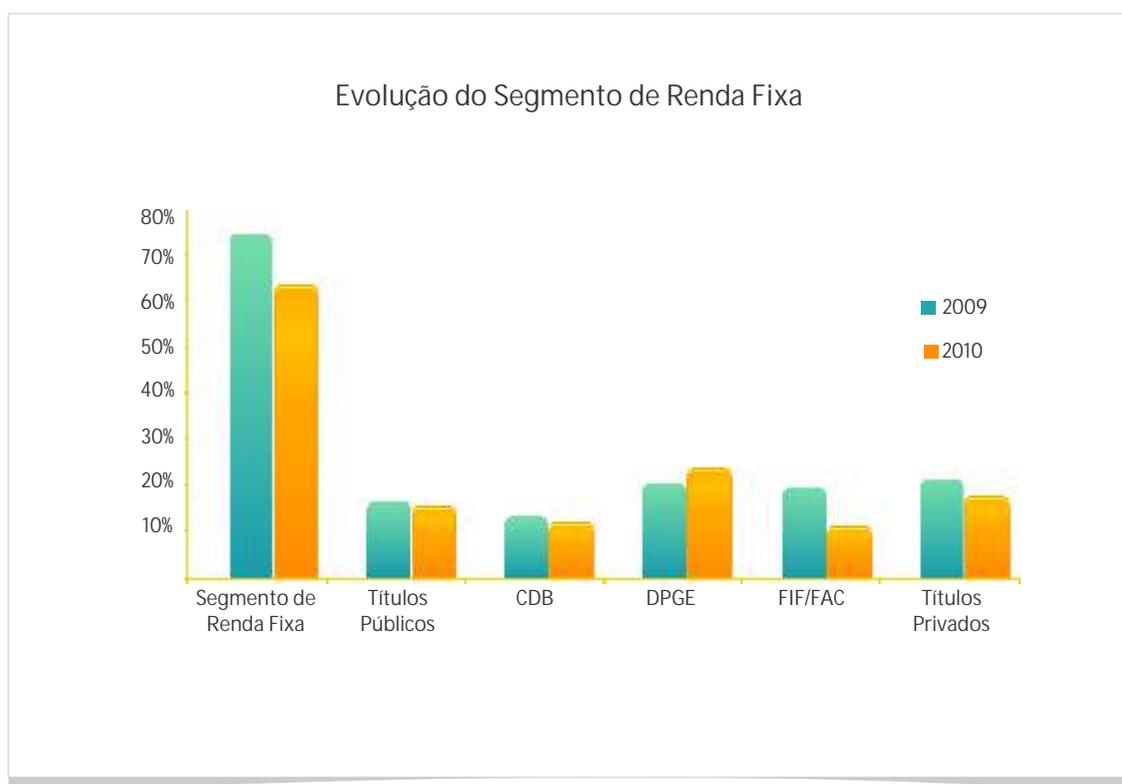
▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Segmento Renda Fixa

A carteira de títulos de renda fixa obteve uma rentabilidade de 11,97% acumulada no ano de 2010, superando a expectativa atuarial em 0,16%. Se comparado à taxa de juros de mercado, a rentabilidade auferida pelo segmento representa 122,77% do CDI.

Durante todo o ano de 2010 a FIPECq manteve uma rígida política de risco para aplicações em títulos privados de renda fixa. As perspectivas no mercado de títulos privados foram frustradas com os desdobramentos da crise de crédito na Europa, onde o excesso de dívida e déficits fiscais elevados levou a uma progressiva deterioração das condições de solvência da Grécia e de outros países europeus, gerando uma nova onda de aversão a risco nos mercados globais.

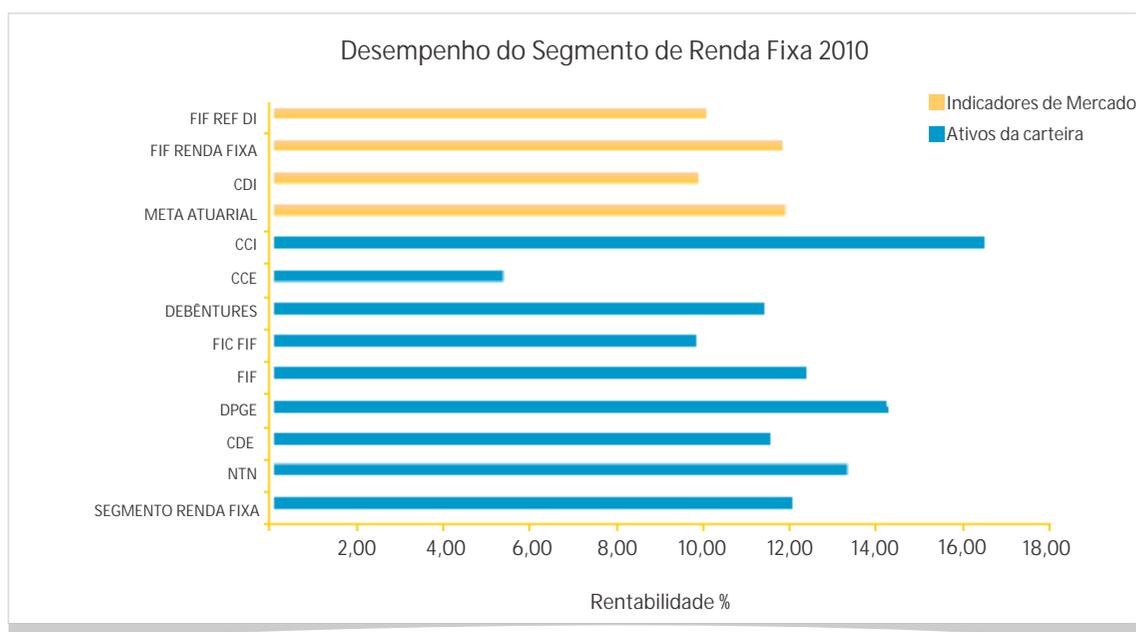
Diante deste cenário, a FIPECq optou por realizar a manutenção da Carteira de Renda Fixa de forma conservadora, fazendo investimentos em Certificados de Depósito Bancário – CDB em instituições bancárias com nota de rating “A”, em operações de curto prazo, com taxa indexada ao CDI; e aplicações em Depósito a Prazo com Garantia Especial – DPGE, onde se buscou auferir prêmios acima da meta atuarial, indexados ao IPCA. Ambas operações contam com firmes garantias relacionadas à qualidade do rating da instituição tomadora dos recursos, especialmente as operações em DPGE, que contam com cláusula de seguro do Fundo Garantidor de Crédito, fator que nivela o risco desta operação ao de um título público federal.



O segmento de Renda Fixa encerrou o ano de 2010 representando 59,51% da Carteira de Investimentos, contra 70,60% de participação no final de 2009. A carteira de títulos públicos diminuiu de 12,59% em 2009 para 11,58% no fim de 2010 em função de vencimentos de títulos. A manutenção dos baixos prêmios de juros dos títulos públicos fez com que os recursos advindos desses vencimentos fossem realocados em FIF, CDB e DPGE. O item DPGE encerrou o ano representando 19,59% da Carteira de Investimentos, após encerrar 2009 com 16,25%.

A carteira de títulos privados de renda fixa teve sua participação diminuída em função do maior conservadorismo na análise das propostas, caindo de 17,18% em 2009 para 13,43% no final de 2010.

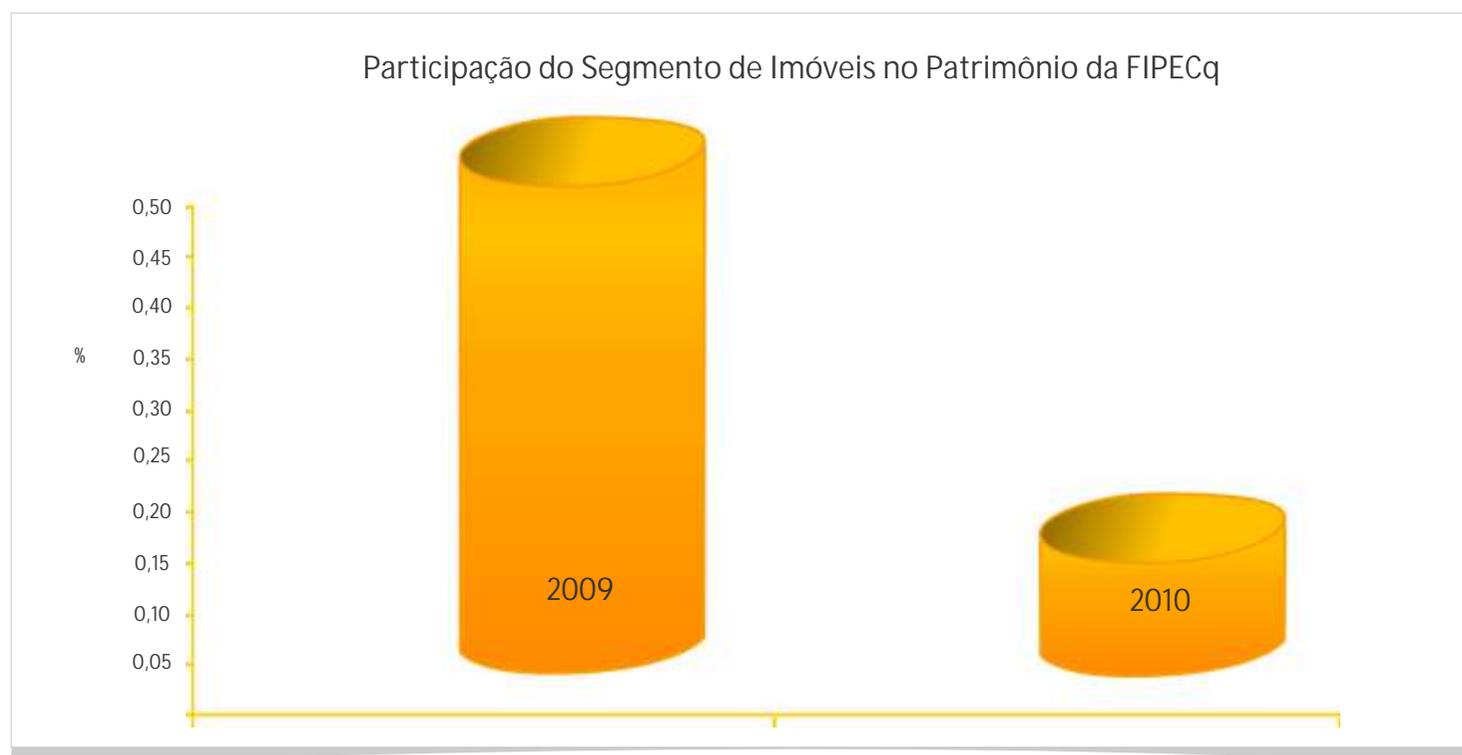
▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS



A participação dos Fundos de Investimento Financeiro - FIF decresceu durante o ano de 2010, tendo em vista a utilização dos recursos disponíveis neste item para realização de operações de DPGE.

Segmento de Imóveis

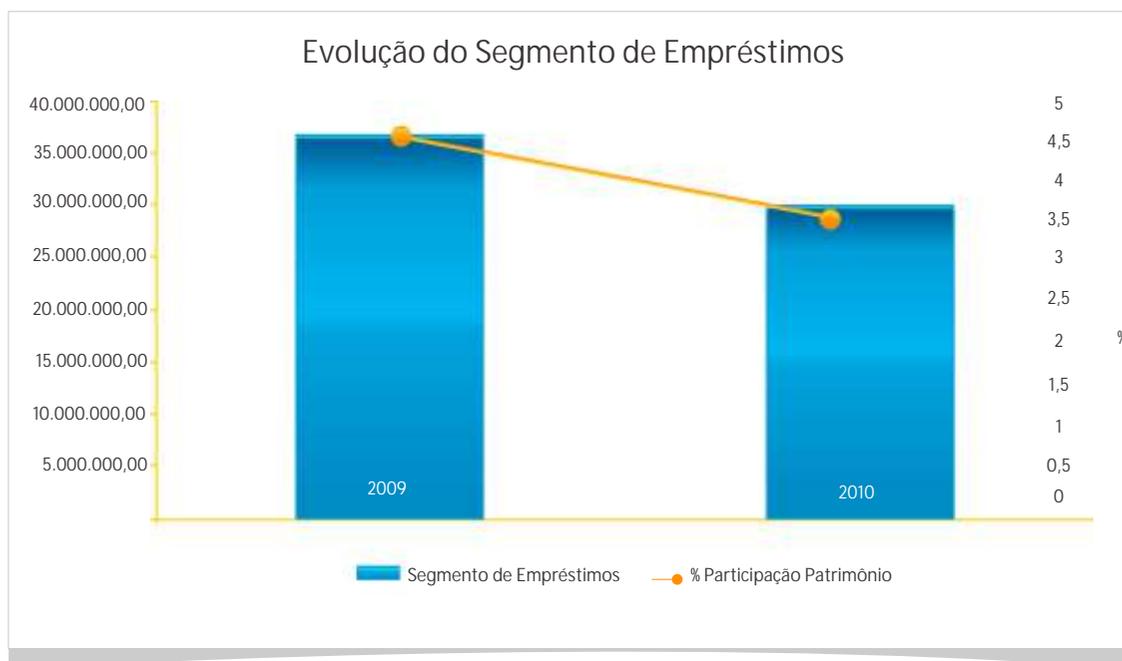
O segmento de imóveis da FIPECq encerrou 2010 com uma rentabilidade de 9,65%, ou seja, 1,91% abaixo da meta atuarial de 11,79%. A participação da FIPECq no segmento vem decrescendo ao longo do tempo em razão da liquidação parcelada das quotas do World Trade Center. O investimento em cotas do Fundo Imobiliário apresentou a rentabilidade de 9,34% em 2010, ficando 2,19% abaixo da meta atuarial do ano..



▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Segmento de Empréstimos e Financiamentos

A carteira de empréstimos e financiamentos aos Participantes encerrou o ano de 2010 com um valor total de operações contratadas que representam 3,50% do patrimônio da FIPECq, decrescente em relação a 2009, que foi de 4,63%. A rentabilidade acumulada em 2010 foi de 15,14%, ante à expectativa atuarial de 11,79%, o que representa 3,00% acima da meta atuarial.



Patrimônio

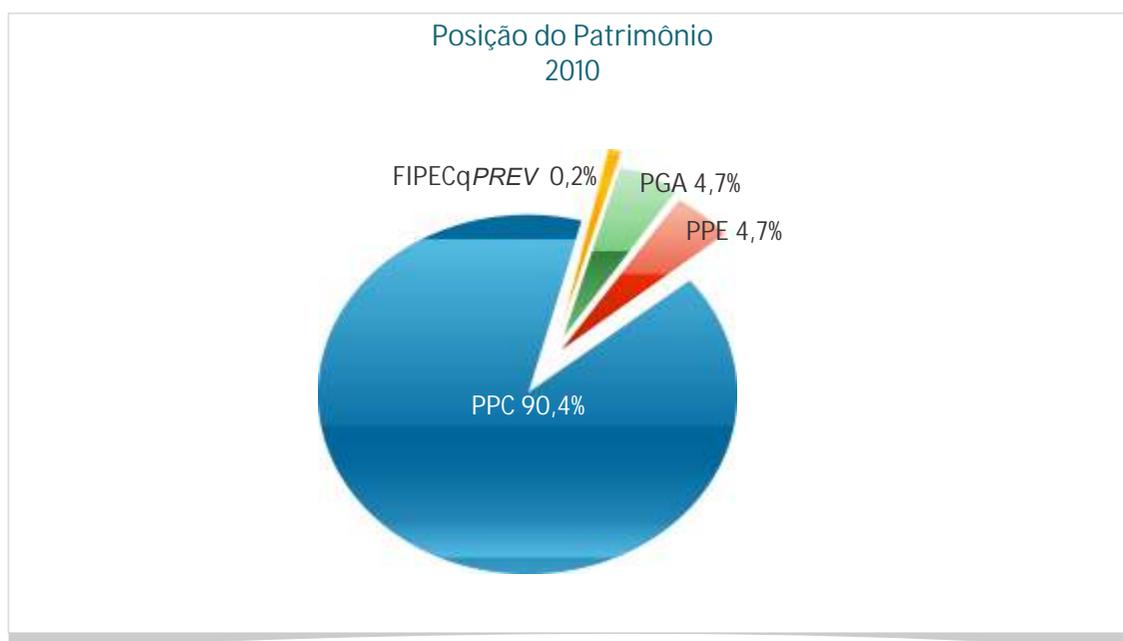
O Patrimônio administrado pela FIPECq atingiu, em dezembro de 2010, o valor de R\$ 859.577.598,00, constituído pelas provisões matemáticas, equilíbrio técnico e fundos dos Planos de Benefícios: Plano de Previdência Complementar - PPC, Plano de Previdência Especial - PPE e Plano de Previdência FIPECqPREV, bem como dos recursos do Plano de Gestão Administrativa - PGA. A seguir, apresentamos a sua composição.

Posição do Patrimônio 2009 - 2010

R\$ 1,00

Planos Administrados pela FIPECq	2009		2010		(%)
	Valor (A)	(%)	Valor (B)	(%)	(B)/(A)
Plano de Previdência Complementar (PPC)	712.130.776	90,4	777.326.286	90,4	9,2
Plano de Previdência Especial (PPE)	35.719.269	4,5	40.150.742	4,7	12,4
Plano de Previdência FIPECqPREV	1.310.260	0,1	2.004.643	0,2	53,0
Plano de Gestão Administrativa - PGA	38.157.919	5,0	40.095.927	4,7	5,1
Patrimônio	787.318.224	100	859.577.598	100	9,2

▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS



Mutação do Patrimônio

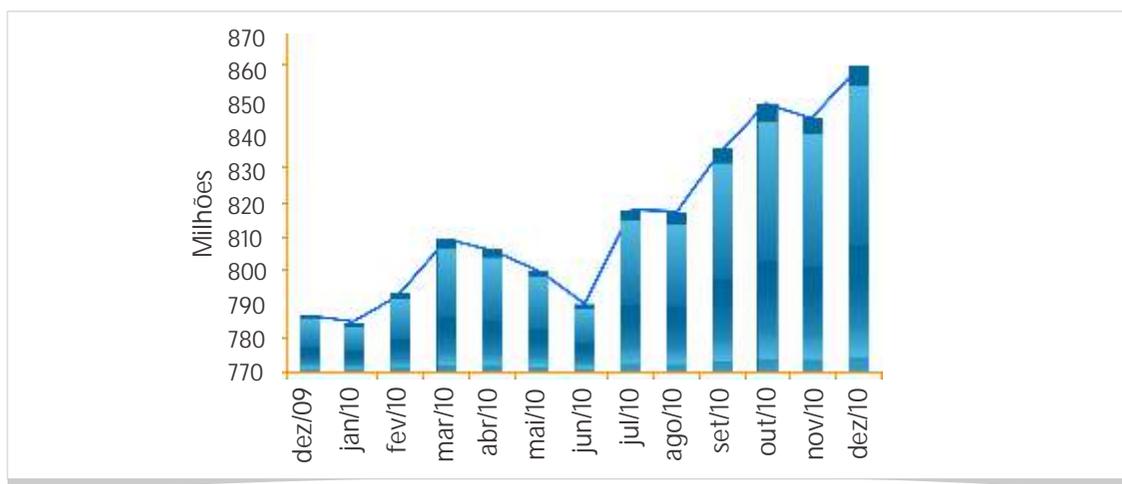
No quadro a seguir é apresentada a mutação do Patrimônio ocorrida no exercício de 2010.

Mutação do Patrimônio - 2010

R\$ 1,00

Mês	Patrimônio		
	Valor	Mês(%)	Ano(%)
Dez/09	787.318.224	-	-
Jan/10	785.086.462	(0,3)	(0,3)
Fev/10	792.998.250	1,0	0,7
Mar/10	808.646.831	2,0	2,7
Abr/10	806.038.139	(0,3)	2,4
Mai/10	799.899.498	(0,8)	1,6
Jun/10	790.407.357	(1,2)	0,4
Jul/10	817.601.584	3,4	3,8
Ago/10	816.563.992	(0,1)	3,7
Set/10	836.475.867	2,4	6,2
Out/10	848.804.797	1,5	7,8
Nov/10	845.049.057	(0,4)	7,3
Dez/10	859.577.598	1,7	9,2

▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

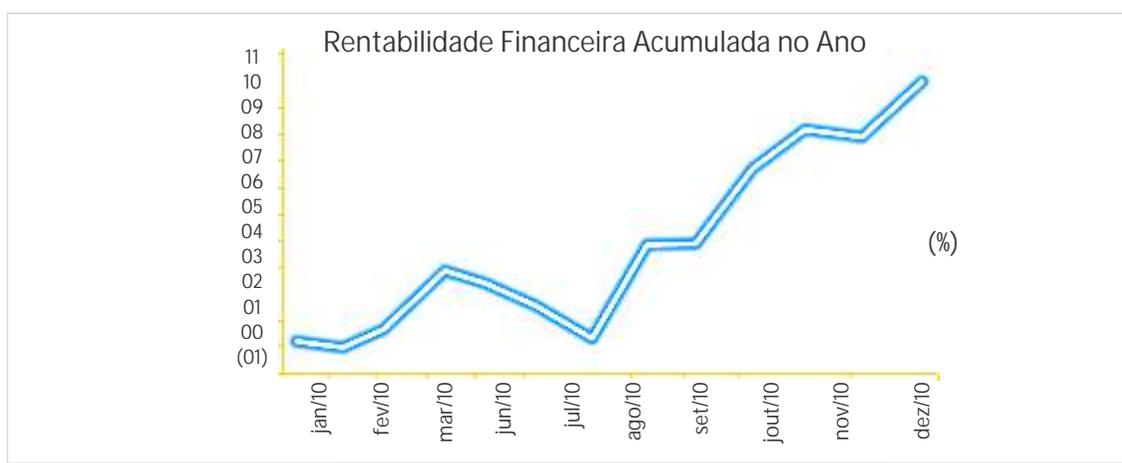


Rentabilidade Financeira

A Rentabilidade Financeira do Patrimônio Líquido, no exercício de 2010, foi de 10,2% calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, que comparada à Meta Atuarial (INPC/IBGE + 5% a.a.) foi de 11,8%, obteve menos 1,4% da referida meta.

Rentabilidade Financeira - 2010

Mês	Rentabilidade Financeira	
	No Mês (%)	No Ano (%)
Jan/10	(0,2)	(0,2)
Fev/10	1,1	0,8
Mar/10	2,1	2,9
Abr/10	(0,3)	(2,6)
Mai/10	(0,7)	1,9
Jun/10	(1,0)	0,9
Jul/10	3,5	4,4
Ago/10	(0,0)	4,4
Set/10	2,5	7,0
Out/10	1,5	8,6
Nov/10	(0,3)	8,3
Dez/10	1,8	10,2



▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

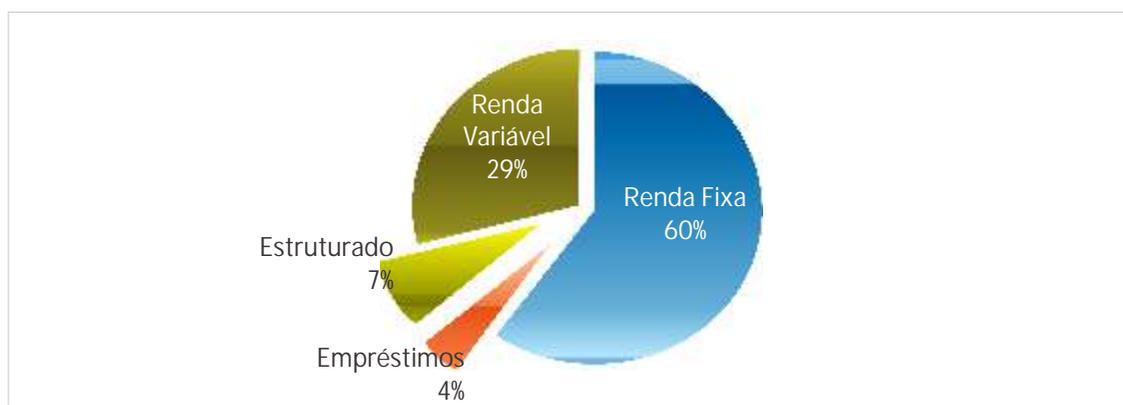
Composição dos Investimentos

A composição dos investimentos, por tipo de ativo, é apresentada a seguir com o percentual de aplicação em cada modalidade.

Composição dos Investimentos - Posição em 31/10/2010

R\$ 1,00

INVESTIMENTOS	31/12/2009	(%)	31/12/2010	(%)
Segmento de Renda Fixa	501.901.268	63,4	514.578.678	59,5
Notas do Tesouro Nacional - NTN	93.663.593	11,8	100.091.308	11,6
Letras Financeiras do Tesouro LFT	5.295.820	0,7		
Título da Dívida Agrária - TDAE	100.142	-	-	-
Certificado de Depósito Bancário - CDB	69.795.199	8,8	65.978.359	7,6
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	128.599.563	16,3	169.385.169	19,6
FI Referendado, Renda Fixa e FIDC	36.680.094	4,6	61.513.108	7,1
Fundos de Investimentos Multimercado FIM	31.855.093	4,0	524.578	0,1
Debêntures não Conversíveis - DN/C	40.821.319	5,2	41.160.768	4,8
Notas Promissórias	10.156.973	1,3	-	-
Cédulas de Crédito Bancário - CCB	61.866.378	8,2	51.066.098	6,2
Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI	20.067.094	2,5	21.859.290	2,5
Segmento Renda Variável	175.271.668	22,2	254.338.124	29,4
Ações - Mercado à Vista	104.931.391	13,3	137.123.939	15,9
Fundo de Investimentos em Ações - FIA	70.340.277	8,9	117.214.185	13,5
Segmento de Investimentos Estruturados	73.460.252	9,2	62.560.642	7,3
Fundos de Investimentos em Participações - FIP	14.522.105	1,8	22.995.396	2,7
Fundos de Investimentos Imobiliários - FII	2.481.708	0,3	2.457.618	0,3
Fundos de Investimentos Multimercado - FIM	56.456.439	7,1	37.107.628	4,3
Segmentos de Imóveis	1.337.101	0,2	883.508	0,1
Segmentos de Empréstimos	36.475.845	4,6	30.237.696	3,5
Outros Realizáveis	2.778.298	0,4	1.959.477	0,2
INVESTIMENTOS	791.224.432	100	864.558.035	100
(-) Outros	(3.906.208)	-	(4.980.437)	-
Patrimônio	787.318.224	-	859.577.598	-



▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

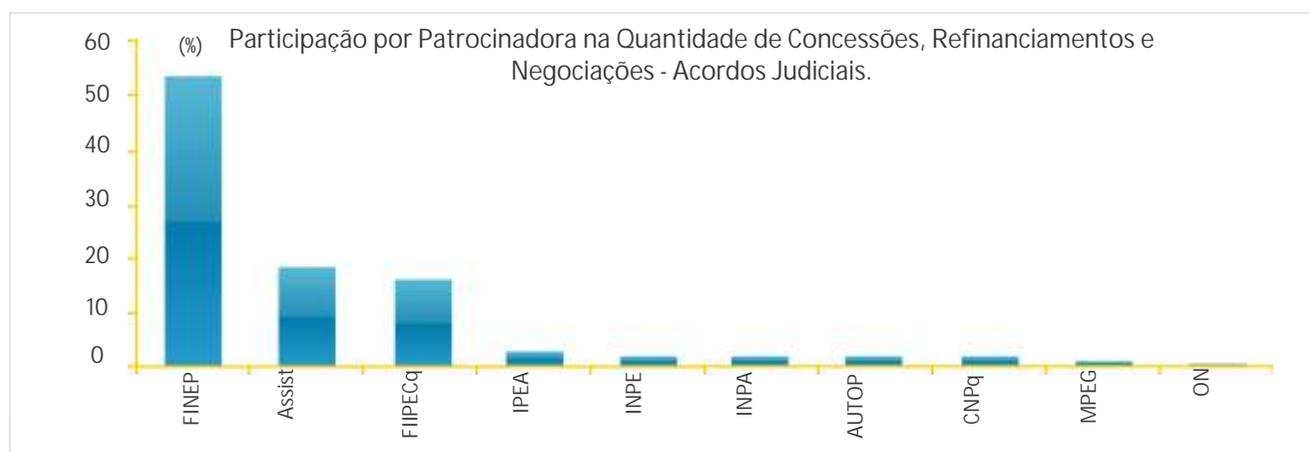
Empréstimos

No ano de 2010, foram concedidos 369 empréstimos/refinanciamentos que somaram R\$ 12.853.131 e realizadas 40 negociações de empréstimos inadimplentes por meio de acordos judiciais no valor de R\$ 798.707,00. Em 31/12/2010, a carteira de empréstimo atingiu R\$ 30.237.606,00, com a participação de 3,5% da carteira de investimentos.

Concessões, Refinanciamento e Negociações - Acordos Judiciais Realizados em 2010

R\$ 1,00

Patrocinadoras	Concessões e Refinanc.		Negociações - Acordos		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
FINEP	217	8.581.396	1	114.668,25	218	8.696.064
IPEA	4	86.442	8	221.015	12	310.457
CNPq	-	-	6	96.822	6	96.822
CBPF			1	3.457	1	3.457
IBICT	-	-	1	11.609	1	11.609
MPEG			5	34.847	5	34.847
ON	1	17.246	2	28.310	3	45.556
MAST	-	-	1	20.744	1	20.744
INPE	-	-	8	170.876	8	170.876
INPA	-	-	7	93.359	7	93.359
FIPECq	66	1.733.967	-	-	66	1.733.967
Assistidos	75	2.279.159	-	-	75	2.279.159
Autopatrocina	6	154.921	-	-	6	154.921
Total	369	12.853.131	40	798.707	409	13.651.838



▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Evolução do Patrimônio

O próximo quadro apresenta a evolução do Patrimônio em US\$, entre 1979 e 2010, bem como sua variação no ano e no período.

Ano	US\$*	No Ano (%)	No Período (%)
1979/Ago	2.560.468	-	-
1979/Dez	3.141.645	22,7	22,7
1980	6.022.430	91,7	135,2
1981	10.258.771	70,3	300,7
1982	15.935.346	55,3	522,4
1983	15.729.853	(1,3)	514,3
1984(1)	20.348.088	29,4	694,7
1985	30.892.026	51,8	1.106,5
1986	40.803.905	32,1	1.493,6
1987	37.061.209	(9,2)	1.347,4
1988	49.020.751	32,3	1.814,5
1989	69.036.58	40,8	2.596,2
1990(2)	49.114.529	(28,9)	1.817,9
1991(3)	44.229.028	(9,9)	1.627,4
1992	45.275.938	2,4	1.668,3
1993	57.897.364	27,9	2.161,2
1994	91.439.104	57,9	3.471,2
1995	96.405.901	5,4	3.665,2
1996	11.320.019	16,5	4.286,7
1997	125.327.956	11,6	4.794,7
1998	122.118.381	(2,6)	4.669,4
1999(4)	110.507.741	(9,5)	4.215,9
2000	111.952.138	1,3	4.272,4
2001(5)	107.367.059	(4,1)	4.093,3
2002(6)	88.037.117	(18,0)	3.338,3
2003	125.719.768	42,8	4.810,0
2004	165.207.584	31,4	6.352,2
2005	223.530.651	35,3	8.630,1
2006	283.473.425	26,8	10.971,2
2007	399.892.980	41,1	15.518,0
2008(7)	283.391.267	(29,1)	10.968,0
2009	452.169.897	59,6	17.560,1
2010	515.891.008	14,1	20.048,3

Dólar Comercial (venda)

1) Antes de 1984 não havia diferença entre o Patrimônio da FIPECq e as Reservas Previdenciais, o que passa a ocorrer a partir deste ano, com a criação dos Fundos Assistencial, Administrativo e de Seguro de Empréstimos e Financiamentos.

(2) A redução do Patrimônio verificada neste ano, se deve à implantação do Plano Econômico "Brasil Novo", que acarretou uma queda dramática nas Bolsas de Valores, a troca de indexadores das OFND's e a retenção de Cruzados Novos com conseqüente perda de liquidez e rentabilidade.

(3) A queda do Patrimônio foi determinada pela restituição da Reserva de Poupança aos participantes que passaram da condição de celetistas para estatutários. O montante da devolução somou em dez/91 US\$ 9.056.582, que correspondeu na época a 20,5% do Patrimônio.

(4) O decréscimo do Patrimônio foi devido à mudança do regime cambial, desvalorização do real frente ao dólar, em janeiro/99.

(5) A redução do Patrimônio foi devida à valorização do dólar em 18,7% frente à moeda brasileira, reflexo da desaceleração da economia Norte-Americana, a instabilidade econômica provocada pelos atentados nos E.U.A e a crise política e econômica na Argentina.

(6) A redução do Patrimônio em US\$ foi devida a desvalorização cambial, que atingiu 52,3% no ano.

(7) A redução do Patrimônio em US\$ foi devida à crise americana que provocou uma valorização do cambio e uma desvalorização na cotação das ações na Bovespa.

▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Rentabilidade do Ativo Líquido

A rentabilidade obtida pela FIPECq em 2010, na aplicação do ativo líquido dos Planos de Benefícios e dos Recursos Administrativos, foi de 10,2% a.a.

Pelo Método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a rentabilidade do ativo líquido do Plano de Previdência Complementar-PPC de foi de 10,1% a.a., do Plano de Previdência Especial - PPE de 10,9% a.a. e do Plano Instituidor – FIPECqPREV foi de 11,0% a.a.

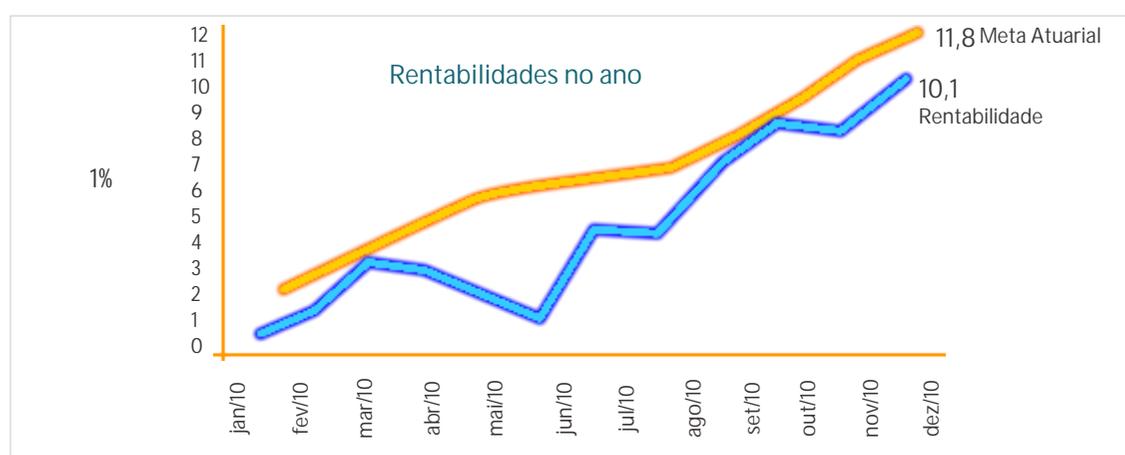
Plano de Previdência Complementar – PPC, Rentabilidade e Meta Atuarial

O ativo líquido do Plano PPC obteve, em 2010, a rentabilidade de 10,1%, para uma Meta Atuarial estabelecida para o mesmo período de 11,8% (INPC + 5% juros a.a.), o que representou 1,45 abaixo da meta.

No quadro abaixo encontram-se a evolução dos recursos do Plano PPC, a Rentabilidade Líquida e a Meta Atuarial de Rentabilidade

Mês	Recursos Garantidores	Rentabilidade (%)		Meta Atuarial (%)		(A)/(B)^(%)
		No Mês	No Ano (A)	No Mês	No Ano (B)	
jan/10	710.028.850	(0,2)	(0,2)	1,3	1,3	(1,5)
fev/10	717.228.346	1,1	0,8	1,1	2,4	(1,5)
mar/10	731.288.796	2,1	2,9	1,1	3,6	(0,6)
abr/10	728.737.902	(0,3)	2,6	1,1	4,7	(2,0)
mai/10	723.263.977	(0,7)	1,9	0,8	5,6	(3,5)
jun/10	714.805.344	(1,0)	0,9	0,3	5,9	(4,8)
jul/10	739.163.909	3,5	4,4	0,3	6,3	(1,8)
ago/10	738.411.265	(0,0)	4,3	0,3	6,6	(2,2)
set/10	756.240.208	2,5	6,9	1,0	7,7	(0,7)
out/10	767.228.535	1,5	8,5	1,3	9,1	(0,5)
nov/10	763.945.750	(0,3)	8,2	1,4	10,7	(2,2)
dez/10	777.326.286	1,8	10,1	1,0	11,8	(1,5)

*Rentabilidade obtida em relação à Meta Atuarial (INPC/IBGE: 6,5%a.a. + Juros de 5%a.a. = 11,8%a.a.)



▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Desempenho Obtido

Plano de Previdência Complementar – PPC

O quadro abaixo mostra o ganho acumulado da rentabilidade financeira em 686,7% comparado a Meta Atuarial, no período de 1979 a 2010.

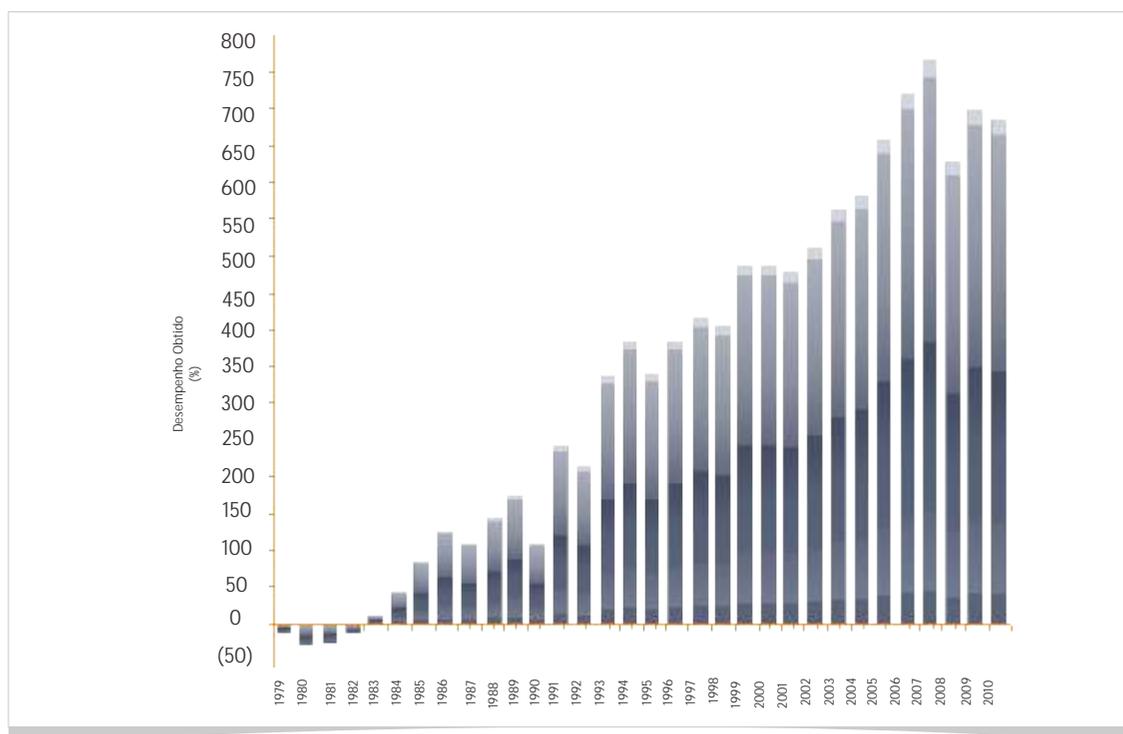
Rentabilidade Financeira Previdencial x Meta Atuarial

%

Ano	Rentabilidade Financeira (A)	Meta Atuarial (B)	(A)/(B)	Desempenho Obtido Acum.
1979	20,2	33,6	(10,0)	(10,0)
1980	48,5	93,1	(23,1)	(30,8)
1981	120,2	101,7	9,2	(24,4)
1982	123,2	95,5	14,2	(13,7)
1983	211,5	147,7	25,8	8,5
1984	269,8	179,0	32,5	43,8
1985	333,2	233,9	29,7	86,6
1986	67,4	38,5	20,9	125,5
1987	258,3	281,8	(6,2)	111,6
1988	1.052,2	889,9	16,4	146,3
1989	1.633,2	1.447,3	12,0	175,9
1990	770,3	1.034,8	(23,3)	111,6
1991	748,5	422,5	62,5	243,6
1992	1.094,0	1.208,8	(8,8)	213,5
1993	3.395,1	2.397,5	39,9	338,5
1994	1.065,8	951,3	10,9	386,3
1995	14,2	25,6	(9,1)	342,0
1996	27,1	15,9	9,7	384,9
1997	21,5	13,9	6,7	417,4
1998	6,2	8,8	(2,4)	405,0
1999	33,8	14,9	16,4	487,8
2000	11,4	11,6	(0,2)	486,6
2001	14,3	16,0	(1,4)	478,4
2002	28,6	21,6	5,8	511,9
2003	27,2	17,0	8,7	565,1
2004	15,5	12,5	2,7	583,1
2005	23,7	11,4	11,0	658,2
2006	17,7	9,0	8,0	718,9
2007	17,7	11,5	5,6	764,8
2008	(5,8)	11,8	(15,8)	628,2
2009	20,1	9,3	9,7	698,8
2010	10,1	11,8	(1,5)	686,7

▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Desempenho Acumulado
1979 - 2010



No ano de 2010 a rentabilidade obtida pela FIPECq na aplicação dos Recursos Garantidores das Provisões, Reservas e Fundos foi de 10,2%. A seguir, destacamos os principais Benchmark's de mercado e indicadores econômicos:

Benchmark's/Indicadores	(%) Acumulado no Ano
IBOVESPA - Fechamento	1,0
IBX Médio	3,0
IPCA/IBGE	5,9
IPC-FIPE	6,4
INPC/IBGE	6,5
CDI-CETIP	9,7
SELIC	9,9
IGP-DI/FGV	11,3
IGP-M/FGV	11,5

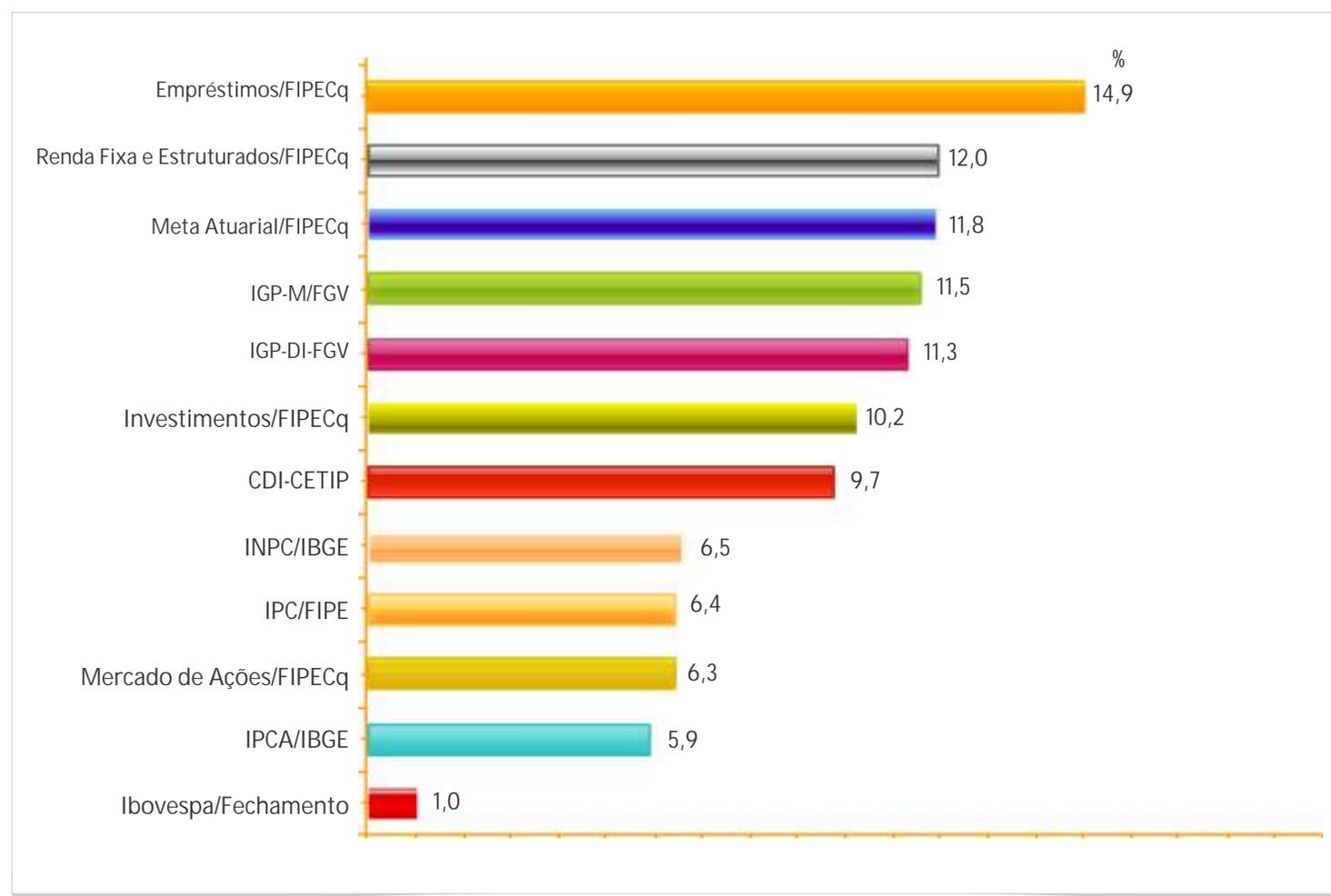
As aplicações financeiras evoluíram de R\$ 791 milhões em dez/09 para R\$ 865 milhões em dez/10, representando um acréscimo de R\$ 73 milhões na carteira de investimentos da Fundação.

▶ INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Os ativos financeiros, ao final de 2010, encontravam-se alocados no segmento de renda fixa no valor de R\$ 515 milhões, que correspondia a 59,5% dos investimentos, seguidos do segmento de renda variável com R\$ 254 milhões, que representava 29,4% das aplicações, do segmento de investimentos estruturados em R\$ 63 milhões, participação de 7,3%, os imóveis com R\$ 1 milhão, percentual de 0,1%, a carteira de empréstimos em R\$ 30 milhões e outros realizáveis com R\$2 milhões, respectivamente, 3,5% e 0,2% do total dos recursos investidos.

Os investimentos obtiveram no ano uma receita financeira de R\$ 86 milhões. A rentabilidade nominal da carteira de investimentos foi de 10,2% a.a. Os segmentos de renda fixa e investimentos estruturados apresentaram uma rentabilidade de 12,0% a.a., o segmento de renda variável – mercado de ações e fundos de Investimentos em ação de 6,3% a.a., as operações com participantes (empréstimos) de 14,9% a.a., os imóveis de 9,7% a.a. e outros realizáveis uma rentabilidade de 14,9% a.a.

Rentabilidade FIPECq, Meta Atuarial e Indicadores Econômicos
Ano:2010



▶ DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Patrimonial

R\$ mil

ATIVO	Exercício 2010	Exercício 2011	PASSIVO	Exercício 2010	Exercício 2011
Disponível	134	87	Exigível Operacional	2.504	1.806
			Gestão Previdencial	1.141	718
Realizável	866.830	793.330	Gestão Administrativa	1.086	813
Gestão Previdencial	1.504	1.595	Investimentos	277	275
Gestão Administrativa	490	235			
Investimentos	864.836	791.500	Exigível Contingencial	5.307	4.809
Títulos Públicos	100.091	99.059	Gestão Previdencial	3.999	3.607
Créditos Privados e Depósitos	352.528	334.306	Gestão Administrativa	1.308	1.202
Ações	137.124	104.932			
Fundos de Investimentos	241.813	212.336	Patrimônio Social	859.578	787.318
Investimentos Imobiliários	884	1.337	Provisões Matemáticas	554.850	493.412
Empréstimos	30.266	36.510	Benefícios Concedidos	157.211	147.140
Outros Realizáveis	2.130	3.020			
			Equilíbrio Técnico	41.934	56.750
			Resultados Realizados	41.934	56.750
Permanente	425	516	Superávit Técnico Acumulado	41.934	56.750
Imobilizado	408	488			
Intangível	17	28	Fundos	262.794	237.156
			Fundos Previdenciais	220.940	197.147
			Fundos Administrativos	40.096	38.158
			Fundos dos Investimentos	1.758	1.851
Total do Ativo	867.389	793.933	Total do Passivo	867.389	793.933

▶ DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Consolidada

R\$ mil

	Descrição	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - Início do exercício	747.309	627.732	19,05
	1. Adições	99.869	147.256	(32,18)
(+)	Contribuições Previdênciais	11.463	10.482	9,36
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	75.983	123.827	(38,64)
(+)	Receitas Administrativas	8.229	6.084	35,26
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	4.194	6.863	(38,89)
	2. Destinações	(29.454)	(27.679)	6,41
(-)	Benefícios	(16.045)	(14.335)	11,93
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(986)	(397)	148,36
(-)	Despesas Administrativas	(9.777)	(7.979)	22,53
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(708)	(686)	3,21
(-)	Constituição de Fundos - Gestão Administrativa	(1.938)	(4.282)	(54,74)
	3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	70.415	119.577	(41,11)
(+/-)	Provisões Matemáticas	61.438	56.346	9,04
(+/-)	Fundos Previdenciais	23.793	16.807	41,57
(+/-)	Superávit(déficit.) Técnico do Exercício	(14.816)	46.424	(131,91)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	817.724	747.309	9,42
	C) Fundos não Previdenciais	41.854	40.009	4,61
(+/-)	Fundos Administrativos	40.096	38.158	5,08
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.758	1.851	(5,02)

▶ DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração da Mutação do Ativo L  ido Plano de Previdência Complementar - PPC

R\$ mil

	Descrição	Exercício 2010	Exercício 2009	Variacão (%)
	A) Ativo L��ido - In��cio do exercício	710.344	597.551	18,88
	1. Adições	82.204	127.206	(35,38)
(+)	Contribuições	10.319	9.381	10,00
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	71.885	117.825	(38,99)
	2. Destinações	(16.919)	(14.413)	17,39
(-)	Benefícios	(14.401)	(12.618)	14,13
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(986)	(397)	148,36
(-)	Custeio Administrativo	(1.532)	(1.398)	9,59
	3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo L��ido (1+2)	65.285	112.793	(42,12)
(+/-)	Provisões Matemáticas	56.308	49.562	13,61
(+/-)	Fundos Previdenciais	23.793	16.807	41,57
(+/-)	Superávit(déficit) Técnico do Exercício	(14.816)	46.424	(131,91)
	B) Ativo L��ido - final do exercício (A+3+4)	775.629	710.344	9,19
	C) Fundos não Previdenciais	41.724	39.921	4,52
(+/-)	Fundos Administrativos	40.025	38.134	4,96
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.699	1.787	(4,92)

▶ DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano de Previdência Especial - PPE

R\$ mil

	Descri�o	Exercício 2010	Exercício 2009	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - In�cio do exercício	35.655	29.497	20,88
	1. Adi�es	6.258	8.130	(23,03)
(+)	Contribui�es	2.329	2.291	1,66
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	3,929	5.839	(32,71)
	2. Destina�es	(1.822)	(1.972)	(7,61)
(-)	Benefícios	(1.474)	(1.631)	(9,63)
(-)	Custeio Administrativo	(348)	(341)	2,05
	3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	4.436	6.158	(27,96)
(+/-)	Provisões Matemáticas	4.436	6.158	(27,96)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	40.091	35.655	12,44
	C) Fundos não Previdenciais	102	64	59,38
(+/-)	Fundos Administrativos	42	-	100,00
(+/-)	Fundos dos Investimentos	60	64	(6,25)

Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido FIPECq **PREV**

R\$ mil

	Descri�o	Exercício 2010	Exercício 2009	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - In�cio do exercício	1.310	684	91,52
	1. Adi�es	875	722	21,19
(+)	Contribui�es	707	559	26,48
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	168	163	3,07
	2. Destina�es	(181)	(96)	88,54
(-)	Benefícios	(170)	(86)	97,67
(-)	Custeio Administrativo	(11)	(10)	10,00
	3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	694	626	10,86
(+/-)	Provisões Matemáticas	694	626	10,86
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.004	1.310	52,98
	C) Fundos não Previdenciais	29	23	26,09
(+/-)	Fundos Administrativos	29	23	26,09

▶ DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração do Ativo Líquido - Plano de Previdência Complementar – PPC

R\$ mil

Descrição	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
1. Ativos	822.438	754.588	8,99
Disponível	127	84	51,19
Recebível	41.348	39.494	4,69
Investimento	780.963	715.010	9,22
Títulos Públicos	90.088	89.159	1,04
Créditos Privados e Depósitos	317.308	300.894	5,46
Ações	123.460	94.461	30,70
Fundos de Investimento	218.106	191.275	14,03
Financiamentos Imobiliários	852	1.283	(33,59)
Empréstimos	29.096	35.038	(16,96)
Outros Realizáveis	2.053	2.900	(29,21)
2. Obrigações	5.085	4.323	17,63
Operacional	1.085	716	51,54
Contingencial	4.000	3.607	10,90
3. Fundos não Previdenciais	41.724	39.921	4,52
Fundos Administrativos	40.025	38.134	4,96
Fundos dos Investimentos	1.699	1.787	(4,92)
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	775.629	710.344	9,19
Provisões Matemáticas	512.755	456.447	12,34
Superavit Técnico do Exercício	41.934	56.750	(26,11)
Fundos Previdenciais	220.940	197.147	12,07

Demonstração do Ativo Líquido Plano de Previdência Especial - PPE

R\$ mil

Descrição	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação(%)
1. Ativos	40.500	35.995	12,52
Disponível	6	4	50,00
Recebível	224	193	16,06
Investimentos	40.270	35.798	12,49
Títulos Públicos	4.541	4.494	1,05
Créditos Privados e Depósitos	16.015	15.167	5,59
Ações	6.295	4.821	30,57
Fundos de Investimentos	12.140	9.670	25,54
Investimentos Imobiliários	32	54	(40,74)
Empréstimos e Financiamentos	1.170	1.472	(20,52)
Outros Realizáveis	77	120	(35,83)
2. Obrigações	307	276	11,23
Operacional	307	276	11,23
3. Fundos não Previdenciais	102	64	59,38
Fundos Administrativos	42	-	100,00
Fundos dos Investimentos	60	64	(6,25)
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	40.091	35.655	12,44
Provisões Matemáticas	40.091	35.655	12,44

▶ DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração do Ativo Líquido FIPECqPREV

R\$ mil

Descrição	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
1) Ativos	2.053	1.335	53,78
Recebível	28	65	(56,92)
Investimentos	2.025	1.270	59,45
Títulos Públicos	167	166	0,60
Créditos Privados e Depósitos	606	559	8,41
Ações	252	186	35,48
Fundos de Investimentos	1.000	359	178,55
2. Obrigações	20	2	900,00
Operacional	20	2	900,00
3. Fundos não Previdenciais	29	23	26,09
Fundos Administrativos	29	23	26,09
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	2.004	1.310	52,98
Provisões Matemáticas	2.004	1.310	52,98

Demonstração do Ativo Líquido - PGA

R\$ mil

Descrição	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
1. Ativos	42.494	40.173	5,78
Disponível	1	-	100,0
Recebível	490	235	108,51
Investimentos	41.578	39.422	5,47
Títulos Públicos	5.295	5.241	1,03
Créditos Privados e Depósitos	18.599	17.687	5,16
Ações	7.117	5.463	30,28
Fundos de Investimentos	10.567	11.031	(4,21)
Permanente	425	516	(17,64)
2. Obrigações	2.398	2.015	19,01
Operacional	1.090	813	34,07
Contingencial	1.308	1.202	8,82
Total dos Ativos Líquidos (1-2)	40.096	38.158	5,08
3. Patrimônio Social	40.096	38.158	5,08
Fundos Administrativos	40.096	38.158	5,08

▶ DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

R\$ mil

Descrição	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	38.158	33.876	12,64
1. Custeio da Gestão Administrativa	12.423	12.947	(4,05)
1.1 Receitas	12.423	12.947	(4,05)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.891	1.748	8,18
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.297	4.331	45,39
Taxa de Administração de Empréstimos	35	-	100,00
Receitas Diretas	6	5	20,00
Resultado Positivo dos Investimentos	4.194	6.863	(38,89)
2. Despesas Administrativas	10.485	8.665	21,00
2.1 Administração Previdencial	5.551	4.334	28,08
Pessoal e Encargos	3.472	2.599	33,59
Treinamento/Congressos e Seminários	37	6	516,67
Viagens e Estadias	141	21	571,43
Serviços de Terceiros	444	194	128,87
Despesas Gerais	684	752	(9,04)
Depreciação e Amortizações	62	76	(18,42)
Contingências	708	686	3,21
Outras Despesas	3	-	100,00
2.2 Administração dos Investimentos	4.934	4.331	13,92
Pessoal e Encargos	3.717	3.151	17,96
Treinamentos/Congressos e Seminários	35	4	775,00
Viagens e Estadias	119	16	643,75
Serviços de Terceiros	355	324	9,57
Despesas Gerais	646	759	(14,89)
Depreciação e Amortizações	62	77	(19,48)
4. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa(1-2-3)	1.938	4.282	(54,74)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo(4)	1.938	4.282	(54,74)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	40.096	38.158	5,08

▶ DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração das Obrigações Atuariais Plano de Previdência Complementar - PPC

R\$ mil

Descrição	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	554.689	513.197	8,09
1. Provisões Matemáticas	512.755	456.447	12,34
1.1 Benefícios concedidos	146.431	137.438	6,54
Benefício definido	146.431	137.438	6,54
1.2 Benefício a conceder	366.324	319.009	14,83
Benefício definido	366.324	319.009	14,83
2. Equilíbrio Técnico	41.934	56.750	(26,11)
2.1 Resultados Realizados	41.934	56.750	(26,11)
Superávit Técnico Acumulado	41.934	56.750	(26,11)
Reservas de Contingências	41.934	56.750	(26,11)

Demonstração das Obrigações Atuariais Plano de Previdência Especial - PPE

R\$ mil

Descrição	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1)	40.091	35.655	12,44
1. Provisões Matemáticas	40.091	35.655	12,44
1.1 Benefícios concedidos	10.780	9.702	11,11
Benefício definido	10.780	9.702	11,11
1.2 Benefício a conceder	29.311	25.953	12,94
Benefício definido	29.311	25.953	12,94

Demonstração das Obrigações Atuariais FIPECqPREV

R\$ mil

Descrição	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1)	2.004	1.310	52,98
1. Provisões Matemáticas	2.004	1.310	52,98
1.2 Benefício a Conceder	2.004	1.310	52,98
Contribuição Definida	2.004	1.310	52,98
Saldo de Contas - parcela participantes	2.004	1.310	52,98

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações contábeis consolidadas



EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

1. CONTEXTO OPERACIONAL

• A FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, multipatrocinada, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação e tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários, acessíveis aos servidores e/ou empregados das Patrocinadoras e aos do seu próprio quadro de empregados. É regida pelas Leis Complementares n.ºs 108 e 109, de 29.05.2001, Decretos e Normas regulamentadores aplicáveis.

São Patrocinadoras e Instituidora de Planos de Benefícios:

- FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
- FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA
- FIPECq Vida – Caixa de Assistência Social da FIPECq (instituidora)

Os recursos administrados pela FIPECq são oriundos das contribuições das Patrocinadoras, dos Participantes e dos rendimentos das aplicações desses recursos, conforme estabelece a legislação vigente.

Os planos de benefícios administrados pela Entidade, conforme enquadramento na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, são da modalidade de Benefício Definido (BD), exceto o plano Instituidor FIPECqPREV, na modalidade de Contribuição Definida. A FIPECq possuía em 31 de dezembro as seguintes quantidades de participantes:

							31/12/2010	31/12/2009
	FINEP	IPEA	CNPq	INPE	INPA	FIPECq	TOTAL	TOTAL
ATIVOS	505	469	1.147	552	390	85	3.148	3.115
ASSISTIDOS	172	51	83	19	10	10	345	354
	677	520	1.230	571	400	95	3.493	3.469

▶ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Fundação foram elaboradas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil e às disposições emanadas do órgão regulador e normativo das atividades das entidades fechadas de previdência complementar.

A Secretaria de Previdência Complementar - SPC, atual PREVIC, e o CGPC, publicaram normas com procedimentos contábeis para as EFPC, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, cabendo ressaltar as seguintes matérias:

I - Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, - divulga a Planificação Contábil Padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis, e normas gerais de procedimentos contábil, posteriormente alterada pela Resolução CNPC n 01 de 03 de março de 2011;

II - Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 - dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas;

III - Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 - estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis, de forma complementar aos ditames da Resolução CGPC nº 28/2009.

A criação do Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme disposto nas Resoluções CGPC nºs 28 e 29, de 2009, teve como objetivo controlar a gestão administrativa dos planos de benefícios de acordo com regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

A nova legislação para as EFPC prevê a apresentação dos seguintes demonstrativos contábeis:

- I - Balanço Patrimonial;
- II - Demonstração do Ativo Líquido - DAL;
- III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL;
- IV - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA;
- V - Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano - DOAP;
- VI - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 contemplavam, além do balanço patrimonial consolidado, as demonstrações do resultado do exercício e do fluxo financeiro. Em decorrência das alterações introduzidas pelos novos normativos contábeis,

elas deixaram de ser apresentadas.

Adicionalmente, as demonstrações contábeis estão expressas em moeda corrente (Reais) mil e de forma comparativa com o exercício anterior, na data de 31 de dezembro de cada exercício.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os registros contábeis respeitam a autonomia patrimonial dos planos de benefícios previdenciais, de modo a identificá-los, separadamente, bem como o plano de gestão administrativa, em consonância com o que determina a Resolução do CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272 de 22 de janeiro de 2010.

O exercício social coincide com o ano civil, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro. Os registros contábeis seguem o Princípio da Competência Mensal para registro das Receitas e Despesas, excetuando-se as Receitas decorrentes de recebimento de contribuições de autopatrocinados e de participantes do plano de benefícios de instituídos – FIPECqPREV, que se encontra registrado pelo regime de caixa.

3.1- Realizável

Os ativos previdenciais, administrativos e de investimentos são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

3.2- Os investimentos estão registrados como segue:

Títulos Públicos e Créditos Privados e Depósitos - conforme determina a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos de renda fixa estão classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento", registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pro rata dia até a data do balanço e ajustados ao valor provável de realização. O ágio e deságio na aquisição são amortizados pro rata dia, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título.

Na categoria "títulos para negociação", apura-se a avaliação contábil pelo valor de mercado. Na categoria "mantidos até o vencimento", o critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento pro rata dia até o vencimento.

▶ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ações - No mercado à vista, as ações são registradas pelo custo de aquisição acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela última cotação de fechamento na bolsa de valores. As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois o menor.

Fundos de Investimentos - Estão demonstrados pelo valor da cota patrimonial do fundo, multiplicada pela quantidade de cotas existentes em 31 de dezembro de cada ano.

Investimentos Imobiliários - São registrados pelo valor de realização.

Empréstimos - São contabilizados pelos valores concedidos, acrescidos dos encargos contratuais e deduzidos por provisões para perdas. A remuneração é calculada em bases mensais e apropriada às contas de resultado.

3.3 - Ativo Permanente

Os valores são demonstrados pelo custo de aquisição, depreciados ou amortizados pelo método linear. A depreciação do imobilizado é calculada de acordo com o prazo de vida útil.

3.4 - Provisão para Perdas e para Créditos de Liquidação Duvidosa

Na constituição de provisão para perda de investimentos são consideradas as avaliações da administração quanto a riscos e incertezas e, para direitos creditórios de liquidação duvidosa, são observados os seguintes critérios estabelecidos na Instrução SPC nº 34, de 2009:

- I - 25% (vinte e cinco por cento), para atrasos entre 61 e 120 dias;
- II - 50% (cinquenta por cento), para atrasos entre 121 e 240 dias;
- III - 75% (setenta e cinco por cento), para atrasos entre 241 e 360 dias;
- IV - 100% (cem por cento), para atrasos superiores a 360 dias.

3.5 - Exigível Operacional

Está demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias, e é representado por obrigações

previdenciárias assumidas com os participantes assistidos, bem como compromissos administrativos.

3.6 - Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas com base em perdas prováveis estimadas pelos assessores jurídicos. A administração da FIPECq entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de processos administrativos ou judiciais.

3.7 - Provisões Matemáticas

São apuradas com base em cálculos atuariais procedidos por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento de cada exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ativos e assistidos.

3.8 - Equilíbrio Técnico

Existindo superávit, o valor é contabilizado como redução do déficit acumulado, caso exista, ou na conta Reserva de Contingência, até que o saldo dessa conta atinja o valor correspondente a 25% das Provisões Matemáticas. Posteriormente, existindo parcela da Reserva de Contingência até o seu limite, deverá ser contabilizada como Reserva Especial para Revisão de Planos, nos termos da Lei Complementar nº 109, de 2001, o que não foi requerido no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

3.9 - Constituição de Fundos

Fundo Previdencial

Constituído com base em avaliação atuarial e com destinação específica. De acordo com o art. 5º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, na constituição de fundos previdenciais e na manutenção dos já existentes, observada a estrutura técnica do plano de benefícios, cabe ao atuário responsável a indicação de sua fonte de custeio e de sua finalidade, que deverá guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.

Fundo Administrativo

O fundo administrativo destina-se à cobertura das despesas administrativas da EFPC na administração dos seus planos de benefícios.

▶ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Fundos dos Investimentos

A constituição de fundos dos investimentos destina-se à cobertura do risco de não recebimento de parte dos créditos de empréstimos a participantes, decorrentes da existência de saldo devedor ao final do prazo contratual, de desequilíbrios econômico-financeiros da operação e de óbito de mutuários.

3.10- Custeio da Gestão Administrativa

A Resolução CGPC nº 29/2009 dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar.

São fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios operado pela Fundação, segundo o regulamento do PGA, a dotação inicial oriunda do fundo administrativo; as contribuições dos participantes e assistidos; as contribuições dos patrocinadores e instituidores, caso ocorram, e o resultado dos investimentos e doações.

O limite de custeio administrativo, respeitados os estabelecidos pela regulamentação em vigor e pelo orçamento anual aprovado para o exercício de 2010, é de 1% do montante dos recursos garantidores (investimentos + disponível - contas a pagar dos investimentos - exigível

contingencial dos investimentos).

3.11- Apuração do Resultado do Exercício

O resultado é apurado anualmente, em conformidade com o regime contábil de competência.

3.12- Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões para perdas ou contingências e fundos dos investimentos.

4. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

O saldo de R\$ 1.504 mil (em 2009 R\$ 1.595 mil) representa o valor a receber de contribuições de patrocinadores e participantes, como segue:

Os recursos a receber decorrem das contribuições normais devidas pelas patrocinadoras e participantes com vencimento previsto para recebimento no início do mês seguinte.

	R\$ (mil)	
	2010	2009
Recursos a Receber - PPC	1.322	1.360
Recursos a Receber - PPE	182	193
Recursos a Receber - FIPECqPREV	-	42
Custo Suplementar Não Amortizado - PPC	26.262	23.434
(-) Provisão para perdas (*)	(26.262)	(23.434)
	1.504	1.595

(*) A Fundação tem a receber de suas Patrocinadoras IPEA, CNPq, INPE e INPA valores referentes ao custo suplementar às Reservas não Amortizadas dos Benefícios Concedidos (por tempo de contribuição, especial e idade) que deixou de ser pago quando da implementação do RJU – Regime Jurídico Único. Este valor a receber foi apurado consoante parecer atuarial JM/1602/94 – emitido por Jessé Montello – Serviços Técnicos em

Atuária e Economia Ltda. Em exercícios anteriores, foi constituída provisão para fazer face ao eventual não recebimento desse valor que é atualizado mensalmente pela meta atuarial. Em 10/08/2005 a Fundação ingressou com Ação de Cobrança Judicial dos valores na Justiça Federal e o Custo Suplementar não Amortizado e sua respectiva provisão para perdas, estão registrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	R\$ (mil)	
	2010	2009
Custo Suplementar Não Amortizado - PPC		
IPEA	12.784	11.407
CNPq	10.712	9.558
INPE	2.289	2.043
INPA	477	426
	26.262	23.434

5. REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

	R\$ (mil)	
	2010	2009
Contribuições para custeio	258	-
Responsabilidade de Empregados	41	48
Despesas Antecipadas	88	88
Outros realizáveis	103	99
	490	235

6. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos são constituídos da seguinte forma:

	31/12/2010		31/12/2009	
	R\$ (mil)	(%)	R\$ (mil)	(%)
TÍTULOS PÚBLICOS	100.091	11,57	99.059	12,52
Títulos Públicos Federais	100.091	11,57	99.059	12,52
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	352.528	40,76	334.306	42,24
Instituições Financeiras	235.442	27,22	198.395	25,07
Companhias Abertas	62.131	7,18	70.271	8,88
Companhias Fechadas	25.302	2,93	32.870	4,15
Sociedades Limitadas	14.872	1,72	19.668	2,48
Outros Emissores	14.781	1,71	13.102	1,66
AÇÕES	137.124	15,86	104.932	13,26
Instituições Financeiras	34.111	3,94	25.780	3,26
Companhias Abertas	103.013	11,91	77.185	9,75
Empréstimos de Ações	-	-	1.967	0,25
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	241.813	27,96	212.336	26,83
Referenciado	16.074	1,86	14.652	1,85
Renda Fixa	17.911	2,07	7.543	0,95
Ações	117.214	13,55	70.340	8,89
Multimercado	37.632	4,35	88.312	11,16
Direitos Creditórios	27.528	3,18	14.485	1,83
Participações	22.996	2,66	14.522	1,83
Imobiliário	2.458	0,28	2.482	0,31
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	884	0,10	1.337	0,17
Imóveis - Aluguéis e Renda	884	0,10	1.337	0,17
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	30.266	3,50	36.510	4,61
Empréstimos	30.266	3,50	36.510	4,61
Outros Realizáveis	2.130	0,35	3.020	0,38
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	864.836	100,00	791.500	100,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

l) Títulos Públicos

As aplicações em títulos públicos da carteira própria da FIPECq evoluíram para R\$100.091 mil em 2010 (R\$ 99.059 mil em 2009), motivadas pela valorização das NTN's, títulos estes indexados ao IPCA/IBGE, com taxa de juros de 6%a.a. No decorrer de 2010, foram resgatadas por R\$ 5.494 mil as LFT's que existiam em 2009, títulos indexados à taxa Selic, e os TDA's (R\$ 110 mil) indexados a TR.

	31/12/2010		31/12/2009	
	R\$ (mil)	(%)	R\$ (mil)	(%)
TÍTULOS PÚBLICOS	100.091	100,00	99.059	100,00
Títulos Públicos Federais	100.091	100,00	99.059	100,00
Notas do Tesouro Nacional - NTN	100.091	100,00	93.663	94,55
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	5.296	5,35
Título da Dívida Agrária - TDA	-	-	100	0,10

b) Créditos Privados e Depósitos

Os investimentos em Créditos Privados e Depósitos são representados por aplicações em títulos de emissão de Instituições Financeiras, Companhias Abertas, Companhias Fechadas, Sociedades Limitadas e Outros Emissores, totalizando R\$ 352.528 mil em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 334.306 – 31/12/2009). A composição do saldo por tipo de segmento investido é assim demonstrado:

	31/12/2010		31/12/2009	
	R\$ (mil)	(%)	R\$ (mil)	(%)
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	352.528	100,0	334.306	100,00
Instituições Financeiras	235.442	66,79	198.395	59,35
Companhias Abertas	62.131	17,62	70.271	21,02
Companhias Fechadas	25.302	7,18	32.870	9,83
Sociedades Limitadas	14.872	4,22	19.668	5,88
Outros Emissores	14.781	4,19	13.102	3,92

O saldo existente na rubrica de Instituições financeiras, decorre de Certificados de Depósitos Bancários - CDB's e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE's, emitidos por Instituições Financeiras que alcançaram R\$ 235.442 mil em 2010, sendo uma parte dos títulos indexada ao IPCA/IBGE (R\$184.225 mil) e a outra em CDI/CETIP (R\$ 51.217 mil), representando 67% da carteira de créditos e depósitos.

Os demais ativos que compõem o saldo de créditos privados somaram R\$ 117.086 mil e se encontram alocados em Debêntures Não Conversíveis - DNC; Cédulas de Crédito Bancário - CCB e Cédulas de Crédito Imobiliário – CCI, emitidos pelas Companhias Abertas e Fechadas, Sociedades Limitadas e Outros Emissores. As aplicações são indexadas ao CDI/CETIP (R\$34.134 mil); IGPM/FGV (R\$15.640 mil), IPCA/IBGE (R\$ 38.336 mil), INPC/IBGE (R\$4.493 mil) e com taxa pré-fixada (R\$ 24.483 mil).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A composição do Sado por Modalidade de Investimentos é assim demonstrada:

	31/12/2010		31/12/2009	
	R\$ (mil)	(%)	R\$ (mil)	(%)
CREDITOS PRIVADOS E DEPOSITOS	352.528	100,0	334.306	100,00
Certificado de Depósito Bancário - CDB	66.057	18,74	69.795	20,88
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	169.385	48,05	128.600	38,47
Debêntures não Conversíveis - DN/C	41.161	11,67	40.821	12,21
Notas Promissórias	-	-	10.157	3,04
Cédulas de Crédito Bancário - CCB	54.066	15,34	64.866	19,40
Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI	21.859	6,20	20.067	6,00

c) Carteira Própria

Em observância ao Art. 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30/01/02, estão indicados a seguir os valores dos títulos da carteira própria classificados como "títulos para negociação", distribuídos por faixa de vencimento, em anos:

	31/12/2010 - R\$ (mil)			
	0-1 ano	1-5 anos	5-10 anos	Total
1.1 - Títulos Públicos - Marcados a Mercado	80.098	-	19.993	100.091
Notas do Tesouro Nacional	80.098	-	19.993	100.091
1.2 - Títulos Públicos - Custo Atualizado	78.984	-	16.104	95.088
Notas do Tesouro Nacional	78.984	-	16.104	95.088
2.1 - Créditos Privados e Depósitos - Valor de Mercado	82.696	221.460	45.859	350.015
Certificados de Depósitos Bancários	20.544	43.270	-	63.814
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC	37.281	132.104	-	169.385
Debêntures Não Conversíveis	24.871	16.290	-	41.161
Cédula de Crédito Bancário	-	29.796	24.205	54.001
Cédula de Crédito Imobiliário	-	-	21.654	21.654
2.2 - Créditos Privados e Depósitos - Custo Atualizado	82.881	222.956	45.854	351.691
Certificados de Depósitos Bancários	20.500	43.351	-	63.851
Depósitos a Prazo com Garantia Especial do FGC	37.321	132.259	-	169.580
Debêntures Não Conversíveis	25.060	16.020	-	41.080
Cédula de Crédito Bancário	-	31.326	24.205	55.531
Cédula de Crédito Imobiliário	-	-	21.649	21.649
3.1 - Fundos de Investimentos - Valor de Mercado	188.831	29.986	22.996	241.813
Fundo de Invest. Referenciados	16.074	-	-	16.074
Fundo de Invest. em Renda Fixa	17.911	-	-	17.911
Fundo de Invest. em Ações	117.214	-	-	117.214
Fundo de Invest. Multimercado	37.632	-	-	37.632
Fundo de Invest. em Direitos Creditórios	-	27.528	-	27.528
Fundo de Invest. em Participações	-	-	22.996	22.996
Fundo de Invest. Imobiliário	-	2.458	-	2.458
3.2 - Fundo de Investimentos - Custo Atualizado	188.831	29.986	22.996	241.813
Fundo de Invest. Referenciados	16.074	-	-	16.074
Fundo de Invest. em Renda Fixa	17.911	-	-	17.911
Fundo de Invest. em Ações	117.214	-	-	117.214
Fundo de Invest. Multimercado	37.632	-	-	37.632
Fundo de Invest. em Direitos Creditórios	-	27.528	-	27.528
Fundo de Invest. em Participações	-	-	22.996	22.996
Fundo de Invest. Imobiliário	-	2.458	-	2.458
Total de Títulos a valor de mercado (1.1 + 2.1 + 3.1)	351.625	251.446	88.848	691.919
Total de Títulos ao custo atualizado (1.2 + 2.2 + 3.2)	(350.696)	(252.942)	(84.954)	(688.592)
Ajuste (Valor de Mercado - Custo Atualizado)	929	1.496	3.894	3.327

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O ajuste apurado entre a precificação a mercado e o custo de aquisição atualizado, de R\$3.327 mil, foi registrado entre as contas de títulos públicos, variação positiva de R\$ 5.003 mil e de títulos privados e depósitos, variação negativa de R\$ 1.676 mil.

d) Ações

A carteira de ações está avaliada pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores. Em 31/12/2010 este ativo alcançou R\$137.124 mil e está constituída pelos investimentos no Mercado de Ações - à Vista (R\$ 136.742 mil) e pelos Dividendos e Juros de Capitais a receber (R\$ 382 mil).

O Mercado de Ações - à Vista abrange papéis de diversas empresas consideradas de primeira linha. Destacam-se as de maior volume financeiro e participação na Carteira: Vale (25%); Petrobrás (23%); ItauUnibanco (13%); Bradesco (12%); Lojas Renner (5%); Gerdau (4%); e Siderúrgica Nacional (3%).

R\$ (mil)

Descrição	31/12/2010			31/12/2009		
	Quantidade de Ações	Valor de Mercado	(%)	Quantidade de Ações	Valor de Mercado	(%)
1.1 - Mercado à Vista						
BMF/ON	331.112	4.361	3,18	286.112	3.505	3,40
BRADESCO/PN	501.172	16.396	11,96	333.200	12.122	11,77
BRADESCO/PNR	8.321	72	0,05	-	-	-
CEMIG/PN	114.614	3.061	2,23	104.195	3.293	3,20
ELETOBRAS/ON	140.000	3.114	2,27	-	-	-
GAFISA/ON	280.000	3.371	2,46	-	-	-
GERDAU/PN	246.000	5.577	4,07	196.000	5.711	5,55
ITAU UNIBANCO/PN	436.400	17.364	12,66	346.400	13.402	13,02
LOGIN/ON	204.000	2.122	1,55	204.000	1.734	1,68
LOJAS RENNEN/ON	114.200	6.441	4,70	64.200	2.523	2,45
P. AÇÚCAR - CBD/PN	28.631	1.984	1,45	28.631	1.862	1,81
PETROBRAS/ON	78.142	2.387	1,74	58.192	2.424	2,35
PETROBRAS/PN	1.060.293	28.935	21,10	549.600	20.165	19,58
SID NACIONAL/ON	172.200	4.593	3,35	86.100	4.822	4,68
USIMINAS/PNA	171.00	3.276	2,39	85.500	4.223	4,10
VALE/PNA	694.600	33.688	24,57	634.600	26.780	26,01
		136.742			102.566	
A RECEBER - Dividendos e Jr. de Capital	-	382	0,28	-	400	0,39
TOTAL		137.124	100,00		102.966	100,00
1.2 - EMPRÉSTIMOS DE AÇÕES						
LOJAS RENNEN/ON				50.000	1.966	
TOTAL					1.966	
TOTAL AÇÕES (1.1+1.2+1.3)		137.124	100,00		104.932	100,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Permanece registrado em provisão para perdas o montante de R\$ 69 mil, correspondente ao valor contábil das ações das empresas Gazeta Mercantil S.A.

Em 13 de outubro de 2010, foram vendidas as 7.106.128 ações da Ribeirão Preto Water Park S/A, Tipo ON, pelo valor de R\$ 697 mil e revertida a provisão para perda deste investimento, anteriormente constituída.

O acréscimo de R\$ 32.192 mil no saldo da carteira em 2010 deveu-se à compra de papéis na Bolsa de Valores que atingiu R\$ 40.881 mil. O maior volume financeiro foi destinado à aquisição de ações da Petrobras/PN (R\$19.160 mil), seguido das ações da Vale/PNA (R\$ 5.684 mil) e do ItauUnibanco/PN (R\$ 5.379 mil). As vendas de ações alcançaram R\$ 8.867 mil, e os papéis mais negociados foram Petrobras/PN e ItauUnibanco/PN.

AÇÕES/TIPO	COMPRAS		VENDAS	
	QUANTIDADE	R\$ (mil)	QUANTIDADE	(%)
BMF BOVESPA/ON	46.000	469	-	-
Bradesco/PN	90.000	2.799	-	-
Eletróbás/ON	140.000	3.162	-	-
Gafisa/ON	280.000	3.019	-	-
Gerdau/PN	50.000	1.209	-	-
Itau Unibanco/PN	150.000	5.379	60.000	2.281
Petrobrás/PN	660.643	19.160	80.000	2.487
RPWP/ON	-	-	7.106.128	697
VALE/PNA	140.000	5.684	80.000	3.402
TOTAL	1.556.643	40.881	7.326.128	8.867

d) Fundos de Investimento

As aplicações em Fundos de Investimentos representam 28% dos investimentos da Fundação e estão distribuídas nas seguintes espécies de fundos:

ESPÉCIE	R\$ (mil)			
	31/12/2010	(%)	31/12/2010	(%)
Fundo de Invest. Referenciados	16.074	6,69	14.652	6,90
Fundo de Invest. em Renda Fixa	17.911	7,41	7.543	3,55
Fundo de Invest. em Ações	117.214	48,47	70.340	33,13
Fundo de Invest. Multimercado - FIM	37.632	15,56	88.312	41,59
Fundo de Invest. em Direitos Creditórios - FIDC	27.528	11,38	14.485	6,82
Fundo de Invest. em Participações - FIP	22.996	9,51	14.522	6,84
Fundo de Invest. Imobiliário - FII	2.458	1,02	2.482	1,17
TOTAL DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	241.813	100,00	212.336	100,00

▶ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

e) Investimentos Imobiliários

Em 12/04/07, foi celebrada a escritura de venda do empreendimento Word Trade Center de São Paulo- WTC/SP, com pacto adjeto de hipoteca das 03 (três) quotas de participação, pelo preço de R\$2.430 mil que, descontado o sinal pago de R\$ 480 mil realizado em 02/12/05, resultou em um saldo a receber de R\$1.950 mil que está atualizado pelo IGPM/FGV mais juros de 6% ao ano, contados a partir de 01/02/07.

As amortizações ocorrerão em 20 parcelas com pagamento trimestrais. O pagamento da primeira parcela foi em 01/07/07 e a última será em 01/04/12. No exercício de 2010 foram realizadas 04 amortizações que somaram R\$ 551 mil e o saldo restante a receber em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 884 mil (31/12/2009 - R\$ 1.337 mil).

f) Empréstimos

O saldo da carteira de Empréstimos em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 30.266 mil (R\$ 36.510 mil – 31/12/2009), com a participação de 3,5 % dos investimentos totais da Fundação. A redução dos saldos dos empréstimos em 2010 deveu-se pelas amortizações mensais e a interrupção de novas concessões de empréstimos aos Participantes do Plano de Previdência Especial- PPE.

A Fundação mantém constituído um fundo (nota explicativa 12c) destinado a cobrir a inadimplência em decorrência do não recebimento das parcelas dos empréstimos.

g) Outros realizáveis

Com relação à rubrica “Outros Realizáveis”, a FIPECq impetrou mandado de segurança, com pedido de liminar contra a Secretaria da Receita Federal, referente à cobrança do Imposto de Renda incidente sobre juros de capital próprio, dividendos e demais ganhos de capital. O processo foi julgado procedente por confirmar a isenção tributária da Fundação em 1993. Em 1999 a FIPECq recebeu o valor de R\$ 11.000 mil, relativo ao montante retido/recolhido, atualizado até 1998. Entretanto, no valor recebido não foi computada a atualização monetária do indébito do exercício de 1999, ano do pagamento. Desta forma, fez-se necessária a emissão de precatório complementar por parte da União. Em julho de 2002, o valor atualizado do precatório complementar era de R\$ 5.700 mil, conforme Precatório nº 2002.01.00.010063-1/DF – Fazenda Nacional ação ordinária 9200002412, a ser amortizado em 10 parcelas anuais, a partir de 2003, atualizadas mensalmente pelo IPCA-E. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo atualizado é de R\$ 2.130 mil e as parcelas anuais estão sendo recebidas regularmente (R\$ 3.020 mil 31/12/2009).

h) Provisões para perdas dos investimentos

Encontra-se registrado o valor de R\$ 44.134 mil em Provisão para Perdas de Investimentos referente às aplicações:

ESPÉCIE	EMITENTE	R\$ (mil)	
		31/12/2010	31/12/2009
Certificado de Depósito Bancário	Banco Santos S/A	19.305	23.460
Debêntures não Conversíveis	Crefisul Leasing S/A - Arrend. Mercantil	1.945	1.721
Debêntures não Conversíveis	ENCOL S/A - Industria e Construção	6.792	6.032
Debêntures não Conversíveis	PROCID Participações e Negócios S/A	9.537	8.362
Debêntures não Conversíveis	INEPAR S/A - Indústria e Construções	-	416
Debêntures não Conversíveis	RPWP - Ribeirão Preto Water Park S/A	-	922
Cédulas de Crédito Bancário	DIPLOMATA S/A Industrial e Comercial	2.163	-
Cédulas de Crédito Imobiliário	FLASHBEL Comercial Comésticos LTDA	4.392	-
TOTAL DE PROVISÕES DE INVESTIMENTOS		44.134	40.914

▶ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 06 de abril de 2010 foi revertida a provisão para perdas das debêntures de emissão da INEPAR S/A, que estava registrada por R\$ 434 mil, tendo em vista a venda dos títulos ao Fundo de Investimento Kempes Equity LLC pelo preço de R\$283 mil.

Em 02 de julho de 2010 foi revertida 10% (dez por cento) da provisão para perdas dos CDB's de emissão do Banco Santos S/A, no valor de R\$ 2.525 mil, tendo em vista o primeiro rateio, de R\$1.246 mil, pago nesta data à FIPECq pela Administração da Massa Falida do Banco Santos. Novamente, em 31 de dezembro de 2010 foi revertida 20% (vinte por cento) da provisão que se encontrava registrada por R\$ 4.826 mil, em decorrência da divulgação realizada pela Administração da Massa Falida que seria efetuado o pagamento do segundo rateio, iniciado em 29/12/2010, estimando-se que fosse efetivado até o dia 31/12/2010. O valor de R\$ 2.243 mil foi depositado a favor da Fundação em 04/01/2011.

Em 13 de outubro de 2010, foi efetuada a baixa da provisão para perdas dos investimentos e dos valores a receber das debêntures de emissão da Ribeirão Preto Water Park S/A, registrados em R\$1.011 mil, em função da venda da empresa RPWP S/A, proprietária do parque aquático Ribeirão Preto Water Park que foi construído com os recursos provenientes da venda das debêntures.

7. ATIVO PERMANENTE

Em 31/12/2010 o saldo é composto da seguinte forma:

	2010			2009	R\$ (mil)
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Taxa anual de depreciação (%)
Móveis e Utensílios	232	(92)	140	162	10%
Máquinas e Equipamentos	137	(96)	41	53	10%
Ventiladores e Refrigeradores de Ar	7	(7)	-	-	25%
Computadores e Periféricos	602	(379)	223	273	20%
Instalações	11	(7)	4	-	10%
Software	146	(129)	17	28	20%
	1.135	(710)	425	516	

Anualmente, a Fundação realiza um Inventário físico dos bens, promovendo a sua conciliação com os registros contábeis.

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Neste grupo estão registrados os compromissos a pagar com saldo, em 31/12/2010, de R\$ 2.504 mil (R\$ 1.806 mil em 2009), como segue:

a) Gestão Previdencial

	R\$ (mil)	
	31/12/2010	31/12/2009
Aposentadoria e Pensões	470	3
Abono Anual	11	17
Pecúlio a Pagar	388	358
Auxílio-Doença	105	201
Retenções a recolher	155	120
Outras exigibilidades	12	19
	1.141	718

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Gestão Administrativa

Os compromissos aqui relacionados correspondem aos gastos e provisões com pessoal e encargos sociais, além de outras exigibilidades:

	R\$ (mil)	
	31/12/2010	31/12/2009
Pessoal e Encargos - Provisão de Férias	768	525
Credores Diversos	151	112
Encargos e Retenções a Recolher	167	176
	1.086	813

c) Investimentos

O saldo representa os compromissos assumidos e que não foram liquidados até a data do balanço:

	R\$ (mil)	
	31/12/2010	31/12/2009
Créditos Privados e Depósitos (*)	78	-
Operações com Participantes	29	34
Outras Exigibilidades (**)	170	241
	277	275

* Créditos Privados e Depósitos - valor dos honorários advocatícios a ser pago ao Escritório de Advocacia, LOBO & IBEAS Advogados, relativos ao recebimento do segundo rateio dos créditos da Massa Falida do Banco Santos.

** Outros Precatórios - corresponde aos honorários advocatícios devidos em decorrência da ação ordinária movida para recebimento dos precatórios complementares da Fazenda Nacional.

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Representa as provisões contingenciais constituídas com base na opinião dos assessores jurídicos, cuja previsão de insucesso nas demandas judiciais seja provável e que poderão se transformar em desembolsos futuros. Um detalhamento das referidas provisões é assim descrito:

a) Gestão Previdencial

A contingência de R\$ 3.999 mil em 31/12/2010 (31/12/2009 - R\$ 3.607 mil), conhecida por expurgo inflacionário, decorre de ações judiciais movidas por ex-Participantes do Plano de Previdência Complementar - PPC que requerem diferenças

de correção monetária dos Planos Collor e Verão, por entenderem que esta deve incidir sobre as reservas de poupança resgatadas pelos mesmos, quando do desligamento da Fundação. Os valores estimados das demandas estão atualizados pelo INPC até a data da citação (30/10/2002) e a partir desta data até 31/01/2007 pela meta atuarial (INPC mais 6% de juros ao ano) e daí em diante pela SELIC como determina o Novo Código Civil.

Ademais, a partir de dezembro de 2006, esta provisão passou a contemplar todos os ex-Participantes dos Planos que resgataram suas reservas de poupança. No que se refere à questão da prescrição quinquenal, ou seja, em que não poderiam ser reclamados expurgos sobre resgates depois de decorridos 5 (cinco) anos do seu pagamento, a Fundação deverá considerar que a apreciação desse tema se encontra já plenamente pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, com a edição da Súmula nº 291, o que justifica considerar que todos os processos referentes aos expurgos possam ser considerados de perda remota, embora a Fundação entenda ser prudente manter a provisão atual.

▶ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Gestão Administrativa

Contempla substancialmente os valores relativos às reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados totalizando R\$ 1.308 mil em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1.202 mil em 2009).

c) Provisões com Depósito Judicial

Existe constituída uma provisão referente à contingência fiscal relativa à DCTF/IRRF, que corresponde a R\$ 219 mil, para a qual há valor depositado por ordem judicial. A matéria discutida tem origem nos anos de 1994/1995.

Adicionalmente, há contencioso judicial contra a União por interpretação diversa no “modus operandi” da base de cálculo de PIS e COFINS que resulta em valores a recolher prejudiciais à Fundação. Para esta demanda, foi provisionado, com o correspondente depósito judicial, o valor de R\$ 6.724 mil.

d) Passivo contingente

A Fundação é parte em ações judiciais, cujo desfecho desfavorável na avaliação dos assessores jurídicos, é considerado como possível e para os quais não há provisão constituída por não atenderem aos critérios de reconhecimento nos termos da Resolução CFC 1.180/09. Tais ações referem-se, substancialmente, a ações de indenização e revisão de aposentadoria.

e) Contingências ativas

A Fundação é autora de ações judiciais que poderão gerar, no futuro, a entrada de benefícios econômicos. As principais ações referem-se à recuperação de investimentos, tais como do Banco Santos, Encol, etc., para os quais há provisão contábil constituída (Nota 6 h), e recebimento de dividendos da Petrobras estimados em R\$ 440 mil.

A Fundação não reconheceu as contingências ativas nos registros contábeis em face de as mesmas ainda não atenderam aos quesitos de reconhecimento definidos na Resolução CFC 1.180/09.

10. EXIGÍVEL ATUARIAL

O Passivo Atuarial, em face da introdução de alterações na regulamentação previdenciária, que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2010, demonstra os benefícios concedidos e a conceder de acordo com as modalidades básicas existentes de planos de benefícios, ou seja, de benefício definido ou de contribuição definida, em função do regime financeiro, de capitalização ou repartição, e se os benefícios são programados ou não programados, conforme quadro a seguir:

	R\$ (mil)	
	2010	2009
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		
Benefícios do Plano	157.211	147.140
Plano de Previdência Complementar - PPC	146.431	137.438
Plano de Previdência Especial - PPE	10.780	9.702
BENEFÍCIOS A CONCEDER	397.640	346.272
Benefícios do Plano com a Geração Atual	397.640	346.272
Contribuição Definida	2.005	1.310
Benefícios Definidos	395.635	344.962
Plano de Previdência Complementar - PPC	366.324	319.009
Plano de Previdência Especial - PPE	29.311	25.953
Total do Exigível Atuarial	554.851	493.412

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Benefícios Concedidos – Correspondem ao valor dos benefícios futuros a serem pagos aos Participantes que já se encontram aposentados ou em gozo de pensão, líquido das contribuições futuras.

Benefícios a Conceder – Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos Participantes Ativos, líquido das contribuições futuras.

Os Planos Previdenciais foram avaliados por Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., com sede no Rio de Janeiro, sendo utilizada a Tábua de Mortalidade Geral AT-2000. A avaliação atuarial foi efetuada com base no cadastro dos participantes do mês de novembro de 2010.

Provisões Matemáticas por Patrocinadora

Patrocinadora	R\$ (mil)				
	Benefícios concedidos	Benefícios a Conceder		Total	
	2010	2010	2009	2010	2009
PPC	146.431	366.323	319.009	512.754	456.447
FINEP	123.295	328.708	286.619	452.003	401.244
IPEA	7.278	67	67	7.345	7.818
CNPq	8.056	3.932	4.076	11.988	12.019
INPE	1.787	3.750	4.542	5.537	6.283
INPA	558	7	7	565	540
FIPECq	5.457	16.568	11.784	22.025	16.629
AUTOFINANCIADOS		13.291	11.914	13.291	11.914
PPE	10.780	29.311	25.953	40.091	35.655
Participantes	10.780	29.311	25.953	40.091	35.655
FIPECqPREV		2.005	1.310	2.005	1.310
TOTAL DAS RESERVAS	157.211	397.639	346.272	554.850	493.412

11. EQUILÍBRIO TÉCNICO

O resultado contábil do exercício de 2010 foi deficitário em R\$ 14.816 mil, reduzindo, assim, o superávit acumulado até 2009, de R\$ 56.750 mil, para R\$ 41.934 mil, integralmente registrado em reservas de contingência.

12. FUNDOS

a) Gestão Previdencial

Constituído atuarialmente e registrado no exercício de 1993, em decorrência do advento do Regime Jurídico Único - RJU ter impactado os valores das Provisões Matemáticas do conjunto formado pelas Patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq (FINEP, IPEA, CNPq, INPE, INPA e a própria FIPECq), em um regime de solidariedade contributiva, onde, no que se refere aos benefícios já concedidos, a situação não sofreu qualquer alteração, mas com relação aos benefícios a conceder as

Patrocinadoras IPEA, CNPq, INPE e INPA tiveram reversão bastante significativa nas Provisões Matemáticas que vinham sendo mantidas no PPC da FIPECq. Está avaliado em 31 de dezembro de 2010 em R\$ 220.940 mil (R\$ 197.147 mil em 2009).

Sua criação visa dar cobertura a questionamentos judiciais que acarretem revisões nos valores dos benefícios do PPC, inclusive quanto aos Benefícios Saldados, e pelo fato de as autoridades governamentais não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo Participantes Celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, em RJU e dar cobertura a desvios desfavoráveis que possam ocorrer em relação às premissas adotadas nas avaliações atuariais, seja em relação ao retorno dos investimentos, às Tábuas Biométricas ou a outros fatores, tais como previsão de crescimento real de salário e expectativa de retorno de investimentos. No final do ano de 2010 a FIPECq promoveu o ajuizamento de Ação Declaratória com o objetivo de que o Poder Judiciário

▶ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Justiça Federal do Distrito Federal) declare por sentença a destinação dos recursos referentes aos 2/3 (Fundo Previdencial) que integram o patrimônio atual da Fundação.

b) Gestão Administrativa

Constituído consoante autorização da então Secretaria de Previdência Complementar, Ofício GAB/SPC N.º 505/84, para fazer face à sobrecarga administrativa. Incrementado mensalmente pelo resultado líquido do custeio previdencial mais o resultado líquido entre as receitas e as despesas administrativas, acrescido dos recursos líquidos aplicados por meio do Programa de Investimentos, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	R\$ (mil)	
	2010	2009
Saldo inicial do exercício	38.158	33.875
(+) Receitas Administrativas	4	2
(+) Custeio Administrativo	8.223	6.080
(+) Receitas Financeiras do Exercício	4.194	6.863
(+) Recuperação de Recursos do Programa Assistencial	1	3
Sub-total	50.580	46.823
(-) Despesas Administrativas	(9.776)	(7.979)
(-) Constituições de Contingências	(708)	(686)
Sub-total	(10.484)	(8.665)
Saldo do balanço em 31 de dezembro	40.096	38.158

Em 30 de abril de 2003, a Fundação encerrou o Plano Assistencial existente até aquela data, cujo déficit era de R\$ 4.068 mil, apurado quando do encerramento, foi coberto pelo Fundo Administrativo. No decorrer dos exercícios de 2004 a 2010 ocorreu a recuperação de parte deste déficit, no valor de R\$ 658 mil, permanecendo, ainda, um saldo de R\$ 3.410 mil a recuperar para o fundo.

c) Gestão de Investimentos

Fundo de Seguro de Empréstimos/Financiamentos

Constituído para garantir a inadimplência temporária dos contratos de empréstimos concedidos aos Participantes. O saldo do fundo corresponde ao prêmio (taxa) incidente sobre o principal do mútuo, mais a recuperação da inadimplência e os rendimentos financeiros, deduzidos os valores dos empréstimos inadimplentes e as coberturas nas situações de morte e/ou invalidez do participante mutuário. O saldo em 31/12/2010 é de R\$ 1.758 mil (R\$ 1.851 mil em 2009).

13. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Em observância ao disposto na Resolução CGPC nº 29 de 31/08/2009, o custeio das despesas da Gestão Administrativa tem como fonte de recursos:

- 15% fixados atuarialmente, que incidem sobre os valores das contribuições do Plano de Previdência Complementar – PPC e do Plano de Previdência Especial – PPE. No Plano FIPECqPREV, este percentual varia de 2% a 4% sobre o valor da contribuição, respeitado o limite de 15% sobre o Valor de Referência do Plano – VRP (R\$ 120,18 – dez/2010);
- Taxa de Administração cobrada sobre os investimentos na modalidade de Empréstimos e Financiamentos;
- Resultados dos Investimentos; e

▶ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Recursos do Fundo Administrativo

No Programa de Investimentos, o custeio administrativo corresponde a 1% dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios deduzidos os valores transferidos pelos Planos de Benefício e da Taxa de Administração dos Empréstimos.

As despesas da administração comuns são rateadas na proporção de 50% entre a Gestão Previdencial e de Investimentos.

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em atendimento ao que determina a Superintendência Nacional de Previdência Complementar/PREVIC, por meio da Portaria MPS/PREVIC/DETEC nº 565, publicada no Diário Oficial da União em 29/07/2010, o Plano de Previdência Especial/PPE será incorporado ao Plano FIPECqPREV a partir de janeiro de 2011.

Notas Explicativas assinadas por:

Roberto Teixeira de Carvalho
Diretor Presidente e de Aplicações
Financeiras
CPF: 347.166.297-91

Adilmar Ferreira Martins
Diretor de Previdência
CPF: 038.272.671-53

Sonia Cristina de Moura Seabra
Diretora de Projetos Especiais e
Comunicação
CPF: 119.740.282-91

Sergio Suren Kurkdjian
Diretor de Gestão
CPF: 375.059.808-82

Inalda Pereira da Rocha
Contadora – CRC – 6309 DF
CPF: 145.787.601-97

► PARECER ATUARIAL



Plano de Previdência Complementar/PPC

1) O Plano de Previdência Complementar da FIPECq, que concede benefícios com base no Regulamento do Plano de Previdência Complementar da FIPECq, incluindo os Benefícios Saldados (que consistem em se utilizar recursos exclusivamente acumulados a partir das contribuições dos participantes, que não optaram pelo Resgate de Contribuições quando, por força de lei, foram enquadrados no Regime Jurídico Único – RJU, para conceder benefícios saldados aos mesmos), avaliado pelos mesmos regimes/métodos de financiamento e pelas mesmas hipóteses atuariais adotados na avaliação atuarial do exercício anterior, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 41.933.628,98, equivalente a 7,56% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 554.688.532,98.

2) À parte do referido Ativo Líquido do PPC (incluindo Benefícios Saldados), foi constituído o seguinte Fundo Previdencial, em 31/12/2010:

Fundo Previdencial constituído para dar cobertura a questionamentos judiciais que acarretam revisões nos valores dos benefícios do PPC, (incluindo os referidos Benefícios Saldados) e, subsidiariamente, a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, especialmente as relativas à mortalidade e ao retorno dos investimentos e, também, em decorrência das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado por força da Lei, de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU): R\$ 220.939.510,13 (igual ao valor correspondente à parcela do Patrimônio Líquido da FIPECq não comprometida com as Provisões Matemáticas, com a Reserva de Contingência, com a Reserva para Revisão do Plano, com o Fundo Administrativo e com o Fundo de Seguro – Empréstimos/Financiamentos), merecendo destaque que, em 17/12/2010, foi ajuizada, perante a Seção Judiciária do Distrito Federal, Ação Declaratória acerca da titularidade desse Fundo Previdencial.

NOTA 1: As informações da área contábil da FIPECq nos dão conta da existência, em 31/12/2010, do Fundo Seguro-Empréstimos/Financiamento (Investimento):

Fundo de Seguro – Empréstimos / Financiamento (Fundo Investimento): R\$ 1.698.242,66.

NOTA 2: À parte, fora do Patrimônio de Cobertura do PPC (incluindo Benefícios Saldados) e do Fundo Previdencial apresentado neste item 3, foi constituída uma Provisão de R\$ 3.999.433,79 relativa a questionamentos de expurgos inflacionários envolvendo valores pagos como resgate por este Plano.

3) Tendo em vista ter sido realizado o registro do Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq, que oferece benefícios complementares aos servidores alcançados pelo Regime Jurídico Único – RJU, o Fundo Previdencial no qual vinha sendo acumulada a arrecadação líquida das respectivas contribuições previdenciárias acrescida da correspondente rentabilidade líquida, passou, desde o encerramento do exercício de 2005, a constituir num Patrimônio de Cobertura específico desse Plano Previdenciário, com a conseqüente emissão, a partir do referido exercício, do correspondente Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA relativo a esse Plano.

4) Portanto, considerando o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar – PPC, incluindo os Benefícios Saldados (que consistem em se utilizar recursos exclusivamente acumulados a partir das contribuições de participantes, que não optaram pelo Resgate de Contribuições quando, por força de lei, foram enquadrados no Regime Jurídico Único – RJU, para conceder benefícios saldados aos mesmos) de R\$ 554.688.532,98 somado aos Fundos Previdencial e de Seguro – Empréstimos/Financiamentos (Investimento) discriminados no item 2 deste Parecer Atuarial de respectivamente R\$ 220.939.510,13 e R\$ 1.698.242,66, alcançou, em 31/12/2010, a R\$ 777.326.285,77.

5) O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar – PPC, incluindo os Benefícios Saldados

► PARECER ATUARIAL

(que consistiram em se utilizar recursos exclusivamente acumulados a partir das contribuições de participantes, que não optaram pelo Resgate de Contribuições quando, por força de lei, foram enquadrados no Regime Jurídico Único – RJU para conceder benefícios saldados aos mesmos), em 31/12/2010, apresentavam as seguintes aberturas:

Provisão de Benefícios Concedidos ... R\$ 146.431.164,00
 Provisão de Benefícios a Conceder ... R\$ 366.323.740,00
 Provisão Matemática a Constituir ... R\$ (0,00)
 Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) ... R\$ 512.754.904,00
 Superávit Técnico Acumulado... R\$ 41.933.628,98 *1
 Patrimônio de Cobertura do Plano ... R\$ 554.688.532,98

*1: Se negativo, é Déficit Técnico Acumulado e, se positivo, é Superávit Técnico Acumulado.

NOTA: Como é positivo, trata-se de Superávit Técnico Acumulado que, por ser inferior a 25% das Provisões Matemáticas, será integralmente registrado como Reserva de Contingência.

6) Nos termos do Parecer Atuarial constante do JM/1602/94, em 31/12/90, subsiste um saldo não amortizado do Compromisso Especial (Custo Suplementar Não Amortizado), cuja amortização foi suspensa pelos Patrocinadores alcançados pelo Regime Jurídico Único - RJU tão logo esse Regime entrou em vigor, no valor original de Cr\$ 393.618.554,10 (IPEA: Cr\$ 191.600.976,15/ CNPq: Cr\$ 160.546.158,45 / INPE: Cr\$ 34.313.408,10 / INPA: Cr\$ 7.158.011,40) que atualizado para 31/12/2010 pela meta atuarial relativa aos benefícios concedidos dos participantes celetistas, alcançou a R\$ 26.262.211,57. A FIPECq ajuizou ação de cobrança contra cada uma das patrocinadoras devedoras.

7) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela FIPECq na aplicação do seu Ativo Líquido Previdencial (constituído do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC, incluídos os Benefícios Saldados, e o Fundo Previdencial do próprio PPC) ao longo de 2010, foi de mais 10,14% contra uma meta atuarial (INPC do IBGE + 5% ao ano, sem qualquer defasagem entre o mês de referência e o mês de aplicação tanto para os benefícios concedidos quanto para os benefícios a conceder) de 11,79% o que em termos reais, representou obter mais 3,45% contra uma meta atuarial de mais 5% ao ano, adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, não sendo alcançada a meta de rentabilidade líquida, fato que possibilitou a redução significativa do Superávit Técnico Acumulado de 31/12/2009 para 31/12/2010.

NOTA: Já a rentabilidade nominal líquida do Patrimônio Total da FIPECq obtida ao longo de 2010, medida também pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de mais 10,23%.

8) Informações recebidas da FIPECq nos colocaram que os títulos de renda fixa pertencentes aos Planos Previdenciários dessa Entidade Fechada de Previdência Complementar estão contabilizados pela marcação a mercado.

9) Com relação ao valor das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) do Plano de Previdência Complementar – PPC, incluídos os Benefícios Saldados (VER FATO RELEVANTE AO FINAL DESTES ITENS 10), apresentadas de forma aberta no item 5 deste Parecer Atuarial, e ao decorrente valor do Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, bem como com relação ao valor do Fundo Previdencial apresentado no item 2 deste Parecer Atuarial, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, utilizando as hipóteses atuariais descritas no Anexo A do DRAA e os regimes/métodos de financiamento atuarial descritos na folha 1/3 do DRAA, a partir das informações cadastrais e contábeis fornecidas pela FIPECq e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à análise da FIPECq para os ajustes necessários e posterior validação, para somente após tal validação serem utilizados na presente avaliação atuarial.

FATO RELEVANTE: Conforme Nota Técnica do PBS, apresentada em anexo ao JM/1266/91 de 28/05/1991, o Benefício Saldado tomou por base um Benefício Mínimo de 20% do Salário Real de Benefício, devidamente proporcionalizado ao tempo de filiação ao Plano de Previdência Complementar – PPC existente em 01/01/1991, sendo que um Benefício Saldado avaliado por esse procedimento (Benefício Mínimo/Proporcionalidade ao Tempo de Filiação) objetivou assegurar que as contribuições dos participantes, com as devidas rentabilidades obtidas, fossem suficientes para o custeio desse Benefício Saldado, sem necessidade de utilizar-se das parcelas contributivas vertidas pela Patrocinadora em relação aos que foram alcançados pelo RJU, que aconteceria se o Benefício Saldado tomasse por base o valor do Benefício Total (Mínimo + Parte Excedente ao Mínimo) e não apenas o Benefício Mínimo.

Portanto, pode-se afirmar que nas Provisões Matemáticas

► PARECER ATUARIAL

do PPC da FIPECq não há Benefício Saldado financiado com base em contribuições patronais, mas tão somente financiados por contribuições de participantes, com as respectivas rentabilidades obtidas.

10) A destinação do Superávit Técnico Acumulado de R\$ 41.933.628,98, existente em 31/12/2010, devidamente registrado como Reserva de Contingência, é a cobertura a desvios desfavoráveis que possam vir a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas, seja em relação ao Retorno dos Investimentos, ou seja, em relação às Tábuas Biométricas, ou seja, em relação a outros fatores, tais como previsão de crescimento real de salário e expectativa de Retorno de Investimentos. Subsidiariamente, o Fundo Previdencial apresentado no item 2 deste Parecer Atuarial, tem idêntica destinação.

11) Para fins de abertura das Provisões Matemáticas dentro do Plano de Contas vigente desde 01/01/2010, as Provisões Matemáticas discriminadas na folha 2/3 deste DRAA, apresentam a seguinte situação, em 31/12/2010:

Benefícios Concedidos	146.431.164,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	146.431.164,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	112.613.980,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	33.817.104,00
Benefícios a Conceder	366.323.740,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	366.323.740,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	464.542.822,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(49.109.541,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(49.109.541,00)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	44.112.618,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(22.056.324,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(22.056.314,00)
Provisões Matemáticas	512.754.904,00
Superávit Técnico Acumulado	41.933.628,98
Reserva de Contingência	41.933.628,08
Patrimônio de Cobertura do Plano	554.688.532,98
Fundos	222.637.752,79 (*1)

(*1) Inclui o valor do Fundo Previdencial de R\$ 220.939.510,13 e o valor do Fundo de Investimentos de R\$ 1.698.242,66.

Plano de Previdência Especial /PPE

1) O presente Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) apresenta a avaliação em separado do Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq, destinado a dar continuidade às coberturas adicionais, que eram dadas em relação ao Regime Geral de Previdência Social pelo Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq, mas que não estão contempladas na cobertura previdenciária dada pelo Regime Jurídico Único – RJU, aos servidores alcançados por esse Regime Jurídico.

► PARECER ATUARIAL

2) Até o exercício de 2004, as Provisões Matemáticas do Plano de Previdência Especial - PPE vinham sendo registradas num Fundo Previdencial, porém, com a obtenção do registro no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB), tornou-se necessário a realização da constituição das Provisões Matemáticas específicas e a emissão de um Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA específico para o PPE

3) A situação atuarial do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, em 31/12/2010, encontra-se atuarialmente equilibrada, podendo ser mantido ao longo do ano de 2011, o Plano de Custeio vigente ao final do exercício de 2010.

NOTA: As informações da área contábil da FIPECq nos dão conta da existência, em 31/12/2010, do Fundo Seguro – Empréstimos / Financiamento (Investimento):

• Fundo de Seguro – Empréstimos / Financiamento (Fundo Investimento): R\$ 59.956,06.

4) Portanto, considerando o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Especial – PPE de R\$ 40.090.786,19 somado ao Fundo de Seguro – Empréstimos / Financiamentos (Investimento) discriminado no item 3 deste Parecer Atuarial de R\$ 59.956,06, alcançou, em 31/12/2010, a R\$ 40.150.742,25.

5) O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2010, apresentavam as seguintes aberturas, relativamente ao Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq:

• Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 10.779.896,50
• Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 29.310.889,69
• Provisão Matemática a Constituir	R\$ (-----)
• Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	R\$ 40.090.786,19
• Superávit Técnico Acumulado	R\$ -----
• Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 40.090.786,19

NOTA: Como todos os benefícios são avaliados pelo Regime de Repartição, todo o excesso do Patrimônio de Cobertura do Plano em relação ao valor das Provisões (Matemáticas) de Benefícios Concedidos encontra-se registrado como Provisões (Matemáticas) de Benefícios a Conceder.

6) A rentabilidade nominal líquida obtida pela FIPECq na aplicação do Ativo Líquido do Plano de Previdência Especial – PPE, ao longo de 2010, foi de mais 10,89%, contra uma meta atuarial (INPC do IBGE + 5% ao ano, sem qualquer defasagem entre o mês de referência e o mês de aplicação, tanto para os benefícios concedidos quanto para os benefícios a conceder) de 11,79%, o que, em termos reais, representou obter mais 4,15% ao ano contra uma meta atuarial de mais 5% ao ano, adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas.

NOTA: Já a rentabilidade nominal líquida do Patrimônio Total da FIPECq, obtida ao longo de 2010, medida também pelo método de Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, foi de mais 10,23%.

7) Informações recebidas da FIPECq nos colocaram que os títulos de renda fixa pertencentes aos Planos Previdenciários dessa Entidade Fechada de Previdência Complementar estão contabilizados pela marcação a mercado.

8) Com relação ao valor das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial), apresentadas de forma aberta no item 4 deste Parecer Atuarial, atestamos que as mesmas foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial Independente, utilizando as hipóteses atuariais descritas no Anexo A do DRAA e os regimes/métodos de financiamento atuarial descritos na folha 1/3 do DRAA, a partir das informações cadastrais e contábeis fornecidas pela FIPECq e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial. Os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à análise da FIPECq para os ajustes necessários e posterior validação, para somente após tal validação serem utilizadas na presente avaliação atuarial.

▶ PARECER ATUARIAL

9) Para fins de abertura das Provisões Matemáticas dentro do Plano de Contas vigente desde 01/01/2010, as Provisões Matemáticas discriminadas na folha 2/3 deste DRAA, apresentam a seguinte situação, em 31/12/2010:

Benefícios Concedidos	10.779.896,50
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	10.779.896,50
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	10.779.896,50
Benefícios a Conceder	29.310.889,69
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capital de Cobertura	12.069.198,49
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	17.241.691,20
Provisões Matemáticas	40.090.786,19
Fundos	59.956,06 (*1)

(*1) Corresponde ao valor do Fundo de Investimentos de R\$ 59.956,06.

FIPECqPREV

Face às características inerentes a um Plano Instituidor não existem riscos atuariais envolvidos e, dessa forma, a situação atuarial desse Plano, por definição, seja em 31/12/2010, ou seja, em qualquer data, estará em equilíbrio, sem apresentar Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado, já que o Resultado Técnico Acumulado será sempre igual a R\$ 0,00.

10) A variação nominal da cota do Plano FIPECqPREV, obtida de janeiro a dezembro de 2010, foi de mais 11,9709%, na obtenção do referido percentual de rentabilidade.

11) Para fins de abertura das Provisões Matemáticas dentro do Plano de Contas vigente desde 01/01/2010, as Provisões Matemáticas discriminadas na folha 2/3 deste DRAA, apresentam a seguinte situação, em 31/12/2010:

Benefícios a Conceder	2.004.642,96
Contribuição Definida	2.004.642,96
Saldo de Contas - Parcela Participantes	2.004.6642,96
Provisões Matemáticas	2.004.642,96
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.004.642,96

► PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Senhores Membros da Diretoria da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Entidade para planejar os

procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Ênfases

1. Conforme demonstrado na Nota explicativa 12a, a Fundação mantém contabilizado um Fundo Previdencial de R\$ 220.940 mil, formado pelas contribuições vertidas pelas patrocinadoras CNPq, IPEA, INPE e INPA, antes de 1º de janeiro de 1991, ao plano de benefícios previdenciários em favor daqueles participantes que foram submetidos ao Regime Jurídico Único e, por consequência tiveram a relação de patrocínio com as referidas patrocinadoras interrompida em razão da extinção de seus contratos de trabalho e para o qual as autoridades governamentais não se posicionaram em relação a eventuais direitos dos referidos participantes. Em dezembro de 2010, a FIPECq promoveu o ajuizamento de uma Ação Declaratória com o objetivo de que o Poder Judiciário (Justiça Federal do Distrito Federal) declare por sentença a destinação dos recursos referentes aos 2/3 (Fundo Previdencial) que integram o patrimônio atual da Fundação. É incerto o desfecho deste assunto e os seus reflexos sobre as demonstrações contábeis da Fundação.

▶ PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

2. A Fundação administrou até 2003 um plano de benefício assistencial, cujas atividades foram encerradas em abril daquele mesmo ano. Naquela ocasião, foi levantado um déficit no referido programa assistencial, de R\$ 4.068 mil, que foi equacionado pela FIPECq com recursos do Fundo Administrativo. Tal procedimento adotado não é permitido pelas normas regulamentares das EFPC. A Fundação solicitou autorização à Secretaria de Previdência Complementar em 16 de junho de 2003 para que o referido déficit fosse equacionado da forma até então adotada, mas cujo posicionamento daquele órgão normativo ainda se encontra pendente. Em 31 de dezembro de 2010, este déficit totaliza R\$ 3.410 mil, tendo em vista que, desde a extinção do plano, a Fundação vem, aos poucos, recuperando parte do mesmo, através de recebimentos de contribuições em atraso. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2010, o Fundo Administrativo está demonstrado a menor por este montante, sem considerar a inflação do período e, no momento, é incerto o desfecho desse assunto e os seus conseqüentes reflexos nas demonstrações contábeis da FIPECq.

Outros assuntos

1. As demonstrações contábeis consolidadas referidas no primeiro parágrafo consolidam os valores de todos os planos de benefícios sob a responsabilidade da Entidade. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da Entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17 do Anexo C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

2. Anteriormente auditamos o balanço patrimonial consolidado da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA em 31 de dezembro de 2009 e as respectivas demonstrações consolidadas do

resultado e do fluxo financeiro correspondentes ao exercício findo naquela data, cujo parecer, datado de 03 de março de 2010, foi emitido sem ressalvas, mas com parágrafos de ênfases sobre i) o mesmo assunto mencionado anteriormente no tópico 2 "Ênfase" acima; e ii) o processo que se encontrava em análise na então Secretaria de Previdência Complementar, onde a Fipecq requereu a aprovação do Plano de Previdência Especial - PPE administrado por ela e cujo desfecho e reflexo deste assunto sobre as demonstrações contábeis era incerto naquela data. Em julho de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC se manifestou quando a incorporação do plano PPE pelo Plano de Benefícios FIPECq/PREV, razão pela qual este assunto mais se aplica.

3. Adicionalmente, a Resolução CGPC nº. 28/2009 e a Instrução SPC nº. 34/2009 estabeleceram novos procedimentos contábeis a serem adotados pelas EFPC a partir de 1º de janeiro de 2010. As principais mudanças resultaram em alterações significativas na planificação contábil padrão, consubstanciadas em alterações e inclusões de rubricas contábeis para adequações à nova norma de custeio administrativo. As mudanças também dizem respeito sobre a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis. Por conta dessas alterações normativas, as demonstrações do resultado do exercício e do fluxo financeiro, sobre as quais emitimos opinião no exercício findo de 2009, deixaram de existir e de ser apresentadas a partir de 1º de janeiro de 2010. A nova planificação contábil não significou qualquer tipo de ajuste nos saldos do balanço patrimonial do ano de 2009, todavia, as cifras de 2009 foram reclassificadas para fins de comparabilidade.

Belo Horizonte, 16 de março de 2011

TEIXEIRA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC-MG 5.194



DOMINGOS XAVIER TEIXEIRA
Sócio Diretor
Contador CRC MG-14.105-O/5 -S-DF-103

ADRIANO REZENDE THOMÉ
Diretor
Contador CRC MG-77.874-O/6-S-DF

► PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

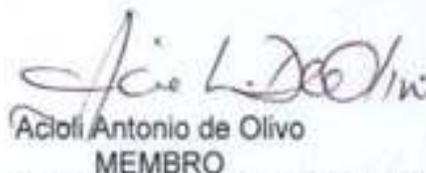
Os Membros do Conselho Fiscal da **Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA - FIPECq**, no cumprimento de suas atribuições legais e regulamentares, procedido o exame das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Exercício de 2010, contendo: Balanço Patrimonial, comparado com exercício anterior; Demonstração de Resultados, comparada com o exercício anterior; Demonstração do Fluxo Financeiro, comparada com exercício anterior; Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; Parecer Atuarial dos Planos Previdenciários; e Relatório dos Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, pela aprovação, sem ressalvas, das Demonstrações Contábeis Consolidadas da **FIPECq**, levantadas em 31 de dezembro de 2010.

Brasília/DF, 22 de março de 2011.



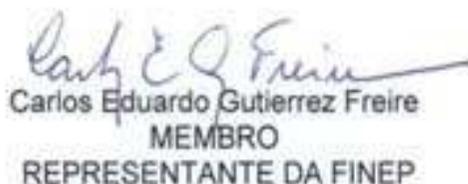
Júlio Cezar Socha
PRÉSIDENTE

REPRESENTANTE DOS PARTICIPANTES
E ASSISTIDOS

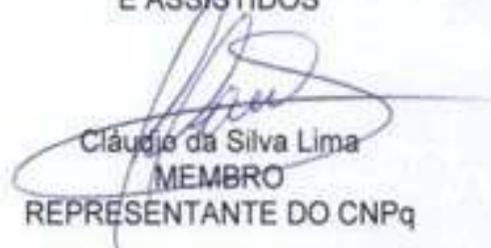


Aclori Antonio de Olivo
MEMBRO

REPRESENTANTE DOS PARTICIPANTES
E ASSISTIDOS



Carlos Eduardo Gutierrez Freire
MEMBRO
REPRESENTANTE DA FINEP



Cláudio da Silva Lima
MEMBRO
REPRESENTANTE DO CNPq

► PARECER DO CONSELHO FISCAL



RESOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

DOCUMENTO Nº RCD 002/2011	APROVAÇÃO: 23/03/2011	REVOGAR:	REVOGADA POR:
ASSUNTO: Demonstrações Contábeis Consolidadas –			ÚLTIMA REVISÃO:
exercício 2010			

O Conselho Deliberativo da **FIPECq**, no uso de suas atribuições conforme preceitua o Art. 23, XVII do Estatuto da FIPECq e, após apreciação do Parecer do Conselho Fiscal e discussão constante na Ata da 221ª Reunião do CD, por unanimidade,

RESOLVE:

Aprovar as Demonstrações Contábeis Consolidadas – exercício 2010, contendo:

- a) Balanço Patrimonial,
- b) Demonstrações de Resultados;
- c) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;
- d) Parecer Atuarial dos Planos Previdenciários:
 - Plano de Previdência Complementar – PPC
 - Plano de Previdência Especial – PPE
 - Plano FIPECqPREV.
- e) Relatório dos Auditores Independentes;
- f) Parecer do Conselho Fiscal.

Brasília – DF, 23 de março de 2011.


Carlos Roberto Silveira Silva
PRESIDENTE

▶ CONCLUSÃO

A Diretoria Executiva da FIPECq agradece a todos os seus empregados pela dedicação e empenho demonstrados no ano de 2010, e, ainda, aos Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal pelo acompanhamento e presteza de seus atos, essenciais ao bom desempenho da Fundação.

Brasília, março de 2011.

Roberto Teixeira de Carvalho
Diretor-Presidente e de Aplicações
Financeiras

Adilmar Ferreira Martins
Diretor de Previdência

Sergio Suren Kurkdjian
Diretor de Gestão

Sonia Cristina de Moura Seabra
Diretora de Projetos Especiais e
Comunicação